



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

IRIS SANTOS DE SOUZA

**DO LINGÜÍSTICO AO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA PESSOA
IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

São Cristóvão-SE

2020

IRIS SANTOS DE SOUZA

**DO LINGUÍSTICO AO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA PESSOA
IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cleide Emília Faye Pedrosa.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno.

São Cristóvão-SE

2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Souza, Iris Santos de

S729I Do linguístico ao social: análise crítica do discurso da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar / Iris Santos de Souza; orientadora, Cleide Emília Faye Pedrosa. – São Cristóvão, SE, 2020.

125 f. : il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2020

1. Análise crítica do discurso. 2. Idosos – Maus-tratos. 3. Envelhecimento. 4. Violência familiar. I. Pedrosa, Cleide Emília Faye, orient. II. Título.

CDU 81'42

IRIS SANTOS DE SOUZA

**DO LINGUÍSTICO AO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA PESSOA
IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Aprovada em: ____/____/____.

Dissertação apresentada como exigência para exame de defesa no curso de Mestrado em Letras, na área de concentração Estudos Linguísticos, apresentada à seguinte Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cleide Emília Faye Pedrosa (UFS)
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno (UFS)
(Coorientadora)

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Santos (UFS)
(Examinador Externo ao Programa)

Prof^ª. Dr^ª. Dóris Firmino Rabelo (UFRB)
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Vanderlei José Zacchi (UFS)
(Suplente Interno)

Prof^ª. Dr^ª. Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira (UFRN)
(Suplente Externa)

Às mulheres de todas as faixas etárias.

AGRADECIMENTOS

Esta é uma das partes que considero mais importantes porque um trabalho desse porte seria impossível sem a contribuição intelectual da orientação e das pesquisas sobre envelhecimento a que tive acesso e, claro, sem o indispensável suporte emocional e espiritual de amigos(as) muito queridos(as) para o meu coração.

Então meu muito obrigada:

A Deus pela oportunidade da concretização desta dissertação;

A Benjamin Teixeira de Aguiar, meu Orientador de Espiritualidade e Vida;

À minha mãe, Ana Alves, com quem convivo e aprendo sobre respeito às diferenças;

À terapeuta Fernanda Nunes, com quem dialogo sobre questões relevantes da minha vida;

Ao amigo Vladimir Melo, que muito me ajudou, pacientemente, com a Plataforma Brasil e os artigos na área da saúde;

Ao amigo Victor Fernando Carvalho, com quem compartilhei as impressões e dúvidas que envolvem o Direito;

À amiga Daniele Melo pelas partilhas de impressões;

Ao casal amigo Doalcey Santos e Gardênia Moraes por nossas frutíferas discussões sobre os mais variados assuntos, todas as segundas-feiras à noite;

Ao casal amigo Umberto Donato e Maria José Oliveira pelo carinho com que sempre me acolheram em seus corações;

À Prof^a. Dr^a. Gicélia Mendes por me instigar a ideia de realizar o Mestrado;

À Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe pelo período de um ano em que pude receber a bolsa;

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe pela oportunidade de realizar o Mestrado em minha terra;

À Orientadora e Prof^a. Dr^a. Cleide Pedrosa, uma acadêmica na terceira idade a plenos pulmões;

À Coorientadora, Prof^a. Dr^a. Taysa Mércia S. S. Damaceno pelo suporte no trabalho com a Transítividade e, particularmente, pelas aulas do estágio em Análise de Discurso II, muito produtivas!;

Ao Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Santos pelas orientações na Qualificação que foram de extrema importância para o desenvolvimento da metodologia;

À Prof^a. Dr^a. Sandra Raquel Santos de Oliveira pelas contribuições ao longo da dissertação bem como no dia da Qualificação!

À Profa. Dr^a. Doris Firmino Rabelo pelas ponderações e orientações acerca da temática desenvolvida. Muito importantes!

À colega-amiga de curso Gilvânia Souza, Professora de Inglês do Instituto Federal de Sergipe e Mestra em Letras pela UFS, com quem partilhei apresentações de trabalho, minicurso, anseios, ideias, receios... a lista é grande;

À Alzenira Aquino, colega de disciplina e Coordenadora do Departamento de Letras-Libras, sempre atenciosa e solícita;

Aos colegas do curso da Pós-graduação em Letras, particularmente, Alisson e Alan, mais presentes na etapa final;

Aos colegas da linha de pesquisa da ASCD João Paulo, Maiane e Fabíola pelo acolhimento no início do curso;

Ao Ilm^o. Delegado de Polícia Civil Mário Leony, com quem primeiramente conversei sobre a quem deveria me dirigir no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis de Aracaju;

Ao Ilm^o. Delegado de Polícia Civil Dr. Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior, que me acolheu na Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência de Aracaju para que eu pudesse realizar a coleta dos dados bem e a entrevista – gentilmente concedida à pesquisadora;

À Prof^a. Dr^a. Noêmia Lima Silva, Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade da Universidade Federal de Sergipe, que me possibilitou participar ativamente do XVI Fórum Nacional de Coordenadores da Terceira Idade em 2019, assim como dar aulas de conversação de inglês básico de extensão para os(as) alunos(as) da terceira idade – uma experiência singular!;

Aos pesquisadores(as) que estudam envelhecimento, violência e gênero que me oportunizaram realizar esta dissertação;

E, por último, um profundo agradecimento aos profissionais da saúde e aos que atuam nos serviços essenciais pelo zelo e empenho em suas atividades durante a pandemia.

“Ter uma longa e produtiva terceira idade, ofertando sabedoria, serenidade e insights abrangentes e elucidativos para a gente jovem, é o que de melhor um ser humano pode legar à humanidade.”

(Benjamin Teixeira de Aguiar, em A bênção de ficar mais velho)

RESUMO

Diante do crescente amadurecimento populacional brasileiro e do surgimento da categoria social Pessoa Idosa, esse tema é relevante no cenário atual. Por essa razão, nosso trabalho apresenta algumas ponderações acerca do envelhecimento e seu impacto na dinâmica social, bem como discute os desafios que os(as) idosos(as) enfrentam para uma longevidade saudável, em meio à discriminação contra velhos(as) e a visíveis desigualdades sociais que agravam a violência intrafamiliar contra essa categoria, em especial, contra as mulheres idosas (BRASIL, 2014). Nosso estudo analisou textual e sociodiscursivamente oitavas da pessoa idosa vitimizada nas relações familiares coletadas em maio de 2019 na Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (DEAIPD) de Aracaju-SE. Assim, pudemos refletir sobre os conflitos familiares guiados pelas dissimetrias de poder e ideologias entre gêneros e gerações, com ênfase na violência psicológica e simbólica (THOMPSON, 2011). Para tanto, nossa pesquisa qualitativa teve suporte no aporte teórico da Análise Crítica do Discurso assim como das Ciências Sociais (FAIRCLOUGH, 2001, 2012; MINAYO, 2010). A partir dos nossos dados, observamos que o problema social da violência intrafamiliar contra a pessoa idosa atinge principalmente as mulheres velhas na forma da violência psicológica, no ataque à sua honra por meio de ameaças e insultos verbais.

Palavras-chave: Envelhecimento. Violência intrafamiliar. Pessoa Idosa. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

In view of the growing aging of the Brazilian population, and the emergence of the social category Older Persons, this matter is relevant in today's scenario. Therefore, our paper presents some reflections on aging and its impact on the social dynamic as well as discusses the challenges the elderly faces for healthy longevity amid discrimination against them and visible social inequities which worsen the violence in family relationships, especially, against old women (BRASIL, 2014). Our study analyzed textual and socio-discursively testimonies of the elderly victimized in family relationships collected in May 2019 at the Police Department for the Protection of the Elderly and the Disabled in Aracaju-Sergipe, Brazil. Thereby we were able to reflect on family conflicts guided by power dissymmetries and ideologies between genders and generations with an emphasis on psychological and symbolic violence (THOMPSON, 2011). To do so, our qualitative research had the theoretical support of Critical Discourse Analysis as well as of the Social Sciences (FAIRCLOUGH, 2001, 2012; MINAYO, 2010). From our data we observed that the social problem of violence against the elderly inside families mainly affects old women in the form of psychological violence by attacking their honor through threats and verbal insults.

Keywords: Aging. Intrafamily violence. The Elderly. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise de Discurso
ADTO	Análise do Discurso Textualmente Orientada
ALED	Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso
ASCD	Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso
BO	Boletim de ocorrência
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CMS	Comunicação para a Mudança Social
CONEPE	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
DAGV	Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis
DEAIPD	Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência
ED	Estudos do Discurso
EI	Estatuto do Idoso
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GSF	Gramática Sistêmico-Funcional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Inquérito policial
IPEA	Instituto Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexual
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Organização das Nações Unidas Brasil
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNI	Política Nacional do Idoso
SAMS	Sociologia Aplicada à Mudança Social
SMS	Sociologia para a Mudança Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFS	Universidade Federal de Sergipe
V-N	Vítima-Noticiante
WHO	World Health Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vínculos teóricos da ASCD.....	31
Figura 2. Esquema do caminho para análise.....	69
Figura 3. Relação da escala de níveis e do movimento descritivo da gramática.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Denúncias de violência contra a pessoa idosa.....	48
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Modos de operação da ideologia.....	28
Quadro 2. Algumas pesquisas na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso.....	33
Quadro 3. Transitividade e gramática da experiência.....	39
Quadro 4. Processos, significados e participantes.....	40
Quadro 5. Tipos mais comuns de violência contra a pessoa idosa.....	49
Quadro 6. Crimes das oitivas de agressão contra a pessoa idosa selecionadas.....	64
Quadro 7. Oitivas das vítimas-noticiantes selecionadas para as análises.....	66
Quadro 8. Oitiva da V-N1 na íntegra.....	76
Quadro 9. Circunstâncias do relato da V-N1, 64 anos.....	78
Quadro 10. Exemplos de processos materiais e seus participantes nas oitivas.....	79
Quadro 11. Trecho da oitiva de idosa vítima de agressão.....	82
Quadro 12. Trechos dos relatos de agressão das mulheres idosas.....	85
Quadro 13. Fragmentos das oitivas das idosas vitimizadas.....	94

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
a) O porquê de pesquisar sobre este tema.....	17
b) Nossa escolha de investigação, aporte teórico e Análise Crítica do Discurso	20
c) Esquematizando a estrutura.....	21
CAPÍTULO I NOS ESTUDOS DO DISCURSO, UM CAMINHO PARA A MUDANÇA DE PRÁTICAS DISCURSIVAS E SOCIAIS	23
1.1 Uma introdução aos Estudos do Discurso na América Latina	23
1.2 A perspectiva crítica para as análises do discurso	25
1.2.1 <i>A análise crítica do discurso em terras brasileiras</i>	30
1.2.2 <i>Um olhar sociológico e comunicacional do discurso nas análises críticas</i>	31
1.2.3 <i>O engajamento social das análises críticas do discurso</i>	35
1.3 A ACD e a teoria funcional da linguagem hallidayana	37
CAPÍTULO II DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA	42
2.1 As conquistas da Pessoa Idosa nos contextos internacional e nacional	42
2.2 O problema social da violência contra pessoas velhas no Brasil	44
2.3 A desumanidade nas formas de negligência, violência psicológica e patrimonial contra pessoas velhas	47
2.4 A violência contra a velhice sob o rótulo de cultura	52
2.5 Ser mulher e idosa em meio ao machismo e à misoginia	56
CAPÍTULO III ETAPA METODOLÓGICA	60
3.1 Caracterização de nossa pesquisa social	60
3.2 Da geração de dados para nosso trabalho	62
3.3 Problematizações da pesquisa e etapas de análise	66
3.4 Objetivos	68
3.5 Caminhos para a análise	69

CAPÍTULO IV A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NAS RELAÇÕES FAMILIARES	73
4.1 Os processos verbais e o inquérito policial pelo Sistema de Transitividade	74
4.2 Dos processos materiais na violência contra a mulher velha	79
4.3 As escolhas lexicais ideológicas do agressor	83
4.4 A família: um <i>locus</i> de poder	89
4.5 Os efeitos da violência psicológica contra a mulher idosa	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A. Transcrição da entrevista	115
APÊNDICE B. Termo de anuência	121
APÊNDICE C. Perguntas norteadoras	122
APÊNDICE D. TCLE	123

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A demografia mundial é um assunto relevante em todo o planeta. É estimada uma população global de 9,7 bilhões de pessoas em 2050. Giddens (2008, p. 604) pontuou que “durante o período do industrialismo, muitos esperaram a chegada de uma nova era em que a escassez seria um fenômeno do passado [...] que o desenvolvimento da indústria moderna daria lugar a uma nova era de abundância na qual a qualidade de vida iria subir”. Entretanto, alcançada a era pós-industrial, o que vemos são rincões de pobreza e miséria fomentados pela má distribuição de renda entre ricos e pobres, padrões de consumo global que destroem os recursos naturais do nosso planeta, em nome de um *modus operandi* capitalista, cujo único foco é o enriquecimento dos grandes conglomerados econômicos, sem comprometimento com medidas sustentáveis de economia, de consumo, incluindo o Brasil e sua atual conjuntura política.

Conforme relatório da Organização das Nações Unidas de 2019¹, somado a essa estimativa, o número de pessoas consideradas ativas, entre 25 e 64 anos, tem aumentado, bem como os índices mundiais de desemprego. A situação das pessoas jovens e idosas submetidas à lógica de um mercado financeiro que visa basicamente o lucro de poucos é preocupante, porque “a sociedade de consumidores não tem lugar para os consumidores falhos, incompletos, imperfeitos” (BAUMAN, 2005, p. 23). Sentimentos de vergonha, impotência, raiva são fomentados pelas desigualdades sociais, quando se está à margem do jogo do mercado econômico, simbólico (BOURDIEU, 1989), em que condições dignas de sobrevivência são negadas a um percentual significativo da população. Atentemos que essa parcela considerável de indivíduos será composta de velhos(as), visto que o envelhecimento populacional ocorre no mundo, porém de maneira acelerada e sem planejamento, nos países em desenvolvimento.

Os efeitos desse sistema excludente, que adota procedimentos taciturnos, revelam-se muitas vezes criminosos, outras vezes assassinos. Mas, em nossas regiões, a agressividade dessa violência tão calma resume-se a fatores de abandono. Deixa-se enfraquecer e perecer – cabendo a responsabilidade dessa derrota àqueles que faltam com seu dever, aquelas legiões discretas de pessoas sem trabalho (FORRESTER, 1997, p. 46).

¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONUBR). **População Mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoa em 2050, diz relatório da ONU**, 17. jun. 2019 [atualizado em 24. jun. 2019]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-chegar-a-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu/#:~:text=O%20Perspectivas%20Mundiais%20de%20Popula%C3%A7%C3%A3o,de%20padr%C3%B5es%20e%20perspectivas%20demogr%C3%A1ficos>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Observamos que discursos políticos xenofóbicos, racistas, nazifascistas, sexistas, homofóbicos, transfóbicos, de discriminação às idades instigam comportamentos violentos de toda ordem. O cenário político no Brasil, nos Estados Unidos, em alguns países da Europa ocidental é sintomático de que o bem-estar social está visivelmente comprometido, marcado por práticas sociais com pouca ou nenhuma responsabilidade social, que afrontam os direitos humanos. As práticas sociais constroem a vida em sociedade. Para Fairclough (2012, p. 308),

[...] uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las.

Isso quer dizer que, através das mais variadas práticas em sociedade, tanto podemos instituir/manter a opressão sobre minorias, quanto alterar as estruturas sociais fossilizadas de discriminação e exclusão. Dentre os elementos que compõem a prática social, destacamos as relações sociais, a consciência, as identidades sociais e a semiose (FAIRCLOUGH, 2012), pois entendemos que uma mudança social é possível a partir de uma mudança nos discursos que permeiam as inúmeras relações sociais, na vida pública e privada, em que o elemento consciência é requisito imprescindível, para a [re]construção identitária dos sujeitos. Analisar a vida em sociedade é, também, analisá-la em seus aspectos semióticos – a língua(gem) e seus diferentes contextos de uso.

Com o intuito de refletir sobre os discursos, as ideologias, os preconceitos que atravessam as práticas sociais em relação às pessoas idosas brasileiras, particularmente no contexto de agressão contra esse segmento social, desenvolveremos a pesquisa intitulada *Do linguístico ao social: análise crítica do discurso da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar*. A população idosa aumentou entre 2012 e 2017², e a expectativa é de que 25,5% da população brasileira será idosa em 2060, consoante dados da Projeção da População realizada em 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. Outro fator que nos motivou a pesquisa foi o aumento das denúncias de violência contra a pessoa idosa no Brasil.

² PARADELLA, Rodrigo. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 26. abr. 2018, Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html>. Acesso em: 03 jul. 2018.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população por sexo e idade: Brasil 2000-2060**. Unidades da Federação 2000-2030. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, COPIS, 29 ago. 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=downloads>. Acesso em: 25 maio 2019.

Segundo apuração do Disque 100, o principal canal de denúncia de violação de direitos humanos – da Ouvidoria Nacional do Ministério dos Direitos Humanos⁴ –, 142.665 ocorrências de violação foram notificadas em 2017. Esse registro é superior ao ano anterior, e a violência contra crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência ocupa os três primeiros lugares na lista, respectivamente. É importante frisarmos que uma notificação pode apresentar mais de uma violação e que denúncia e violência não são, necessariamente, proporcionais. Dito de outro modo, embora não seja possível relacionar essas denúncias a uma elevação dos índices de violência contra pessoa, é fato que a violência contra velhos(as) é uma realidade, um problema social.

Os índices de agressão contra a pessoa idosa são, muito provavelmente, subnotificados, em virtude da relação de proximidade entre a vítima-idosa e o agressor, em geral, um ente familiar, o que torna o ato de registrar a ocorrência de violência muito mais difícil. O “[...] vínculo entre o autor e a vítima, [...] pessoas que convivem na mesma casa, são filhos, são sobrinhos, netos, [...] companheiros, companheiras que ficam vinculados à vítima e praticam em face dela toda sorte de violência” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2019, entrevista)⁵ contribui para seu silenciamento, em virtude do medo de represálias, do abandono, da vergonha, entre outras motivações.

a) O porquê de pesquisar sobre este tema

Escolhemos investigar os relatos de violência contra a pessoa idosa por três motivos: primeiramente, enquanto estudiosos críticos do discurso, entendemos a linguagem em sua relação com a prática social. Logo, toda produção de textos reflete aspectos da vida social, quais sejam, violência, empoderamento, resistência, opressão, sustentabilidade, consumo, entre inúmeros outros (FAIRCLOUGH, 2001, 2012). Em segundo lugar, as análises críticas do discurso têm como um de seus princípios a *aplicabilidade*, isto é, “devem promover resultados concretos de mudança social, atuando como práticas para atender a questões sociais iminentes, sendo propulsoras de transformações no modo de as pessoas olharem e agirem” (MELO, 2018, p. 33, grifo nosso). E, por último, porque

⁴ DINIZ, Maiana. Disque 100 registra 142 mil denúncias de violações em 2017. **Agência Brasil**, Brasília, 28. abr. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/disque-100-registra-142-mil-denuncias-de-violacoes-em-2017>. Acesso em: 04 abr. 2019.

⁵ Trecho da entrevista gentilmente concedida pelo Ilm^o. Delegado de Polícia Civil Dr. Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior, lotado na Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso e à Pessoa Com Deficiência (DEAIPD), do município de Aracaju, Sergipe, em 2019. A entrevista encontra-se no Apêndice A deste trabalho.

[...] atribuir a um ato de exploração, de dominação, de agressão física, emocional ou moral o caráter negativo de violência significa um *status* superior da consciência social a respeito dos direitos dos indivíduos e de coletividades. Tal compreensão acompanha o progresso do espírito democrático (MINAYO, 2010, p. 16-17).

No nosso entender, analisar os relatos de violência contra idosos(as) constitui um caminho para uma efetiva mudança na sociedade, ainda que a médio e longo prazo, quando tornamos visível uma prática violenta que acontece em âmbito privado. As pesquisas linguístico-sociais têm sido de extrema relevância para a transformação social, uma vez que o sujeito é dotado de “consciência” e “uma capacidade autónoma de reflexão, de escolha, de liberdade limitada”, para refletir e agir sobre o mundo, no que anuímos com Bajoit (2006, p. 96). Minayo (2010, p. 21) explicita que a violência “traduz a existência de problemas sociais que não se transformam em tema de debate e busca de solução pela sociedade”, fator que reforça nossa motivação em trabalhar com essa temática.

Somos do entendimento que qualquer prática violenta que afronte os direitos humanos precisa ser, exaustivamente, exposta, debatida, reiterada até ser debelada. A violência contra a pessoa idosa não pode ficar apenas nas estatísticas, porque é o cotidiano de homens e mulheres velhos(as) violentado(as), em seu próprio lar. Estudiosos(as) da área afirmam que esse assunto carece de mais pesquisas, porque sabemos que a pessoa da terceira idade padece de vários tipos de violência. A intrafamiliar é uma delas. Essa categoria é socialmente preterida em vários sentidos. Nos discursos das novelas, das revistas de moda, das propagandas que têm foco no segmento mais jovem da sociedade. Castro (2015, p. 104)⁶ afirma que a velhice não repercute como uma “categoria de autoidentificação” em nosso meio social, uma vez que a referência de ser velho é ser um velho jovem.

A apologia à juventude é transformada “em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade” (DEBERT, 2012, p. 21). Assim, as pessoas da terceira idade são transformadas em um novo mercado consumidor do turismo e dos cuidados com a beleza. “A beleza, juntamente com a felicidade, tem sido uma das mais excitantes promessas modernas e um dos ideais que instigam o inquieto espírito moderno”, nas palavras de Bauman (2005, p. 142). De forma particular, o gênero feminino sofre pressões acerbadas em razão do gênero, da idade, da beleza, e a velhice parece-nos a condição sempre postergada. Impositivo discurso do universo da beleza fomenta o repúdio à velhice, como atestado nos rótulos dos dermocosméticos, nas propagandas das clínicas de estética, no incentivo a cirurgias plásticas. A força de um único

⁶ Pesquisadora que estudou o uso da imagem do idoso em campanhas publicitárias britânicas e brasileiras.

prefixo corrobora o que dizemos: *anti-idade*, *antissinais*, *antienvelhecimento*, *antirrugas*, *antiantiflacidez* (grifos nossos). Além das escolhas verbais usadas para se referir à velhice, quais sejam, combater, apagar, reduzir, preencher, evitar as rugas e linhas de expressão próprias do natural processo de envelhecimento.

Aventamos que a velhice carrega consigo esse estigma, por nos remeter à proximidade da morte, visto que quanto mais desgastados organicamente estamos, mais perto da morte chegamos. O medo da transitoriedade da vida física assombra os indivíduos, os quais, por sua vez, engajam-se, freneticamente, nas mais variadas atividades, de modo a “expulsar a reflexão sobre a morte” (BAUMAN, 2005, p. 125), conseqüentemente, sobre o envelhecimento. É inegável que a longevidade populacional é um fenômeno demográfico que traz, em seu bojo, a necessidade de novos arranjos políticos e econômicos com direta repercussão na dinâmica social.

Muitos(as) idosos(as) têm seus direitos violados pelas instituições, pelo Estado, pela família, ainda que o Art. 3º do Estatuto do Idoso estabeleça que

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003, s/p).

O preconceito e os vários tipos de violência contra idosos(as) podem acarretar privação material e/ou social, doenças mentais, suicídio e morte precoce, em razão da abreviação da expectativa de vida. Cavalcanti e Minayo (2012), no artigo “Autópsias psicológicas e psicossociais de idosos”, investigaram as mortes de idosos(as) por suicídio no Brasil⁷ e apontaram seus principais motivos: os abusos e desqualificações; sobrecarga financeira; morte e adoecimentos de parentes; isolamento social e traços depressivos; ideações, tentativas e suicídio na família; deficiência, doenças físicas e transtornos mentais. O homem velho sofre mais de isolamento social, seguido das doenças ou deficiências que ocasionam invalidez, a interrupção do trabalho e a limitação da capacidade funcional – no caso dos homens velhos.

O presente trabalho pretende expor as formas de violência contra a pessoa idosa nas relações familiares, dos relatos de agressão da vítima idosa coletados na delegacia

⁷ O artigo publicado na revista *Ciência & Saúde*, que apresenta uma análise de 51 casos de suicídio em idosos, foi elaborado de um ponto de vista psicossocial, o qual foi resultado de um estudo multicêntrico, desenvolvido em dez municípios brasileiros. O método utilizado chamado “autópsia psicológica” incluiu um roteiro de entrevista semiestruturado, adaptado para a população acima de 60 anos e submetido a um processo de padronização, sistematização e validação por um grupo de pesquisadores, além de se basear em extensa revisão bibliográfica sobre o tema, de 1980 a 2012, a partir dos descritores *suicide and elderly*; *suicide and older people*, feita nas bases de dados da Medline, PsychINFO, SciELO e Bireme.

especializada. Apresentar algumas ponderações sobre o envelhecimento e seus impactos na sociedade, bem como o preconceito contra o corpo envelhecido, no intuito de promover uma reflexão acerca dos maus-tratos sofridos pelos(as) idosos(as), através de análises de categorias linguísticas que retratam o social. Dessa forma, oferecermos uma contribuição sobre a temática da violência intrafamiliar que acomete a pessoa idosa, pois “os analistas do discurso orientam suas pesquisas em solidariedade e cooperação com os grupos dominados” (VAN DIJK, 2008, p. 114).

b) Nossa escolha de investigação, aporte teórico e Análise Crítica do Discurso

Este trabalho será respaldado na Análise Crítica do Discurso (ACD)⁸, uma teoria e metodologia criada por um grupo de pesquisadores europeus, em que o discurso é entendido

[...] em uma perspectiva de linguagem em ação, sendo um elemento da vida social fortemente articulado a outros elementos. A análise de discurso crítica constitui, nessa perspectiva, importante recurso para a análise do processo social, por meio da análise textual (LIRA; ALVES, 2018, p. 106).

Como dissemos nas considerações iniciais, a ACD é a análise dos diálogos entre elementos das práticas sociais. Nesse sentido, investigaremos o que, linguisticamente, as narrativas dos idosos vitimados pelos familiares delineiam sobre os valores culturais, as relações entre a pessoa idosa e seus agressores, as ideologias, a fim de ampliarmos ao social. Como o processo social envolve três elementos que se inter-relacionam: estruturas sociais – a língua –, práticas sociais e eventos discursivos, a análise textual constitui a base da nossa pesquisa. É nas práticas sociais, onde circula a produção textual, que as instituições, organizações, estruturam o mundo social. Isso porque “as línguas como estruturas sociais constituem possibilidades, selecionadas por uma rede de práticas sociais no aspecto linguístico, ou ordens do discurso, e se concretizam em textos” (LIRA; ALVES, 2018, p. 106).

No nível linguístico, lidaremos com os textos e os recursos gramaticais encontrados nesses relatos, para, assim, deprendermos o que socialmente está implicado, nas situações de violência intrafamiliar contra a pessoa idosa. Estudar relações de agressão é analisar as

⁸ A expressão em inglês *Critical Discourse Analysis* foi traduzida como Análise Crítica do Discurso e Análise de Discurso Crítica, em 2001, respectivamente, pelas pesquisadoras Célia Magalhães e Izabel Magalhães. Segundo Izabel Magalhães, o segundo termo é justificado por um processo sociohistórico, uma vez que foi introduzido pelo Grupo de Pesquisa de Linguagem e Ideologia da Universidade de Brasília e é usado desde o volume 1 da revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, em 1995. Entretanto, nas palavras da própria autora (1995, p. 6), “quanto ao termo a ser adotado, análise crítica do discurso não é nem mais nem menos correto do que análise de discurso crítica”. Para fins de escolha, utilizaremos o termo Análise Crítica do Discurso, nesta dissertação.

assimetrias de poder, as ideologias que permeiam esses contextos particulares, em um contínuo diálogo com outras áreas do saber, quais a sociologia, a antropologia, a psicologia. A teoria da Linguística Sistêmico-Funcional e seu suporte gramatical, a Gramática Sistêmico-Funcional, são de grande valia para as análises linguísticas.

Esta pesquisa de mestrado é vinculada à linha de pesquisa Linguagem: Identidade e Práticas Sociais, na área de concentração Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Sergipe. Tem como objetivo geral refletir textual e sociodiscursivamente sobre as oitivas da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar. Apresenta um *corpus* constituído de 10 relatos de agressão, referentes ao período de janeiro a junho de 2018, coletados na Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (DEAIPD), em Aracaju, Sergipe.

c) Esquematizando a estrutura

Esta introdução que se apresentou tem por finalidade situar a relevância de estudarmos as práticas sociais e discursivas, nas situações de violência contra a pessoa idosa. No primeiro capítulo, embasaremos todo o aparato teórico para realizar nossas análises, através de um sucinto histórico da Análise Crítica do Discurso, as noções de ideologia, crítica, poder. Apresentaremos os Estudos do Discurso na América Latina, e os pesquisadores brasileiros que trabalham com a ACD, incluindo a Abordagem Sociológica Comunicacional do Discurso (ASCD). Falaremos, também, sobre o funcionalismo de Halliday e suas categorias linguísticas, que constam em seu suporte gramatical, a Gramática Sistêmico-Funcional, para as análises textualmente orientadas do nosso *corpus* (BESSA; SATO, 2018; CUNHA; SOUZA, 2011; DAMACENO, 2013; FAIRCLOUGH, 2001; FUZER; CABRAL, 2014).

No segundo capítulo, destacaremos, brevemente, importantes conquistas no campo social para a pessoa idosa no mundo e no Brasil (BRASIL, 2014; CAMARANO, 2004); versaremos sobre as construções culturais acerca do envelhecimento, em especial, para a mulher velha (ABREU, 2017; GIDDENS, 1991; DEBERT, 2012); falaremos sobre a definição de violência contra a pessoa idosa, sua relação com a saúde e a desumanidade em algumas de suas facetas no Brasil (BRASIL, 2003, 2014; MINAYO, 2010) e abordaremos também sobre a mulher idosa no cenário brasileiro (AZEVEDO, 2016; BRASIL, 2014; CASTELLS, 1999; MINAYO, 2010; MOTTA, 2014; SCARANCE, 2019).

Adentraremos a etapa metodológica, no terceiro capítulo desta dissertação, pautada pela ACD e ASCD. Destacaremos a importância da pesquisa social qualitativa em nosso trabalho,

para observação e entendimento do fenômeno humano denominado envelhecimento. Apresentaremos nossas perguntas, objetivos geral e específicos, o *locus* e o processo de geração dos dados de nossa pesquisa, bem como os caminhos de análise (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; MARCONI; LAKATOS, 2017; MINAYO, 2005; PEDROSA, 2013).

No capítulo quarto, realizaremos as análises textualmente orientadas pelos caminhos da ASCD e com lastro no Sistema de Transitividade da Gramática Sistêmico-Funcional. No aspecto sociodiscursivo, o suporte teórico das Ciências Sociais, da Psicologia e da Antropologia. Iniciaremos com o conceito de gênero textual (FAIRCLOUGH, 2001), em seguida, destacaremos os processos verbais e materiais, bem como trabalharemos os modos de operação da ideologia envolvidos nas escolhas lexicais dos agressores (THOMPSON, 2011). Daremos também um enfoque especial à violência psicológica no contexto da violência intrafamiliar contra a mulher velha (FALEIROS; BRITO, 2009; HIRIGOYEN, 2019; HOOKS, 2015; PENSO; MORAIS, 2009; PIMENTEL, 2011).

Por fim, as considerações finais compreenderão as nossas perspectivas, o delineamento da metodologia e as pretensões e conclusões a respeito do problema social da violência contra a pessoa idosa. Ressaltamos que nosso trabalho, de modo nenhum, assume caráter definitivo sobre assunto tão complexo como o da violência, em particular, contra idosos, por isso, esperamos que esta dissertação possa contribuir textual e socialmente com essa temática, bem como instigar mais pesquisas em favor das minorias.

CAPÍTULO I

NOS ESTUDOS DO DISCURSO, UM CAMINHO PARA A MUDANÇA DE PRÁTICAS DISCURSIVAS E SOCIAIS

Neste capítulo, apresentaremos o marco dos Estudos do Discurso na América Latina, bem como os estudos críticos sobre/para os problemas sociais latino-americanos, por meio dos quais pesquisadores(as) brasileiros(as) utilizam a teoria anglo-saxã da Análise Crítica do Discurso (ACD) e seus métodos variados. Falaremos também sobre o comprometimento social das pesquisas de viés crítico, incluindo as pesquisas segundo a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD). Por último, apresentaremos a ótica hallidayana funcionalista da linguagem e o Sistema de Transitividade.

1.1 Uma introdução aos Estudos do Discurso na América Latina

O termo análise do discurso é originário da tradução do termo *discourse analysis*, criado pelo linguista americano Zellig S. Harris, em 1952, “que lhe dá o sentido de estudo da dimensão transfrástica” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 202). Ao final dos anos 60, na França, Pêcheux e seus colegas desenvolveram uma abordagem à análise de discurso baseada em Harris e na ideologia proposta por Althusser, uma releitura da teoria marxista de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001). A Análise de Discurso (AD) deu uma nova contribuição às abordagens linguísticas por focar o discurso, visto que desse campo disciplinar autônomo, várias pesquisas e métodos específicos foram desenvolvidos.

Na América Latina, os estudos sobre o discurso tiveram seu início com a criação da Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED), no primeiro congresso intitulado Estudos do Discurso (ED), no ano de 1995, em Caracas. Esse congresso foi presidido por Adriana Bolívar, em que participaram representantes de vários países latino-americanos, estudiosos⁹ do discurso de variadas tendências teórico-metodológicas, com enfoque nos problemas típicos dos países latinos, tais como a desigualdade social, pessoas em situação de rua, educação, comunidade surda, comunidade LGBTQIA+, violência doméstica, dentre inúmeras outras questões sociais.

⁹ Dentre seus pesquisadores, destacamos alguns nomes: Adriana Bolívar, na Venezuela; María Laura Pardo, na Argentina. No Brasil, Cynara Telles, Décio Bessa, Denize Elena Garcia da Silva, Dirceu Cleber Conde, José Luiz Fiorin, Ligia Mara Boin Menossi de Araújo, Marcos Lúcio De Souza, Roberto Leiser Baronas, Mônica Baltazar Diniz Signori, Samuel Ponsoni, Sandro Silva e Sidnay Fernandes dos Santos e Sírio Possenti. Outros destaques brasileiros foram Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Villaça Koch, como seus sócios-fundadores.

O reconhecimento internacional da ALED deu-se com a publicação do artigo “Discourse Studies in Latin America”, em 1997, em *Discourse & Society*, de autoria de Teun van Dijk. Nesse editorial, o autor expôs a necessidade de a comunidade científica internacional aprender espanhol, a fim de se ter conhecimento dos trabalhos em ED, na América Latina, bem como o de traduzir as obras do inglês e do francês para a língua hispânica, pois “o objetivo principal da ALED é promover estudos latino-americanos do discurso, estimular a cooperação internacional e a criação de centros de dados e documentos” (VAN DIJK, 1997, p. 163-164, tradução nossa¹⁰).

A partir de então, dentre as mudanças significativas que aconteceram, destacamos a massiva circulação de livros em espanhol e português, o que resultou em mais citação dos autores latinos, e o enfoque nos ED de tradição anglo-saxã e norte-americana, especialmente, entre as gerações mais jovens, como observou Van Dijk (1997). A cada dois anos, a ALED realiza congressos científicos internacionais em um dos países membros, nesse ínterim, o delegado regional de cada país membro fica responsável por promover um colóquio de estudos para fomentar as temáticas a serem discutidas nas mesas redondas e conferências desses congressos.

Bolívar (2004) afirmou que os ED latino-americanos se fortaleceram significativamente com a inauguração da *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, da ALED, em 2001. Isso porque alguns de seus membros participavam de outras associações internacionais, como Asociación de Filología y Lingüística de la América Latina, International Pragmatics Association e International Association for Dialogue Analysis, fato que ajudou a disseminar os trabalhos do discurso escritos por autores latinos. Na Argentina, por exemplo, a primeira conferência internacional em ACD foi realizada em novembro de 1996, coordenada por Laura Pardo.

Essa estudiosa é diretora do Departamento de Linguística do Centro de Investigações em Antropologia Filosófica e Cultural, pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas, especialista em Análise de Discurso, Análise Crítica do Discurso, Metodologia de Pesquisa Linguística, e trabalha com assuntos como discurso e pobreza, discurso jurídico, fala e violência domésticas. A autora (2017) desenvolveu o método sincrônico-diacrônico que trabalha com dados linguísticos para elaborar teoria, por isso, tem caráter indutivo, e pode ser aplicado tanto na AD, quanto nas análises críticas do discurso.

¹⁰ “The main aim of ALED is to promote Latin American studies of discourse, to stimulate international cooperation and the creation of data and documentation centers” (VAN DIJK, 1997, p. 163-164).

No Brasil, as agendas de pesquisa dos ED focalizam o desenvolvimento das teorias e metodologias do discurso; a mídia; as ideologias; a educação; a interação cotidiana; para citar algumas. Bolívar ressaltou, também, o caráter transdisciplinar dos estudos do discurso, no diálogo com outras áreas do saber, como a Psicologia, a Psicanálise, o Direito, a Medicina, a História, a Antropologia desde 2003.

1.2 A perspectiva crítica para as análises do discurso

O termo ACD foi cunhado por Fairclough em seu artigo “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis”, no *Journal of Pragmatics*, em 1985. Esse autor britânico divide a análise do discurso em dois tipos de abordagens, críticas e não críticas. A análise crítica do discurso se encontra no primeiro *hall*, ao passo que a análise da conversação, a pragmática e a sociolinguística são classificadas como não críticas (MELO, 2018).

A análise crítica do discurso constitui toda investigação analítica discursiva de dados escritos, falados ou visuais, com foco em um problema social, com intuito de desvendar discursos ideológicos opressores naturalizados; desmascarar o poder de grupos dominantes, as hegemonias das práticas discursivas nas diversas situações sociais e, assim, promover uma mudança na sociedade através do empoderamento social de grupos oprimidos que representam a parte mais prejudicada nas relações assimétricas de poder (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DIJK, 2008; WODAK; MEYER, 2015).

Essa teoria possui múltiplas origens¹¹ e estabeleceu-se como disciplina em muitos departamentos e currículos no mundo, a começar dos países europeus, Inglaterra e Holanda, com publicações em vários periódicos científicos, quais sejam, *Critical Discourse Studies*, *The Journal of Language and Politics*, *Discourse and Communication and Visual Semiotics* e *Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines* (WODAK; MEYER, 2015).

Teun van Dijk, Ruth Wodak, Norman Fairclough, Gunther Kress e Theo van Leeuwen, com apoio da Universidade de Amsterdã, reuniram-se e deliberaram sobre os métodos e teorias para as análises do discurso sob uma perspectiva crítica, em janeiro de 1991. A data-marco do início da ACD deu-se com o lançamento da revista *Discourse & Society* (1990), de Van Dijk. Em décadas anteriores, obras com viés crítico já haviam sido publicadas por esses autores. *Prejudice in discourse* (1984), que versa sobre racismo, de Van Dijk; *Language and power*, de

¹¹ A Retórica, Linguística Textual, Antropologia, Filosofia, Sociopsicologia, Ciência Cognitiva, nos Estudos Literários e na Sociolinguística, Linguística Aplicada e Pragmática.

Fairclough; *Language, power and ideology*, autoria de Wodak – essas duas publicações datam de 1989 (MELO, 2018; PEDROSA, 2005).

A teoria da ACD representou um novo paradigma para as análises do discurso, ao colaborar com um direcionamento crítico e expor a ideologia e o poder que submetem e/ou marginalizam indivíduos e grupos, nos mais diversos contextos socioculturais, com a intenção de emancipar esses sujeitos.

O sentido crítico nos usos da linguagem teve origem nas análises de cunho linguístico feitas pelos linguistas Fowler, Hodge, Kress e Trew, com base nas categorias de descrição linguística da teoria funcionalista da linguagem hallidayana, a fim de examinar os discursos públicos, desde propagandas políticas até entrevistas, e revelar as ideologias discriminatórias subjacentes. Suas análises linguísticas averiguaram “o sexismo; o racismo; as desigualdades na educação, no trabalho, nos tribunais etc.; guerra, armas e poder nuclear; estratégias políticas; e práticas comerciais” (FOWLER, 2004, p. 210). Essa atividade linguística de espírito crítico é conhecida por Linguística Crítica. Em 1979, esses linguistas britânicos publicaram o livro *Linguagem e controle*.

As teorias de Harris, Gramsci, Foucault, Althusser, Habermas, Marx, entre outros, influenciaram os linguistas críticos, assim como os analistas do discurso. A disposição crítica nas análises críticas do discurso tem sua raiz na teoria social da Escola de Frankfurt, com Habermas, principalmente, baseada no ensaio de Max Horkheimer, de 1937. Nesse ensaio, o autor explica a necessidade de a teoria social ser orientada para a crítica e a transformação da sociedade, em contraste com a teoria tradicional, voltada para a compreensão ou explicação da realidade social. A ACD, que estuda as “relações dialéticas entre semioses e outros elementos das práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309), possibilita um trabalho de análise comprometido com o social, entrelaçando diferentes disciplinas, com métodos variados.

Dessa forma, promove não só a reflexão sobre os resultados da pesquisa, mas também a autorreflexão, o que nos leva a afirmar que a pesquisa crítica envolve o exercício da autocrítica (WODAK; MEYER, 2015). Nessa relação entre discurso, ideologia, poder e crítica, Fairclough (2001) inovou com sua teoria, ao propor que a linguagem é um vetor de transformação social, bem como um campo de análise profunda das reproduções ideológicas nas práticas sociais, preenchendo, dessa maneira, as lacunas da linguística crítica e da análise de discurso francesa. Nas palavras do estudioso,

Nos primeiros [linguistas da Grã-Bretanha], a análise linguística e o tratamento de textos linguísticos estão bem desenvolvidos, mas há pouca teoria social, e os conceitos de ‘ideologia’ e ‘poder’ são usados com pouca discussão ou explicação, enquanto no

trabalho de Pêcheux a teoria social é mais sofisticada, mas a análise linguística é tratada em termos semânticos muito estreitos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20).

Na visão de Van Dijk (2013), ser crítico é, acima de tudo, uma maneira de ser que se contrapõe ao abuso de poder. O uso da linguagem por falantes reais é o que interessa à ACD, porque “a ADC não é neutra. Ela sempre se posiciona criticamente” (BATISTA JR.; SATO; MELO, 2018, p. 13), com olhar crítico-investigativo acerca das práticas discursivas, em que os textos são produzidos, distribuídos e consumidos (FAIRCLOUGH, 2001). O discurso constitui “usos da linguagem relativamente estáveis a serviço da organização e estruturação da vida social¹²”, nas palavras de Wodak e Meyer (2015, p. 5, tradução nossa), em que as ações comunicativas, em larga escala, são [re]produzidas por instituições ou entidades poderosas, quais o Estado, a Mídia, a Igreja, a Família, daí sua natureza ideológica.

Em sociedade, sabemos que “poucas pessoas têm uma liberdade total para dizer e escrever o que querem, onde e quando querem e para quem querem” (VAN DIJK, 2010, p. 18). Ele entende a ideologia como uma espécie de instrumento de legitimação de grupos e seus membros. Segundo esse autor (VAN DIJK, 1998, p. 257, tradução nossa), “Em nossa análise de ideologia, temos visto que as ideologias, enquanto base das representações sociais de grupos e seus membros, também pressupõem normas e valores¹³”. Isto é, as ideologias são visões de mundo que constituem representações sobre determinado aspecto do social, organizadas e partilhadas entre seus membros, que pode ser positivo ou negativo. Por exemplo, o autor cita as ideologias democráticas, as de resistência de grupos minoritários, que legitimam e reivindicam os direitos de grupos e instituições.

Fairclough (2001) declara que todo discurso que colabora para a manutenção do poder e dominação, nas relações particulares, é necessariamente ideológico. O linguista entende a ideologia como uma espécie de falsificação da hegemonia de grupos dominantes, teoria social marxista com lastro em Gramsci e Althusser. No que se refere às representações simbólicas e o discurso midiático, Fairclough dialoga com Thompson (2011), visto que as representações simbólicas desempenham um papel social fundamental, com vistas a estabelecer ou manter relações de poder.

Vejamos, no quadro a seguir, as classificações a respeito das formas simbólicas de Thompson:

¹² “relatively stable uses of language serving the organization and structuring of social life” (WODAK; MEYER, 2015, p. 5).

¹³ “In our analysis of ideology, we have seen that ideologies, as the basis of the social representations of groups and their members, also presuppose norms and values” (VAN DIJK, 1998, p. 257).

Quadro 1. Modos de operação da ideologia.

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica		
Legitimação	Racionalização	Universalização	Narrativização
Dissimulação	Deslocamento	Eufemização	Tropo (sinédoque, metáfora, metonímia)
Unificação	Estandarização	Simbolização da unidade	
Fragmentação	Diferenciação	Expurgo do outro	
Reificação	Naturalização	Eternalização	Nominalização/ Passivização

Fonte: Adaptado pela autora com base em Thompson (2011, p. 81).

Dentre os modos gerais de operação supracitados, iremos conceituar aqueles de que faremos usos em nossas análises. A estratégia de legitimação, como o próprio nome indica, refere-se às mais variadas representações em sociedade, sejam faladas, escritas ou visuais, legitimadas por instituições ou grupos que visam à obtenção de direitos sobre, e em detrimento de, outros indivíduos.

Essa legitimação pode ocorrer fundamentada na racionalização, universalização ou narrativização. A racionalização envolve a elaboração de justificativas que respaldem a produção simbólica, com fins de atestar sua idoneidade. Na universalização, “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (THOMPSON, 2011, p. 83). Quanto à estratégia de dissimulação, o autor explica que as representações podem ser manipuladas no uso do descolamento, da eufemização ou do tropo. Na primeira estratégia, há o deslocar de sentidos positivos ou negativos de um indivíduo ou objeto para outro. Em relação à eufemização, “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (THOMPSON, 2011, p. 84).

Embora comumente usada na literatura, o tropo é uma boa estratégia de dissimulação que utiliza a sinédoque, metáfora e metonímia, pois as figuras de linguagem são usadas em todos os tipos de discurso. A sinédoque é uma espécie de metonímia, em que se associam palavras ou expressão contida no todo em referência a uma parte ou vice-versa. A metonímia diz respeito a um verbete que “toma o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de uma característica relacionada a algo para se referir à própria coisa”, conforme Thompson (2011, p. 84). A metáfora é uma figura de linguagem que atribui conotação a grupos ou indivíduos que

eles não detêm. A dissimulação acontece nessa ação de metaforizar relações sociais, por exemplo, conferindo-lhes atributos positivos ou negativos. Os discursos midiáticos, políticos, usam consideravelmente essa técnica de dissimulação, a fim de imporem suas interpretações do mundo social.

Por último, não menos importante, “A *ideologia* como reificação envolve, pois, a eliminação, ou ofuscamento, do caráter sócio-histórico dos fenômenos” (THOMPSON, 2011, p. 87-88, grifo do autor). Na naturalização, os discursos excludentes, castradores são tornados naturais, explicados por uma pseudo-razão de ordem biológica, por exemplo, atribuir supremacia à raça branca ou afirmar que a homossexualidade é ser a norma sexual, quando não passam de construções sociais arbitrárias. Na estratégia eternalização, as construções simbólicas, culturais, portanto, sociais, são tratadas de forma a-histórica, dado o seu caráter de imutabilidade.

Outra estratégia da reificação é a nominalização ou passivização. Um meio de se apagar os sujeitos da voz ativa, transformando-os em agentes da passiva, em que a atenção do leitor/observador se volta para o sujeito da voz passiva, ou seja, o fato, o acontecimento. Ao passo que o(s) culpado(s) pela ação fica(m) invisibilizado(s), quando não, propositalmente omitidos da oração na voz passiva. A nominalização consiste em substantivar fatos e/ou integrantes de uma oração, no intuito de ofuscar a gravidade de uma ocorrência.

O poder é outro aspecto muito importante quando trabalhamos com o discurso. Fairclough (2001, p. 122) escreve que a noção de poder está atrelada ao conceito de hegemonia, no sentido gramsciano, e significa “[...] poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e, temporariamente, como um equilíbrio instável”.

As diferenças discursivas são delineadas pelos diferentes níveis de poder, camuflados nos discursos e gêneros textuais. Em uma outra linha de pensamento, Van Dijk (2010) considera que o poder pode ser utilizado para fins diversos, como o esclarecimento, a conscientização por meio da educação, da mídia. O pesquisador (2008, p. 27) afirma que o importante é o propósito a que serve o poder e se positivo ou negativo, pois a “sociedade não funcionaria se não houvesse ordem, controle, relações de peso e contrapeso, sem as muitas relações legítimas de poder”. Para ele, a questão está no abuso de poder porque o abuso gera as desigualdades sociais.

Assim posto, explicitamos que trabalharemos com as ideologias e seus usos na preservação de tradições e na naturalização de certos discursos que atravessam os relatos de violência intrafamiliar contra a pessoa idosa (THOMPSON, 2011). Investigaremos também os tipos de poder (PEDROSA, 2012) que permeiam a violência intrafamiliar.

1.2.1 A análise crítica do discurso em terras brasileiras

Os estudos em análise crítica do discurso ou análise de discurso crítica tiveram início com os trabalhos da pesquisadora Izabel Magalhães, na publicação do artigo “Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso”, na revista *D.E.L.T.A.* em 1986. A autora estabeleceu um convênio entre a Universidade de Lancaster, onde Fairclough é professor emérito de linguística e língua inglesa, e a Universidade de Brasília. Lançou, também, a revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade* e foi responsável pela coordenação e revisão da tradução do livro *Discurso e mudança social* de Fairclough, publicado em 2001, no Brasil (MAGALHÃES, I., 2005).

Outra pesquisadora da área que contribuiu significativamente para a consolidação das pesquisas em ACD, no Brasil, foi Célia Magalhães. Com a organização da disciplina Análise Crítica do Discurso, no segundo semestre de 2000¹⁴. No ano seguinte, organizou o livro *Reflexões sobre a análise crítica do discurso* e traduziu o texto “Critical discourse analysis and the marketization of public discourse”, de Fairclough, a pedido do próprio autor (MAGALHÃES, C., 2001). Na atualidade, há um amplo leque de pesquisadores engajados que trabalha com a divulgação e compreensão da ACD entre linguistas e não linguistas¹⁵, na perspectiva da transformação social. Dentre os quais, citamos Iran Ferreira de Melo, Cleide Pedrosa, Carmen Caldas-Coulthard, Décio Bessa, Denise Sato, José Ribamar Jr., Paulo Gonçalves-Segundo, Viviane Resende e Viviane Vieira [Ramalho, anteriormente], Taysa Mércia Damaceno, Paulo Sérgio Silva Santos, José Meurer – que estudou a subárea da Linguística Sistêmico-Funcional, gêneros textuais e o desenvolvimento de um componente sociológico para a análise das interrelações entre linguagem e contexto.

Merecem destaque os trabalhos das pesquisadoras Resende e Vieira [Ramalho], da UnB, com a publicação dos resultados de suas pesquisas e das de seus orientandos em ACD, assim como as obras *Análise de discurso (para a) crítica* e *Análise de discurso crítica*, as quais detalham a ampliação da teoria faircloughiana em parceria com Chouliaraki, com vistas a uma melhor assimilação dessa teoria e metodologia (RAMALHO; RESENDE, 2011). Dentre as

¹⁴ Resultado do diálogo com sua colega Adriana Pagano, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da FALE, na Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁵ Aqui fazemos direta alusão ao livro *Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*, publicado em 2018, com capítulos de autores(as) diversos(as) da ACD, que consta nas referências deste trabalho.

publicações com outros autores, citamos *Outras perspectivas em análise de discurso crítica* e *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*, ambas publicadas em 2017.

De igual modo, destacamos a pesquisadora sênior e professora Caldas-Coulthard, uma das primeiras pesquisadoras a introduzir pesquisas em ACD com enfoque principal na questão de gênero nos discursos. Atualmente, suas análises críticas tratam de uma variedade de textos que englobam a identidade de brasileiros/as construída nos discursos de imigração, os multimodos de comunicação que contribuem para o significado geral de textos, por exemplo. Um outro realce que fazemos é o da abordagem criada pela pesquisadora Pedrosa (2013) que versa sobre temas sociais relevantes, tais como a comunidade surda, discurso midiático, idosos, violência de gênero, entre inúmeros outros temas caros à ACD.

1.2.2 Um olhar sociológico e comunicacional do discurso nas análises críticas

Nesta subseção, apresentaremos a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) de Pedrosa e algumas linhas de pesquisa desenvolvidas sob esse olhar. Como orientadora nas análises críticas do discurso, a autora (2013) percebeu a necessidade de uma teoria que pudesse abarcar as problemáticas sociais brasileiras lastreada na capacidade de ação e superação do sujeito contra as injunções sociais que o constroem. A ASCD surgiu dessa necessidade e baseia-se no aporte teórico da Sociologia para a Mudança Social (SMS) de Bajoit, visto que esse sociólogo (2006) adota uma perspectiva teórica que contribui para uma evolução da sociologia: “o lugar do indivíduo torna-se central, não só no pensamento dos sociólogos, mas em todas as suas instituições (família, escola, empresas etc.)” (BAJOIT, 2006, p. 37).

Vejamos a figura abaixo para melhor ilustrar o arcabouço teórico da ASCD.



Figura 1. Vínculos Teóricos da ASCD.

Fonte: A autora adaptado de Bessa (2016, p. 130).

A ASCD abarca também a Sociologia Aplicada à Mudança Social (SAMS), de Saco Álvarez; na perspectiva cultural, de Hall e Marttelart; e, com um enfoque na comunicação, a Comunicação para a Mudança Social (CSM) de Gumúcio-Dagron e Navarro. Diferentemente de outras correntes sociológicas, o Bajoit explicita que sua teoria enfatiza o indivíduo, por ser o resultado de “três instâncias: as suas predisposições genéticas, a prática de relações sociais e a sua consciência” (BAJOIT, 2006, p. 96). Em suas palavras (BAJOIT, 2006, p. 38, grifos do autor),

[...] procuramos explicar as condutas colectivas, a ordem e a mudança da sociedade, procurando *no indivíduo em relação* princípio da explicação, fazendo, portanto, uma sociologia relacional, baseada num paradigma da identidade individual. Dito mais claramente, *são as relações entre os sujeitos individuais, à procura de construir e realizar a sua identidade pessoal através das suas trocas, que permitem compreender a vida social.*

Em consonância com a ACD de que a linguagem possui uma arraigada relação com a prática social, pensamos que as práticas discursivas opressoras, abusivas, preconceituosas só podem ser modificadas, quando o indivíduo-sujeito se torna consciente das ideologias, hegemonias nos discursos das instituições, porque “a vida social implica constrangimentos do colectivo sobre os indivíduos que dele fazem parte” (BAJOIT, 2006, p. 39). Todo ato de resistência tem fundamento na consciência da violência sofrida, para que haja a emancipação dos grupos oprimidos.

Isso porque os atores sociais são potenciais agentes de transformação social. Daí a SMS explicitar os conceitos de indivíduo, sujeito e ator social (ISA); as esferas identitárias e os respectivos tipos de sujeitos e as zonas de tensões, em uma releitura das proposições de Bajoit (2006). Na SAMS, as modalidades de mudança social e cultural, de ruptura [revolta e revolução] ou mutação [evolução e reforma], são estudadas no contexto de um país latino-americano com problemas típicos de uma nação em desenvolvimento.

Na ASCD, o poder é um tema abordado que foi recontextualizado por Pedrosa (2012) a partir de Bajoit (2006). Os tipos de poder são, conforme Pedrosa (2012, p. 13-14, grifos da autora):

O **poder-domínio** refere-se ao modo de produção, o qual envolve a administração da produção e a utilização social das riquezas de uma coletividade. Como nem sempre as riquezas são suficientes, geram-se conflitos entre a classe de gestores que desejam controlar a produção em benefício próprio e a de produtores. Os atores sociais são gestores e produtores.

O **poder-Estado** refere-se ao tipo de regime político. A administração de uma ordem interna envolve: legislar (poder legislativo – decidir sobre o permitido e o proibido); julgar (poder judicial – avaliar as condutas conforme as leis); reprimir (poder

repressivo – aplicar a decisão do poder judicial) e governar (poder executivo – intervir na ordem instituída). Os atores políticos envolvidos são as elites estatais e os cidadãos. O **poder-autoridade** refere-se ao modelo de integração social. Esse modelo dá conta da socialização dos membros da coletividade de acordo com as regras adotadas para o corpo social, tais como: prescrever e inculcar as regras, garantir a autoridade da hierarquia, avaliar as condutas dos dirigidos e castigar o desvio social. Os atores sociais são as hierarquias e os dirigidos.

O **poder-influência** refere-se ao tipo de contrato social, relação social em que se estabelecem, se negociam e se garantem os compromissos, bem como a existência entre os diferentes grupos. Os atores sociais envolvidos são os grupos instalados e os grupos minoritários.

O **poder-hegemonia** refere-se ao modelo de ordem social, o qual diz respeito ao modo de administrar as relações entre as coletividades nos âmbitos regional e mundial. Os atores envolvidos são as coletividades hegemônicas e as coletividades dependentes. É uma relação de coerção em que a coletividade mais forte impõe (por diplomacia ou guerra) seus interesses políticos e econômicos a outras coletividades mais fracas.

A coletividade é o somatório de indivíduos que se constroem em suas próprias individualidades e, ao mesmo tempo, constroem a sociedade através das relações no meio social. Nas interações sociais, diferentes tipos de coerção são criados como uma forma de manter a ordem social, dentre eles, o poder, o qual representa um significativo mecanismo de coerção social, em todas as instâncias de interação entre indivíduos, e o ambiente familiar não é exceção (BAJOIT, 2006). Relações violentas são relações permeadas pelo uso indevido do poder. Segue um quadro com trabalhos produzidos na ASCD:

Quadro 2. Algumas pesquisas na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso.

Título	Autores/Instituição	Ano de conclusão
O discurso dos tuiteiros: uma análise crítica da construção identitária coletiva e do empoderamento cidadão [Mestrado]	Letícia Gambetta Abella PPGEL-UFRN	2012
Sujeitos e atores sociais nas representações discursivas de docentes da rede estadual de ensino em Sergipe: uma análise crítica em tempos de Ideb [Doutorado]	Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno PPGEL-UFRN	2013
Identidades coletivas de estudiosos da linguagem no Currículo Lattes: docência, pertença social e capital cultural-acadêmico [Mestrado]	João Paulo Lima Cunha PPGEL-UFRN	2014
Os rostos da pobreza brasileira: análise crítica dos discursos do Governo	Rodrigo Slamas Ribas / PPGEL-UFRN	2014

Federal, da Veja e da CUFA [Mestrado]		
Análise crítica da des(re)construção identitária em produções de narrativas de mulheres vítimas de gênero [Mestrado]	Danielle Brito da Cunha / PPGEL-UFRN	2015
Permanências e rupturas nos discursos femininos: estudo crítico na fanpage Claudia Online [Doutorado]	Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira PPGEL-UFRN	2016
Práticas pedagógicas na educação de surdos: análise crítica do discurso de professores da educação básica [Mestrado]	Alecrisson da Silva PPGL – UFS	2017
A apropriação do poder hegemônico da ciência em revistas de divulgação científica: estratégias sociodiscursivas [Doutorado]	Paulo Sérgio da Silva Santos PPGEL-UFRN	2017
O poder hegemônico das redes sociais: uma análise crítica do discurso de quem? Vai pra rua? [Doutorado]	Letícia Beatriz Gambetta Abella PPGEL-UFRN	2017
Discurso do sujeito surdo sobre sua educação: contribuições da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso [Mestrado]	Maiane Vasconcelos de Brito PPGL – UFS	2018
“Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil”: uma análise crítica das representações dos Atores Sociais sobre a temática do ENEM 2017 [Mestrado]	Fabíola dos Santos Lima PPGL – UFS	2018

Fonte: Atualizado pela autora com base em Pedrosa (2016, p. 94).

Diante do atual cenário socioeconômico, político e cultural brasileiro, em que discursos de apologia à violência são disseminados, quais sejam, a liberação do porte de armas à comunidade; a restrição da autonomia da gestão das universidades públicas bem como dos professores em salas de aula; um conceito unilateral de família, excluindo-se a pluralidade das relações sociais do século XXI; a veiculação de discursos pseudocientíficos, parecem-nos urgentes as pesquisas críticas engajadas socialmente.

1.2.3 O engajamento social das análises críticas do discurso

Ao se trabalhar criticamente o discurso, o diálogo com outras disciplinas do saber e o engajamento social são imprescindíveis. Nesse sentido, as minorias constituem foco de nossa atenção, uma vez que são violentadas pelas representações ideológicas de grupos hegemônicos políticos, econômicos, midiáticos, religiosos que detêm maior poder aquisitivo, intelectual, econômico e/ou cultural, o que resulta em um assimétrico poder de influência na manipulação dos discursos e das ações em sociedade em detrimento de outras categorias sociais.

Sabemos que “a vida colectiva implica a participação de todo o indivíduo em redes de relações sociais de domínio, de poder, de autoridade, de influência e de hegemonia” (BAJOIT, 2006, p. 64) e que os indivíduos em condição de não dominância devem empreender esforços, com o intuito de obterem o reconhecimento de seus direitos. Por essa razão, Bajoit afirma que o indivíduo “*gera este condicionamento: aceita-o ou rejeita-o, age sobre ele, transforma-o. Ele é condicionado, mas não determinado. Logo, as suas condutas são sempre *parcialmente imprevisíveis**” (BAJOIT, 2006, p. 26, grifos do autor).

É justamente nessa brecha de imprevisibilidade, na abertura à reflexão por parte do sujeito que os analistas críticos podem atuar na desnaturalização dos discursos de opressão, de discriminação, intolerância, exclusão, dogmatismos que ameaçam e/ou invalidam a possibilidade de segmentos minoritários alcançarem a igualdade ou mesmo existência no plano formal – as garantias resguardadas em lei – e no material – aplicabilidade da lei. Diante das inúmeras discussões acerca do conceito de minorias e grupos vulneráveis¹⁶, adotamos o seguinte entendimento de minoria ou grupo vulnerável para fins desta dissertação:

[...] segmentos que, em um cenário de disputa de poder, tendo como base suas especificidades ou diferenças ante os demais, são subalternizados por meio da violência física e simbólica, sendo, em razão de mecanismos de exclusão, mais suscetíveis à violação de direitos e desrespeito (BARRETO, 2016, p. 97).

O poder-influência (PEDROSA, 2012) desses grupos vulnerabilizados adquiriram força, além de visibilidade, a partir de significativos debates internacionais em favor dos direitos humanos – conferências temáticas, assembleias, convenções¹⁷ internacionais da

¹⁶A pesquisadora traz a lume algumas problemáticas sobre esses conceitos, no diálogo com outros autores, em sua obra *O Direito Penal dos Vulneráveis*, mais especificamente no segundo capítulo.

¹⁷Mencionamos algumas dessas iniciativas, de âmbito internacional, citadas por Barreto (2016, p. 25): Década da Mulher (1975-1985); I Conferência Mundial Sobre as Mulheres (1975); I Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento (1982); Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (1989); Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Que Pertencem a Minorias Étnicas, Religiosas ou Linguísticas (1992); II Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993); dentre inúmeras outras.

Organização das Nações Unidas (ONU) a partir dos anos 70 – e de leis específicas para sua proteção (BARRETO, 2016). Assim, no âmbito internacional, essas ações representaram um marco que culminou na criação de políticas públicas de “proteção específica¹⁸ de grupos excluídos do reconhecimento e da fruição de direitos” (BARRETO, 2016, p. 25), em vários países, incluindo o Brasil.

As discussões internas com vistas a atender a garantia dos direitos das minorias intensificaram-se na década de 80, tendo como diretrizes documentos internacionais sobre os Direitos Humanos, a Mulher, o Envelhecimento, dentre inúmeros outros. Faz-se relevante enfatizar que todas essas mudanças paradigmáticas em relação às minorias foram possíveis em razão do Estado Democrático de Direito, ainda vigente em nosso país.

Graças à democracia como forma de governo, os discursos de resistência e as denúncias das mulheres, dos negros, da comunidade LGBTQIA+, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, das pessoas em situação de rua contra as injustiças sociais proliferaram-se na mídia, no meio jurídico, nas comunidades virtuais com as novas tecnologias, provando que

[...] as minorias estão em luta por conquistas que vão do acesso a bens materiais (moradia, educação, saúde, etc.) ao acesso a bens simbólicos (ensino superior, imagem e representação positiva, espaço na mídia, no poder público, etc.) e ao reconhecimento como ator na esfera pública (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 178).

Essa luta se dá em função da coexistência de diferentes categorias sociais que, por meio de uma espécie de compromisso estabelecido “entre os actores que se estruturam em grupos de pressão”, negociam discursivamente com outras categorias sociais, a fim de estabelecerem pactos de “não agressão” (BAJOIT, 2006, p. 57-58). Dentre as lógicas de ação social propostas por Bajoit, em sua obra *Tudo muda*, no capítulo “As lógicas de Acção Social”, destacamos as de solidariedade, visto que os indivíduos “são solidários porque precisam uns dos outros para realizar os seus compromissos identitários” (BAJOIT, 2006, p. 242).

É com base na solidariedade que os mais variados grupos de pressão agem em favor das minorias, sendo membros do próprio grupo ou não, pois “certas categorias sociais são incapazes de prover elas próprias as suas necessidades: os demasiado jovens, demasiado velhos, doentes, deficientes, pobres, excluídos sociais, etc.” (BAJOIT, 2006, p. 58).

Não é à toa que

¹⁸ Entre a legislação penal voltada aos grupos vulnerabilizados, destacamos a Lei 7.716/89, chamada “Lei do Racismo”; a Lei de Criminalização da Homofobia, que é regida pela “Lei de Racismo”; a Lei 10.741/03, o Estatuto do Idoso; e a Lei 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha”.

Novos processos de criminalização, fundamentados no conceito de que violações de direitos humanos são crimes merecedores de severa repreensão e na constatação de que determinados grupos sociais sofrem discriminação e têm acesso negado às esferas de decisão política, quer seja em razão de critérios racistas, sexistas ou ainda uma combinação de variados e complexos mecanismos de exclusão, o que os faz vivenciar cotidianamente uma situação de subalternização e precariedade de garantias que frequentemente ameaça a dignidade pelo sacrifício dos direitos mais básicos, dão origem a um “Direito Penal dos vulneráveis”, assim entendido como a produção legal, fruto da mobilização de segmentos que buscam no Direito penal, a afirmação de suas especificidades e a satisfação da necessidade de reconhecimento de sua identidade e demandas por proteção (BARRETO, 2016, p. 21-22).

Reiteramos o papel das análises críticas do discurso na prática solidária em prol dos grupos minoritários, seja “na defesa dos seus direitos adquiridos, na luta pelos direitos dos quais sejam excluídos, e na luta por novos direitos” (BAJOIT, 2006, p. 111), contribuindo com o surgimento de novas representações sociais nos discursos individuais e coletivos que podem propiciar o bem-estar mental e psicológico dos indivíduos marginalizados socialmente bem como promover o fortalecimento das identidades de cada grupo específico, visando à construção de novos sentidos.

1.3 A ACD e a teoria funcional da linguagem hallidayana

Já mencionamos, anteriormente, que as análises do discurso textualmente orientadas são realizadas com o aporte teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), “[...] uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico” (GOUVEIA, 2009, p. 14), desenvolvida pelo linguista britânico Michael Halliday, que propôs a existência de uma linguística instrumental que serve ao propósito para que é usada¹⁹.

Os fundamentos da LSF têm base no funcionalismo britânico, em que a língua e a função a que se presta possuem uma forte relação (FOWLER, 2004). Tanto a Antropologia, com Malinowski, como a Linguística, com J. R. Firth, M. A. K. Halliday e John Sinclair, tiveram influência do Círculo Linguístico de Praga, “na complementação de uma abordagem estrutural do fenômeno linguístico (e literário) com uma abordagem funcional” (GOUVEIA, 2009, p. 21).

Para esses linguistas de abordagem funcional da língua, é preciso ir além do sistema linguístico e observar “como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso” (GOUVEIA, 2009, p. 14). Cultura e sociedade estão profundamente atreladas, e a língua se constitui um dos elementos culturais mais importantes

¹⁹ Em seu artigo “Explorations in the Functions of Language” de 1973.

dentre os “aspectos das sociedades humanas que são aprendidos e não herdados [...] e que tornam possível a cooperação e a comunicação” (GIDDENS, 2008, p. 22).

Na concepção de um sistema, a língua é o potencial para a elaboração de significado em um contexto de cultura. Já na concepção de texto, a língua situa-se no contexto de situação, em que circula o que Halliday e Matthiessen (2014) denominam de repertório de textos. Gouveia (2009, p. 25) afirma que “do ponto de vista da LSF, todo texto ocorre em dois contextos, um dentro do outro. O primeiro nível contextual é definido pelo contexto de situação, o segundo pelo contexto de cultura”.

Falamos em textos porque o texto “é o resultado de toda e qualquer situação de interação, isto é, é ele próprio a forma linguística de interação social, uma unidade de uso linguístico” (GOUVEIA, 2009, p. 18). A partir dessas colocações, podemos afirmar que toda produção linguística de uma sociedade é realizada “por sujeitos em determinados contextos situacionais e históricos” (CALDAS-COULTHARD, 2016, p. 199).

A LSF é uma teoria fundada em uma rede de escolhas paradigmáticas que “[...] busca entender a realidade externa quanto interna da língua, respectivamente, um sistema que refrata as demandas da ação social humana, ajudando os atores sociais em seus processos de significação, e buscando examinar a estrutura linguística” (GONÇALVES SEGUNDO, 2014, p. 6). Segundo essa teoria da linguagem, o sistema de uma língua apresenta três funções ou metafunções: a ideacional, a interpessoal e a textual.

Na função ideacional, a oração é entendida como uma maneira de representação da realidade social em que os falantes expressam suas vivências e ações no mundo, organizando-as com o fito de que façam sentido, tenham lógica, daí a origem de suas duas subfunções, a experiencial e a lógica, respectivamente. No sistema de transitividade, destacamos que a variável de registro (ou o tipo de texto) a ser analisada é o *campo*, que diz respeito ao assunto, à organização da experiência no texto (grifo nosso).

Em se tratando da função interpessoal, segundo o próprio nome revela, o foco é a relação entre as pessoas envolvidas e seus aspectos linguísticos em uma determinada instância da prática social. Essa função instaura a noção de registro denominada relações e auxilia na “codificação de significados de atitudes, interação e relações sociais” (GOUVEIA, 2009, p. 16). A função textual, por sua vez, trabalha com a variável de registro chamada modo, que é utilizada para organizar as vivências dos falantes e suas relações interpessoais em uma estrutura textual, retórica.

O nosso trabalho está centrado no exame dos relatos da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar. O estudo do *corpus* será feito a partir do Sistema de Transitividade da Gramática

Sistêmico-Funcional (GSF), aporte metodológico da LSF, entendendo que “uma gramática funcional é [...] não um conjunto de regras, mas uma série de recursos para descrever, interpretar e fazer significados” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 25). Vale ressaltar que o termo transitividade é originário do latim *transitivus*, que expressa “que vai além, que se transmite”, conforme explicam Cunha e Souza (2011, p. 38).

Segundo a GSF, seis são os processos do Sistema de Transitividade que o falante de uma língua pode experimentar em grau variado. Segue quadro abaixo para ilustrar.

Quadro 3. Transitividade e gramática da experiência.

PROCESSOS	EXPERIÊNCIAS
MATERIAIS	Externas (ação)
MENTAIS	Internas (consciência)
RELACIONAIS	Classificação e Identificação
VERBAIS	Exteriores de atividades internas, a externalização de processos da consciência e dos estados fisiológicos
COMPORTAMENTAIS	Relações simbólicas construídas na consciência humana e efetivadas na forma de língua
EXISTENCIAIS	Fenômenos de todos os tipos são reconhecidos como ‘ser’ – existir, ou acontecer

Fonte: Damaceno (2013, p. 100) com base em Ikeda e Vian Jr. (2006, p. 7).

Para a gramática tradicional, a transitividade está refletida na relação entre os verbos e os sintagmas nominais (substantivos, advérbios) em uma dada oração, entretanto a Transitividade da gramática da experiência refere-se ao campo das experiências, o qual é regido pelos processos acima tal qual um *continuum*, e “Esse *continuum* entre os processos é um princípio fundamental no qual o sistema é baseado, o princípio da *indeterminação semântica*” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 70-71, grifos das autoras).

Isto é, acontecem paralelamente, embora alguns se sobressaiam, não sendo possível dissociá-los. A gramática funcional baseia-se na semântica, ou seja, nos sistemas de significados “materializados” nos sistemas de fraseados.

A semântica é o estrato mais alto da linguagem; serve como uma “interface” entre o idioma e o ambiente externo à língua [...]. Isso significa que a semântica faz interface com o contexto, mas não apenas com o contexto – ela também faz interface com outros sistemas que operam dentro do contexto, por exemplo, com os sistemas de conteúdo de outros sistemas semióticos e com sistemas bio-semióticos, como nossos sistemas de percepção e nosso sistema de ação corporal (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014, p. 42-43, tradução nossa²⁰).

²⁰ “Semantics is the highest stratum within language; it serves as an ‘interface’ between language and the environment outside language [...]. This means that semantics interfaces with context, but not only with context – it also interfaces with other systems that operate within context, viz. with the content systems of other semiotic

Eis a razão por que a análise dos tipos textuais pode nos revelar os significados que permeiam as experiências de violência contra a pessoa idosa nas relações familiares e o contexto de cultura, da mesma forma que a observação do contexto de cultura e o uso da língua – enquanto potencial para fazer sentido –, podendo sugerir representações sociais que extrapolam o estrato da língua a partir das construções oracionais e das escolhas lexicais desses falantes.

Em uma dada oração, se os processos são as experiências que se desdobram em um determinado tempo e lugar, caracterizados pelos grupos verbais, os participantes constituem as partes envolvidas, seres animados ou inanimados referidos pelos grupos nominais. Já as circunstâncias são indicadas pelos possíveis grupos adverbiais – de modo, tempo, lugar, causa, intensidade.

Podemos dizer que os componentes oracionais se entrelaçam de maneira a organizar o que mais interessa ao significado ideacional, “a acção social, o assunto sobre que se fala, a natureza da acção” (GOUVEIA, 2009, p. 28), em que ao registro, enquanto uso do código linguístico dentro de um contexto específico, é acrescido um “objetivo social e comunicativo”, assim formando o gênero [textual] (GOUVEIA, 2009, p. 28). Nesta pesquisa, trata-se das oitavas dos inquéritos policiais.

Para as análises dos relatos de agressão contra as pessoas velhas, estudaremos os processos e seus participantes. Vejamos o quadro que se segue.

Quadro 4. Processos, significados e participantes.

Processo	Significado	Participantes obrigatórios	Participantes opcionais
<i>Material</i>	Fazer, acontecer	Ator	<i>Meta, Extensão e Beneficiário</i>
<i>Mental</i>	Sentir	Experienciador e Fenômeno	-
<i>Relacional: Atributivo Identificador</i>	Ser Classificar Definir	Portador e Atributo Característica e Valor	-
<i>Verbal</i>	Dizer	Dizente e Verbiagem (ou Dito)	<i>Receptor</i>

systems and with bio-semiotic systems such as our systems of perception and our systems of bodily action” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 42-43).

<i>Existencial</i>	Existir	Existente	-
<i>Comportamental</i>	Comportar-se	Comportante	<i>Behaviour</i>

Fonte: Cunha e Souza (2011, p. 76).

Explicamos que os processos materiais podem ser compreendidos a partir das orações materiais que sinalizam as realizações no mundo externo, por exemplo quebrar algo, empurrar alguém, dar murros, chutes, dentre inúmeras outras ações materiais. Já os processos verbais, como o próprio nome indica, são desdobrados a partir das orações verbais, em que se diz algo a/sobre alguém/algum objeto. As orações mentais dizem respeito ao pensar e sentir dos participantes (FUZER; CABRAL, 2014).

Os processos, em si mesmos, são neutros. É a intenção do falante que pode caracterizar as experiências positiva ou negativamente; dito de outro modo, a que fim se presta a escolha das construções oracionais – para ofender, machucar, enaltecer, amparar, apoiar, construir, destruir. Concluimos este capítulo explicando que os processos, de acordo com o Sistema de Transitividade, podem ser realizados pelo ser humano, por animais ou objetos – do tipo semiótico, substância, abstrações semióticas (FUZER; CABRAL, 2014).

CAPÍTULO II

DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Iniciaremos este capítulo com um brevíssimo histórico das políticas públicas internacionais e nacionais voltadas para os(as) velhos(as), de modo a adentrarmos o conceito de violência que consta no Estatuto do Idoso, assim como a violência na apologia à juventude, com graves consequências para o ser velho em nossa sociedade. Abordaremos também os tipos mais comuns de violência contra a pessoa idosa no Brasil, segundo as denúncias do Disque 100, Módulo Pessoa Idosa, realizadas entre 2011 e 2018, bem como o quanto a tão almejada longevidade saudável está significativamente atrelada às questões de igualdade de gênero, classe e raça em nosso país.

2.1 As conquistas da Pessoa Idosa nos contextos internacional e nacional

O contínuo crescimento demográfico mundial transformou a dinâmica dos diversos setores da vida humana, e, com isso, a pessoa idosa tornou-se pauta fundamental nos países desenvolvidos e emergentes. O surgimento de políticas públicas para a terceira idade teve seu início com a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, que foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Viena, no ano de 1982.

Com o Plano Internacional de Ação de Viena sobre o Envelhecimento, em 1982, foi instituído que a idade mínima é de 60 anos e 65 anos para se considerar uma pessoa idosa em países emergentes e desenvolvidos, respectivamente. Contudo, essa classificação da idade mínima para os países desenvolvidos já vem sendo revisitada em virtude de as pessoas terem acesso ao sistema de saúde e às novas tecnologias na área médica e farmacêutica, o que lhes possibilita qualidade de vida. Na Itália, por exemplo, a idade mínima atualmente é de 75 anos, visto que a expectativa de vida é de 83 anos e 86 anos para homens e mulheres, respectivamente. A Sociedade Italiana de Geriatria reconheceu que o limite de 65 anos estava obsoleto, “uma vez que uma pessoa idosa com 65 anos nos dias de hoje possuía funções cognitivas e físicas semelhantes ao de uma pessoa de 40 a 45 anos há 30 anos” (LIMA; MENDES, 2019, p. 1).

Vinte anos depois, deu-se a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, em Madrid, da qual 160 nações e cerca de 700 instituições não governamentais participaram (ONU, 2003, grifo nosso). A partir desse encontro, uma Declaração Política e um Plano de Ação Internacional – conhecido como Plano de Madrid – aprovaram uma série de orientações com prioridade para “[...] engajamento das pessoas idosas no desenvolvimento; promoção de sua

saúde e bem-estar; e garantia de ambiente propício e favorável para envelhecer” (BRASIL, 2014, p. 10). O envelhecimento foi também incluso nos planos para erradicar a pobreza em países em desenvolvimento.

Na esfera nacional, destacamos a fundação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e do Serviço Social do Comércio, em 1961 e 1963, respectivamente. Depois de a Constituição Federal (1988) ter possibilitado à pessoa idosa a seguridade social, que estendeu a proteção social aos(as) idosos(as)²¹, evidenciamos o surgimento da Política Nacional do Idoso (PNI)²² em 1994. A velhice, então, alcançou um *status* prioritário nos estados brasileiros. A partir do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal do Idoso foram criados. Por sua vez, o Ministério da Saúde elaborou a Política Nacional de Saúde do Idoso, em 1999, com vistas a cuidar da saúde do(a) idoso(a) em suas especificidades. No ano de 2003, o Estatuto do Idoso (EI)²³ e seus 118 artigos implementaram os direitos à saúde, educação, concessão de benefícios à pessoa idosa.

A parceria entre esse segmento social e outras entidades representativas da sociedade foi e é de extrema importância na reivindicação pelo cumprimento de seus direitos e no combate à violência contra esse grupo. Assim, ressaltamos a posição de ator social, conquistada pelos(as) velhos(as), na construção das políticas públicas que lhe proporcionaram notoriedade. Assim,

Sua maior visibilidade, bem como a expressão de suas necessidades específicas, vem suscitando discussões polêmicas quanto ao impacto desse fenômeno nas políticas públicas de Proteção Social e se transformando em recente objeto de interesse das Ciências Sociais, embora não lhe seja ainda dada a devida importância (AZEVEDO, 2016, p. 273).

O crescente interesse nas pesquisas acadêmicas acerca do envelhecimento e seus desdobramentos na sociedade tem sido fundamental para a compreensão desse fenômeno mundial relevante que demanda o envolvimento de toda a comunidade no atendimento às demandas específicas dessa categoria social, inclusive no que diz respeito a como lidar com o problema social da violência contra a pessoa idosa. Esse sim é um problema que precisa ser debelado.

²¹ No cap. VII, artigo 230: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

²² Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

²³ Sancionado pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

2.2 O problema social da violência contra pessoas velhas no Brasil

As leis de proteção à categoria social Pessoa Idosa foram regulamentadas a partir do Estatuto do Idoso, que diz que toda violação à vida com qualidade, à seguridade social, à assistência médica e familiar da pessoa idosa constitui uma violência.

É na brecha entre o que é reconhecido como direito e as práticas de abuso e negligências que viceja a violência. Ela é, portanto, o **avesso do direito**. E precisa ser enfrentada seriamente, para que as idosas e os idosos brasileiros possam ter uma velhice segura, respeitada e valorizada (BRASIL, 2014, p. 13, grifo da autora).

E as práticas violentas manifestam-se de variadas formas: na negligência por parte do Estado e dos próprios familiares, na idolatria à juventude, na implementação/alteração de leis sem diálogo com a categoria, no não cumprimento ao que está disposto no EI, no silenciamento das vozes dos velhos em nossa sociedade, assim como na institucionalização e/ou na infantilização de pessoas velhas em pleno gozo de suas faculdades mentais. Essas práticas podem ser visíveis ou invisíveis e acarretam marcas físicas e/ou emocionais leves ou gravemente lesivas, quer sejam praticadas dentro do ambiente doméstico, quer nas instituições privadas ou públicas. O fato é que são danosas ao bem-estar da pessoa idosa.

Outro fato é que não há como se comparar envelhecer em países desenvolvidos e em países emergentes, como o Brasil, pois o envelhecer não é só uma questão biológica, mas também cultural e socioeconômica. A violência implicada na precariedade de incentivos à atenção básica de saúde, à medicina preventiva, à educação para todos sem distinção, às ações político-culturais que minimizem ou erradiquem as diferenças abissais entre os diversos grupos sociais contribui para um envelhecimento populacional brasileiro de acentuadas desigualdades, com prejuízo para as pessoas velhas carentes, particularmente após a Reforma da Previdência de 2019.

Em razão do prolongamento da vida do brasileiro, essa reforma estabeleceu que o valor da aposentadoria será calculado com base na média de toda a contribuição do trabalhador ao INSS, e para se ter direito a 100% dessa média salarial, a mulher deve contribuir por 35 anos e o homem, 40 anos. Considerando-se algumas poucas categorias de trabalhadores que terão regras diferenciadas, a maior parte da população terá de trabalhar e contribuir por mais tempo.

Veras (2019, s/p), em uma entrevista²⁴, aponta que

²⁴ VERAS, Renato P. “É uma violência muito grande o Estado brasileiro não permitir que os seus idosos envelheçam em paz”. Entrevista concedida a André Antunes. **EPSJV/Fiocruz** [online], 27. fev. 2019 [atualizada

O brasileiro que recebe cinco, seis salários mínimos já é considerado classe média, quando na verdade a renda é muito baixa para lidar com as demandas de ter duas, três, quatro doenças crônicas. Boa parte dos empregos no Brasil são empregos para pessoas com baixa escolaridade, onde o desgaste físico faz com que se chegue bastante debilitado aos 60 anos. [...] E isso impactará mais ainda o SUS que está cada vez mais subfinanciado. Essa demanda se amplia e o dinheiro não aumenta de acordo com a necessidade. [...] Esse é um dos grandes problemas quando você estabelece um ponto de corte etário. Então usar apenas a questão etária é uma grande perversidade. Teria que haver no mínimo dois indicadores – a questão etária e também a renda – para aumentar o tempo de trabalho. Estabelecer um ponto de corte igual para quem é rico e para quem é pobre é muito injusto.

Mesmo com “o surgimento e a expansão de *um grupo de indivíduos idosos* que não é caracterizado por uma saúde debilitada, pela pauperização e nem pela exclusão das diversas esferas da vida social (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 8, grifo das autoras), a realidade brasileira é a de um percentual de pessoas velhas economicamente desfavorecidas que perfaz os mais necessitados de atendimento médico-assistencial, em virtude de doenças crônicas e de políticas públicas guiadas pelo discurso econômico, ao legitimar ações governamentais não populares, a exemplo da extensão do tempo da contribuição previdenciária, da suspensão de medicamentos gratuitos do SUS, da restrição dos direitos trabalhistas, do corte nas bolsas das pesquisas acadêmicas, da redução de multas às infrações contra o meio ambiente, dentre outras.

Toda gestão desumana estimula direta ou indiretamente a violência. Segundo o relatório *Atlas da violência 2019* (IPEA, FBSP, 2019), com base no registro do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, entre 2007 e 2017 o aumento da violência letal foi constatado nos últimos anos particularmente contra negros, LGBTQIA+ e mulheres. Essas altas taxas de homicídio acometem mais homens jovens – entre 15 e 19 anos – e tiveram um crescimento acentuado no Norte e no Nordeste nesse período. Conforme o relatório, especula-se que o crescimento da violência letal se deu em virtude da guerra entre facções criminosas, em especial nessas duas regiões.

Se os(as) jovens e adultos(as) brasileiros(as) de todas as regiões não são contemplados(as) com oportunidades dignas de educação, saúde e emprego, fica difícil consolidar uma estratégia de ação igualmente digna para o envelhecimento da população quando as pessoas morrem precocemente ou chegam à terceira idade empobrecidas de recursos físicos, emocionais, intelectuais e financeiros. Frisamos que a criminalidade violenta

contra/entre homens jovens negros pode acarretar sérios problemas econômicos para o país ao suprimir essa força de trabalho do mercado.

Acrescido a essa realidade, tem-se que

Entre jovens brasileiros, encontram-se as mais elevadas taxas de desemprego, a despeito do aumento contínuo da escolaridade; a maior proporção de pobres; uma fecundidade crescente entre as adolescentes, que perdurou até o final da década de 1990, e uma elevada mortalidade por causas externas, que atinge em particular os homens (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014, p. 100).

Na falta de capital físico e humano²⁵, bens e serviços são afetados, e os(as) velhos(as) não podem suprir essa demanda. Em países desenvolvidos, a população jovem constituiu o meio para o desenvolvimento sociocultural e econômico, bem como ajudou a alavancar a ciência e a tecnologia com investimentos maciços em pesquisas, educação, formação de recursos humanos (BRASIL, 2014). Porém, tanto as pessoas velhas quanto as jovens “podem estar experimentando momentos de fragilidade ou vulnerabilidade” (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014, p. 99). Assim, pensar em longevidade com saúde é agir preventivamente a favor dos(as) jovens.

Destacamos ainda que a redução da taxa de fecundidade, aliada à violência letal que incide sobre mulheres em fase reprodutiva, pode agravar a esfera econômica. Logo, é urgente a necessidade de

[...] assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra com base em princípios capazes de garantir um patamar econômico mínimo tanto para a manutenção da dignidade humana quanto para a equidade entre os grupos etários na partilha de recursos, direitos e responsabilidades sociais. No caso de sociedades como a brasileira, às novas demandas trazidas pelo processo de envelhecimento se somam as necessidades sociais básicas não resolvidas como educação, saúde e segurança para o conjunto da população. As políticas para a população idosa devem promover a solidariedade entre gerações. Isto significa equilibrar as prioridades das ações para os idosos com a de outros grupos populacionais. Não se tem dúvida da importância de políticas diferenciadas para cada fase da vida, pois cada uma tem demandas e necessidades específicas (CAMARANO, 2013, p. 23).

Como minoria que está sujeita a tipos de violência facilmente invisibilizados em nossa sociedade, como o idadismo, “uma das formas insidiosas de preconceito que acarreta a discriminação por idade” (CASTRO, 2015, p. 101), e a violência intrafamiliar, especialmente quando se acrescentam à categoria pessoa idosa questões de raça/etnia, gênero e/ou orientação

²⁵ “Capital físico (ativos financeiros, bens duráveis, moradia e serviços públicos); capital humano (escolaridade, treinamento, experiência e saúde); capital social (emprego, sindicatos e associações, participação política e estrutura familiar)” (NERI *et al.*, 2004, p. 526).

sexual, somos do entendimento de que, para uma velhice com autonomia, desde a capacidade de cuidarem de si mesmas até a participação efetiva na vida social²⁶, é crucial combatermos a reprodução das relações macrosociais que instigam o desrespeito e a violência contra pessoas velhas, inclusive no âmbito familiar, por ser uma violência que pode assumir uma dimensão muito mais cruel.

2.3 A desumanidade nas formas de negligência, violência psicológica e patrimonial contra pessoas velhas

Por todos os ângulos de observação, a violência se constitui um ultraje à dignidade da pessoa agredida, em qualquer fase da vida. A origem da palavra violência²⁷ vem do verbo *violare*, que significa transgredir, violar, por meio de força física, palavras, atitudes que desestabilizam pessoas, comunidades, sistemas. A Organização Mundial da Saúde criou o termo causas externas²⁸ para avaliar a dimensão da violência na vida das pessoas. Assim, foi possível distinguir e tipificar os atos violentos que ocasionam doença ou morte.

No caso das agressões contra a pessoa idosa, ao se avaliarem as causas externas²⁹, o sistema de saúde pode identificar os grupos mais vulneráveis a partir dos resultados obtidos. Isso tem relevância para a sociedade brasileira, em que a população velha ultrapassa a de alguns países europeus³⁰, além de o número de pessoas com 80 anos ou mais³¹ continuar se expandindo. No Brasil, o art. 19 da Lei nº 10.741, de outubro de 2003¹, estabelece que

[...] os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:

- I – autoridade policial;
- II – Ministério Público;
- III – Conselho Municipal do Idoso;
- IV – Conselho Estadual do Idoso;
- V – Conselho Nacional do Idoso.

²⁶ Usufruir do capital social.

²⁷ Em latim, *violentia*.

²⁸ Tal conceito encontra-se registrado nos capítulos 19 e 20 da Classificação Internacional de Doenças (CID) (BRASIL, 2014).

²⁹ “[...] agressões físicas, psicológicas, acidente e maus-tratos [...] a mortalidade por homicídios, suicídios e acidentes; as lesões e traumas por agressões, quedas, tentativas de suicídio, acidentes de transporte, afogamentos, sufocamentos e envenenamentos” (BRASIL, 2014, p. 39).

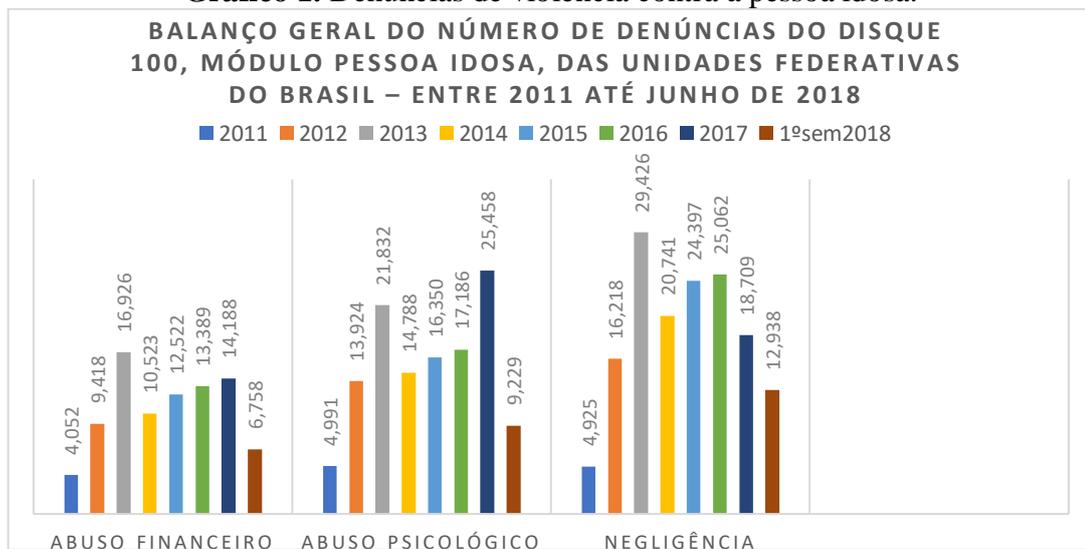
³⁰ França, Inglaterra, Itália e Espanha (BRASIL, 2014).

³¹ Cresceu 47,8% nos últimos 10 anos (BRASIL, 2014).

Temos disposto em lei que os profissionais da saúde devem reportar imediatamente até a suspeita de agressão contra a pessoa idosa. É sabido que as mulheres velhas são maioria em todas as regiões, com exceção da região Norte, logo representam o grupo de maior risco entre as pessoas velhas. É fundamental que a comunidade conheça não somente as leis de proteção aos velhos e os tipos de violência contra essa categoria social, mas também os efeitos prejudiciais da violência contra a pessoa idosa, desde o isolamento social, a depressão, a codependência com o agressor, entre outros problemas, ressaltando-se que, quando há a redução do apoio da família, somada às más condições socioeconômicas e culturais dos(as) idosos(as), se provoca a deterioração do estado de saúde de velhos e velhas (RUELAS-GONZÁLEZ *et al.*, 2016).

Apresentaremos os três tipos de violação contra a pessoa idosa que lideram o *ranking*, segundo o balanço realizado pelos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, neste caso, o Disque 100, Módulo Pessoa Idosa.

Gráfico 1. Denúncias de violência contra a pessoa idosa.



Fonte: A autora com base no Balanço Geral – Disque 100.³²

Essas denúncias correspondem ao quantitativo de ocorrências registradas, e, como é possível constatar no gráfico acima, a negligência é a principal causa de denúncias no que se refere à violência contra idosos(as) no país em quase todo o período, com exceção dos anos de 2011 e 2017, seguida do abuso psicológico e, em terceiro lugar, do abuso financeiro.

³² MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Balanço Disque 100 – 2017 - Pessoa Idosa**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/balanco-geral-2011-a-2017-pessoa-idosa.xls/view>. Acesso em: 10 maio 2019.

Estudos vêm mostrando que na velhice, a pessoa vitimada por maus-tratos apresenta uma taxa de mortalidade muito mais alta do que os que não sofreram abuso. Por isso, é difícil separar a violência visível e que deixa marcas da que é invisível. No entanto, falar daquilo que fica oculto ajuda-nos a estar atentos tanto em relação à subnotificação quanto aos sinais ainda que leves do que a pessoa idosa pode estar sofrendo em instituições, nas famílias ou na solidão de suas residências (BRASIL, 2014, p. 59).

No *hall* das agressões contra idosos(as), temos abandono, abuso físico, abuso econômico-financeiro e violência patrimonial, abuso psicológico ou violação psicológica, abuso sexual, negligência e violência autoinfligida ou autonegligência (BRASIL, 2014; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008). No quadro que se segue, destacaremos os tipos de violência contra a pessoa idosa que mais foram denunciados até o primeiro semestre de 2018, o conceito e como podem se manifestar.

Quadro 5. Tipos mais comuns de violência contra a pessoa idosa.

Tipos de abuso	Características	Exemplos
Negligência	Recusa intencional ou não intencional ou falha do(a) cuidador(a) designado(a) a atender as necessidades do bem-estar das pessoas idosas. Menosprezo e abandono de pessoas idosas pelos serviços públicos	Falha em prover alimentação, vestuário, abrigo, serviço médico, higiene adequados das casas aos idosos. O desleixo e a inoperância dos órgãos de vigilância sanitária quanto aos abrigos e às clínicas. As longas filas de espera para consultas e exames, com intervalos de meses, nos serviços de saúde. A demora na concessão dos benefícios concedidos pelo INSS
Violência psicológica	A inflicção de angústia mental por meio de palavras, atos e atitudes	Agressão verbal ou ameaça, ameaças de institucionalização, isolamento social, todas as formas de menosprezo, de discriminação, de desprezo, de preconceito (que ocasionam tristeza, sofrimento mental). Ameaça, calúnia, injúria, difamação, chantagem, hostilização, humilhação, infantilização,

		perseguição, subtração de incapaz, outros
Abuso econômico-financeiro ou violência patrimonial	Exploração ilegal ou imprópria e/ou uso de fundos ou recursos da pessoa idosa por parte de familiares, vizinhos, bem como ações delituosas cometidas por órgãos públicos e privados em relação às pensões, aposentadorias e outros bens da pessoa idosa	Roubo de cheques e dinheiro; forçar procurações para tutelar a pessoa idosa com vistas a retirar seu acesso aos bens patrimoniais e vender seus imóveis e bens sem seu consentimento

Fonte: Elaborado pela autora (Brasil, 2014; WHO, 2008).

A partir desse quadro, atentemos que o longo tempo entre as consultas e os exames médicos, assim como as intermináveis filas de espera, constituem um cenário típico de violência contra velhos(as) (a negligência). A violência representa a ruptura de confiança nas relações, sejam elas pessoais ou impessoais, “com o desenvolvimento dos sistemas abstratos, a confiança em princípios impessoais, bem como em outros anônimos, torna-se indispensável à existência social”, como assinalou Giddens (1991, p. 107). À medida que os sistemas impessoalmente organizados, a exemplo das instituições que prestam serviços de saúde, previdência e assistenciais ao(à) idoso(a), são cada vez mais necessários, a violência institucional contra os(as) idosos(as) aumenta.

Essas instituições são “campeãs de reclamações nos órgãos de proteção como Defensoria, Ministério Público e Delegacia de Idosos” (BRASIL, 2014, p. 62). A existência desse tipo de violação é o retrato do pouco caso em relação à pessoa idosa, principalmente aos mais pobres, portanto, mais necessitados. A impessoalidade de um atendimento mal prestado a essa categoria gera muito sofrimento. Nas instituições de longa permanência do idoso (ILPI), a negligência comparece na indiferença ou na falta de atenção, e, nesses lugares, os maus-tratos aceleram a dependência e as doenças mentais nos(as) idosos(as), podendo levá-los(as) à morte (BRASIL, 2014).

No que concerne à violência psicológica nas relações familiares, que geralmente ocorre paralelamente a outros tipos de violência, a confiança nos entes amados é rompida, e a pessoa idosa costuma vivenciar um significativo conflito em razão de sentimentos de culpa, vergonha e medo de retaliação em caso de denúncia. Segundo Giddens (1991, p. 102),

No desenvolvimento inicial do indivíduo, a confiança básica em circunstâncias estáveis de autoidentidade e ambiente circundante – a segurança ontológica – não se baseia, numa primeira instância, sobre um senso de continuidade das coisas ou eventos. Ao contrário, como vimos notando, ela deriva da confiança pessoal e estabelece uma necessidade de confiança nos outros que resiste, sem dúvida, de uma maneira ou de outra, através da vida toda. A confiança nas pessoas, como enfatiza Erikson, é erigida sobre a mutualidade de resposta e envolvimento: a fé na integridade de um outro é uma fonte primordial de um sentimento de integridade e autenticidade do eu.

Se as relações pessoais contribuem para as (re)construções de identidades dos sujeitos no curso da vida, a confiança é necessária em todos os estágios de desenvolvimento do ser humano. Por essa razão, a violência psicológica intrafamiliar parece-nos uma das mais nocivas formas de violação ao bem-estar mental e psicológico da pessoa velha. Pressupõe-se haver relações de confiança irrestrita ou incondicional de “qualquer integrante da família, pessoa com a qual ele [o velho] conviva, com quem ele tenha íntimo laço de afeto ou de proximidade [...] por conta da relação de coabitação [...]” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2019, entrevista). Tal natureza de violência “fica invisível e é de difícil diagnóstico” (BRASIL, 2014, p. 63).

Uma outra manifestação de abuso psicológico que nos chama atenção é a infantilização, prática que agrava “o doloroso processo de despersonalização de muitas senhoras que moram nas ILPIs” (BRASIL, 2014, p. 61). Pode parecer inofensivo a um primeiro exame, porém tratar a pessoa idosa como se fosse uma criança inviabiliza o exercício de sua capacidade de responder por si mesma se ela demonstra boa condição cognitiva e emocional para fazê-lo. Entendemos a infantilização como um mecanismo para minar a autonomia da pessoa velha ao silenciar paulatinamente seus anseios e desejos e, assim, privá-la do convívio social. Eis aí uma outra roupagem da “conspiração do silêncio” (BEAUVOIR, 2018, p. 7) quando intentam calar a voz dos(as) mais velhos(as).

Por último, o abuso financeiro ou patrimonial, em que a pessoa idosa é espoliada em suas finanças, inclusive pelos próprios familiares. Os impactos econômicos do processo de envelhecimento são estudados por pesquisadores(as) que afirmam uma mudança quanto aos “novos” provedores do lar nos últimos anos. As pessoas velhas têm sustentado seus lares como provedoras principais por meio da renda da aposentadoria, do empréstimo pessoal consignado, do cartão de crédito e do cheque especial (BATISTA, 2018³³; BRASIL, 2014; CAMARANO, 2004, 2013). Novos arranjos familiares de relações intergeracionais descortinam-se,

³³ Estudo realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). BATISTA, Vera. 43% dos idosos são os principais responsáveis pelo sustento da casa, revela pesquisa da CNLD/SPC Brasil. **Correio Braziliense** (online), Brasília, 16. nov. 2018. BLOG do Servidor. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/43-dos-idosos-sao-os-principais-responsaveis-pelo-sustento-da-casa-revela-pesquisa-da-cndl-spc-brasil/>. Acesso em: 20 maio 2019.

principalmente, como resultado do alto índice de desemprego entre a população jovem, conforme explicitado anteriormente.

Assim, pessoas jovens e velhas têm convivido sob o mesmo teto por mais tempo, realidade essa que pode não ser benéfica para a pessoa idosa. Apenas para se ter uma ideia, o primeiro registro de maus-tratos contra velhos(as) foi apresentado como ““espancamento de avós”” em 1975 (BRASIL, 2014, p. 37). A violência pode acontecer em feixe. De acordo com o exposto no gráfico 1, a violência patrimonial está entre os três tipos de violação mais denunciados contra esse segmento social.

Muitas vezes, as pessoas hoje se veem como indivíduos isolados, totalmente independentes dos outros. Perseguir os próprios interesses – vistos isoladamente – parece então a coisa mais sensata e gratificante que uma pessoa poderia fazer. Nesse caso, a tarefa mais importante da vida parece ser a busca de sentido apenas para si mesmo, independente das outras pessoas (ELIAS, 2001, p. 42).

Se o assunto é financeiro, não há distinção de classe, de escolaridade, de gênero ou de raça/etnia, e qualquer que seja a forma de violação cometida contra velhos(as), “As consequências para os sujeitos dos maus-tratos vividos são de ordem física, econômica e emocional, mas, de maneira geral, os idosos referem-se às marcas emocionais” (FALEIROS; BRITO, 2009, p. 15).

2.4 A violência contra a velhice sob o rótulo de cultura

Beauvoir (2018) diz que a velhice precisava ser compreendida em sua totalidade, o que inclui o aspecto cultural. Historicamente, a população velha era destinada a asilos e hospícios pela ausência de programas políticos para esse contingente de pessoas ociosas e invisibilizadas que aumentava consideravelmente. Esses indivíduos ganharam *status* de sujeito a partir da criação das Universidades da Terceira Idade, das pesquisas na área da Gerontologia, bem como do desenvolvimento de políticas públicas e de programas educacionais que garantissem seus direitos à escolaridade e à sociabilização (CACHIONI, 2012; DEBERT, 2012).

Podemos perceber que a violência contra esse segmento social disfarçada de cultura é de longa data e continua até hoje. Em nossa sociedade, o preconceito contra velhos(as) está tão arraigado que pode ser notado sob alguns ângulos de observação, tais quais o profundo desconhecimento quanto ao comportamento consumista da pessoa idosa, a apologia à juventude, a falta de representatividade de pessoas velhas nos meios midiáticos. E tudo isso

pode ser um reflexo de valores e sentimentos negativos nutridos em relação à categoria, inclusive pelas próprias pessoas velhas (ABREU, 2017).

Na década de 90, ao realizar uma pesquisa com as imagens de homens e mulheres velhos(as) veiculadas na TV, que envolviam entrevistas com os criadores das propagandas e os ativistas sobre a velhice, bem como uma dinâmica com um grupo da terceira idade, Debert (2003) percebeu o que ela denomina de reprivatização do envelhecimento³⁴. Em poucas palavras, trata-se da responsabilização das pessoas velhas por envelhecerem. A estudiosa questionou a validade dessa pesquisa sobre o consumidor velho que diz que velho não gosta de velho ou de ser lembrado pelas propagandas de que envelheceu.

Na realidade, a questão é a forma como a pessoa idosa é retratada na mídia – de decadentes e dependentes a vendedores de produtos a outros públicos etários. Karpf (2015, p. 59) chamou de “o lucro do medo” as manchetes que se aproveitam do medo generalizado do envelhecimento, particularmente por parte das mulheres e da geração dos *baby boomers*. As pessoas velhas veem-se compelidas a consumir produtos, atividades de lazer e procedimentos estéticos com o único fito de adiarem os efeitos do envelhecimento, pois o corpo velho sofre um apagamento social no culto ao corpo jovem idolatrado culturalmente.

A socióloga britânica (KARPF, 2015, p. 43) chama de “gerontofobia excessiva” ou “um medo irracional de pessoas velhas e pavor de envelhecer” a causa de o mercado consumidor vender a ideia da juventude. Não bastasse as mulheres jovens e adultas sofrerem a ditadura da beleza, em que, “Sob o olhar dos outros, as mulheres se veem obrigadas a experimentar constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, o qual procuram infatigavelmente alcançar” (GOLDENBERG, 2006, p. 121). Assim, a mulher é compelida, em nossa cultura, a investir contra os sinais do envelhecimento desde muito cedo.

As maneiras variam conforme o poder aquisitivo das clientes jovens ou velhas: cosméticos rejuvenescedores, submissão à cirurgia plástica, escravidão às academias de ginástica e dietas alimentares, para citar algumas estratégias de antienvelhecimento. Só para termos uma ideia, jovens brasileiros ultrapassam as estatísticas norte-americanas quanto à cirurgia plástica entre adolescentes³⁵, de acordo com o professor Jayme Farina Junior³⁶.

³⁴ “a sua transformação [do envelhecimento] num problema dos indivíduos que foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras, deixando de adotar formas de consumo e estilos de vida capazes de evitar a velhice e seus problemas” (DEBERT, 2003, p. 137)

³⁵ TALAMONE, Rose. Brasil lidera ranking de cirurgia plástica entre jovens. **Jornal da USP**, São Paulo, 27. fev. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/radioagencia-usp/brasil-lidera-ranking-de-cirurgia-plastica-entre-jovens/>. Acesso em: 07 maio 2019.

³⁶ Chefe da Divisão de Cirurgia Plástica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP) da USP.

Recorrer a tal expediente, que em si mesmo não é necessariamente negativo, é válido para a construção da autoestima.

O que vemos, contudo, é uma obsessão pela objetificação do corpo feminino jovem e magro, retrato da cultura patriarcal capitalista, em que “O declínio inevitável do corpo, o corpo que não responde às demandas da vontade individual, é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade” (DEBERT, 2012, p. 227). A violência está na indução a pressupostos do que seja envelhecer “bem” ou “mal” pautados em uma economia neoliberal que, como consequência, responsabiliza o indivíduo que envelhece “mal” por não aderir aos novos estilos de vida em relação à velhice. Muito disso devemos aos discursos de geriatras e gerontólogos sobre os mais avançados dispositivos nas ciências médicas propagados pela mídia de massa (DEBERT, 1997).

Conforme estimativa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNDA) 2018³⁷, a população brasileira com 60 anos ou mais corresponde ao terceiro maior percentual entre os grupos de idade – 15,4% nas grandes regiões –, em que os índices das pessoas declaradas pretas e pardas superam o da população branca, com 9,3% e 46,5%, respectivamente. Nesse contexto, em uma sociedade de injustiças sociais, culpar a pessoa idosa pelo seu “insucesso” quanto ao envelhecimento é, no mínimo, preocupante, pois desconsidera a multiplicidade de fatores atrelados ao envelhecimento.

Do ponto de vista cultural, estamos longe de valorizarmos a velhice como em outros agrupamentos humanos. Na investigação³⁸ “A vivência dos mais velhos em uma comunidade indígena Guarani Mbyá”, as pesquisadoras Marques *et al.* (2015) chegaram a cinco categorias de análise, dentre elas o papel dos mais velhos, isto é, uma categoria relacionada à pessoa mais velha da comunidade Guarani-Mbyá. Essa pesquisa foi feita a partir da lexicometria, o estudo científico do vocabulário, “em que localizar as palavras no discurso permite extrair o seu mundo de valores e significados” (MARQUES *et al.*, 2015, p. 418).

As pesquisadoras descobriram que essa categoria foi identificada a partir do uso dos vocábulos “velho” e “ancião”, sendo que o primeiro foi referido 25 vezes durante a entrevista aberta e engloba três significados para os Guaranis: (i) respeito e valorização; (ii) perpetuação da cultura e tradição, em que a pessoa idosa é a base para a transmissão da cultura na aldeia e

³⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais dos domicílios e dos moradores**: 2018. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101654>. Acesso em: 27 maio 2019.

³⁸ Estudo qualitativo, exploratório e descritivo junto aos membros de uma comunidade indígena Guarani-Mbyá da aldeia Krucutu de São Paulo. Resultado de um trabalho de mais de cinco anos, com contatos semanais com esse grupo, em que se realizou entrevista aberta com tópicos que estimularam a narrativa dos entrevistados, 3 homens e 3 mulheres, membros do conselho de anciãos com idade entre 35 e 51 anos.

(iii) autoridade e experiência. Nessa comunidade, um indígena idoso³⁹ é eleito ancião pelos membros da sua comunidade por ser considerado um indivíduo responsável e maduro. Assim, percebemos que, entre esses indígenas, a pessoa madura adquire o estatuto mais importante por unir o passado e o presente, transmitir o idioma, os costumes, os valores, a religião do seu povo.

Em certas sociedades não ocidentais, os(as) velhos(as) possuem um papel mais ativo nos direcionamentos políticos e na vida social, nas próprias famílias, a exemplo dos chefes e conselheiros, como escreve Jesus:

O Regime dos Aiatolás no Iran, por exemplo, é uma espécie de demonstração da importância que pessoas de longa idade possuem neste país, com base nos costumes deste povo, bem como em outros países do oriente médio. Os Aiatolás são chefes religiosos e políticos de alto respeito nestas sociedades de cultura islâmica, regidas por dogmas religiosos, sendo considerados como “expoentes do conhecimento”. Dentro do Islam Xiita, os Aiatolás representam as “leis de Deus”, ou “os desígnios”, “os sinais de Deus” (Aiât: sinal / “Allah”: Deus). De forma semelhante, os “anciões” (os “mais velhos”, como sinônimos de “sábios”) na Índia também possuem um valor social bastante considerável e central nesta sociedade, apesar de o processo de modernização econômica e tecnológica, neste país, estar alterando alguns hábitos e costumes tradicionais, inclusive em relação ao comportamento frente aos mais velhos (2010, p. 39).

Dessa forma, podemos perceber quão significativamente distintas podem ser as valorações sobre a velhice, atestando que, se “o envelhecimento [biológico] é um fenômeno natural e universal, [...] a representação da velhice é culturalmente determinada” (MARQUES *et al.*, 2015, p. 416). No mundo ocidental, a juventude é considerada um atributo a ser conquistado e prolongado pelo indivíduo, em detrimento da velhice, para suprir o mercado consumidor e a mão de obra de uma sociedade neoliberal pós-industrial, em que as questões econômicas se sobrepõem às humanas.

Essa inversão de valores gera “atitudes nas quais se mesclam condescendência e negligência em relação aos mais velhos” em nossa sociedade, nas palavras de Castro (2015, p. 104). Essa categoria social é vista ou sob a condição de fragilidade e dependência, um ser desprovido de sexualidade e anseios a ser descartado, ou é transformada em mais um nicho consumidor de tecnologias rejuvenescedoras e do turismo, ainda que isso tenha conferido visibilidade a esse segmento. Diante dessa construção cultural que violenta velhos(as) ao

³⁹ Para os indígenas, em geral, a pessoa é tida como idosa ao ter uma idade aproximada dos 40 anos, em razão de a expectativa de vida de um indígena girar em torno dos 50 anos. Segundo as pesquisadoras, os estudos da Organização dos Estados Americanos (2000) afirmaram que a expectativa de vida dos indígenas brasileiros é de 45,6 anos.

combater o envelhecimento, é imprescindível reconsiderarmos as representações das pessoas velhas em nossa sociedade.

Sabemos que todo ato ou discurso violento se dá por meio do poder de um grupo sobre outro(s). Por isso, entendemos que o diálogo entre o Estado e a sociedade civil é a ponte para unir instituições e minorias em prol de discursos e condutas respeitosas e inclusivas em relação às pessoas velhas, especialmente as mais debilitadas. No que tange aos meios midiáticos e sua quota de responsabilidade, urgem sensibilidade e cuidado por parte dos formadores de opinião ao produzirem conteúdo sobre e para velhos(as), por seu significativo poder-influência e sua capacidade de atingir as massas, influenciando seus padrões de comportamento, suas percepções e sua ideologias (VAN DIJK, 2010).

2.5 Ser mulher e idosa em meio ao machismo e à misoginia

O fato de nascer ou tornar-se mulher em uma sociedade machista e misógina é perigoso. Constatamos essa realidade no alto índice de homicídios de mulheres em muitas unidades federativas brasileiras, em que, “Entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres”, de acordo com os dados do *Atlas da Violência 2020* (IPEA, 2020, p. 35). As informações do relatório *Visível e Invisível: a vitimização das mulheres no Brasil* (FBSP, DATAFOLHA, 2019)⁴⁰ corroboram que a violência contra a mulher é elevada no país.

“A mulher no Brasil vive em constante situação de risco, mas para a mulher preta ou parda existe um perigo ainda maior” (SCARANCA, 2019, p. 27). Segundo esse relatório, o grupo etário feminino mais vitimizado são as jovens entre 16 e 24 anos, e as mulheres negras são as mais agredidas. Quanto ao estado civil, as solteiras e divorciadas são as mais vitimizadas. Outro dado é o de que expressiva parte das mulheres não reportaram a violência, seja nos órgãos oficiais ou não oficiais. Um levantamento importante foi o de que o lar continua extremamente arriscado para mulheres brancas e negras (pretas e pardas), visto que é o local em que a mulher sofreu a violência mais grave (FBSP, DATAFOLHA, 2019).

E se o lar é um ambiente de práticas violentas, o maior percentual de agressores é de pessoas conhecidas da vítima. A partir desses resultados, percebemos o quanto fatores como classe social, nível de instrução, idade e raça/etnia podem agravar a situação de violência contra a mulher no Brasil, particularmente contra as mulheres negras, com pouca instrução e velhas, a

⁴⁰ Pesquisa realizada no ano de 2019, com o intuito de reunir informações sobre as ocorrências de violência e de assédio contra a mulher no Brasil. Para isso, consideraram-se homens e mulheres bem como a vitimização direta das mulheres, nos últimos 12 meses.

nosso ver. Não temos como precisar o motivo pelo qual as idosas menos relataram a vitimização, entretanto, não podemos supor que sejam as mulheres na terceira idade sejam menos violentadas, especialmente em casa.

Scarance (2019) afirma que se o relacionamento abusivo não é interrompido, o sofrimento é prolongado. Em outras palavras, as mulheres podem adentrar à terceira idade conturbadas pela violência. Sendo os filhos os principais vitimizadores, nos casos de violência contra pessoas idosas, mais uma forte razão para o silenciamento dessas mulheres idosas vitimizadas que, muito provavelmente, pode ter tido origem em alguma forma de abuso sofrido, na infância ou adolescência e/ou na vida conjugal. Por isso, combater a violência contra a mulher é relevante e representa enfrentar “desde os ‘pré-conceitos’ e machismos naturalizados até os fatores que mantêm as mulheres em silêncio como temor, vergonha, crença na mudança do parceiro e revitimização por parte das autoridades e da sociedade” (SCARANACE, 2019, p. 26).

Sabemos que o patriarcalismo é uma estrutura social milenar em que o homem detém autoridade sobre a mulher, conferida a ele institucionalmente, com direta influência em todas as demais relações interpessoais em forma de dominação e violência (CASTELLS, 1999). Embora significativos avanços tenham garantido direitos às mulheres, graças ao movimento político-feminista, iniciado na década de 60, como a ressignificação dos papéis do homem e da mulher no mercado de trabalho, no lar, no ambiente acadêmico; o divórcio; o questionamento da heteronormatividade e, assim, o surgimento de outras configurações familiares, “Essa não é, nem será, uma revolução de veludo” (CASTELLS, 1999, p. 171).

Podemos perceber que as mulheres ainda são foco de violência não apenas em seus próprios lares, mas também culturalmente. Discutimos, anteriormente, que o envelhecimento é diferente para homens e mulheres, e as mulheres são submetidas aos padrões estéticos de uma sociedade machista tirânica porque, “Agora, esperam que nós examinemos, disciplinemos e embelezemos nossos corpos por toda vida – nunca se é velha demais para melhorar nem jovem demais para começar (KARPF, 2015, p. 128). Sontag (1972), em seu ensaio intitulado “The double standard of aging⁴¹”, propõe que a juventude é o símbolo mais comum para a felicidade, uma ideia a ser comprada pelos indivíduos, em especial, pelas mulheres. Não por acaso, a assexualidade é comumente atribuída à mulher velha.

Como escreve Beauvoir, “Se os velhos manifestam os mesmos desejos, os mesmos sentimentos, as mesmas reivindicações que os jovens, eles escandalizam; neles, o amor, o ciúme

⁴¹ SONTAG, Susan. The double standard of aging. *Saturday Review of The Society*, p. 29-38, 23. set. 1972.

parecem odiosos ou ridículos, a sexualidade repugnante, a violência irrisória” (2018, p. 9). Citamos a pesquisa “Are older women forgotten in the violence against sexual violence?”⁴² de Nobels *et al.* (2018), para atestar a atualidade dos dizeres de Beauvoir. Os pesquisadores concluíram que há subnotificação da violação sexual contra pessoas idosas, em particular contra as mulheres velhas.

Isso ocorre por razões metodológicas de pesquisa: os estudos focam em casos de estupro, excluindo os assédios ou abusos sexuais que não tenham penetração; nas entrevistas realizadas por telefone (a maioria dos estudos), a ocultação de informações por parte da vítima, principalmente quando ela e o abusador coabitam; a exclusão das pessoas idosas com problemas cognitivos, em todas as pesquisas na área, e, por último, todas as pesquisas desconsideram pessoas estranhas à vítima como potenciais abusadoras.

A referida pesquisa chamou atenção para a invisibilidade desse tipo de abuso nos discursos dos Direitos da Mulher nas campanhas teórico-feministas, por exemplo. No Brasil, “Entre as gerações, os adultos plenos; as idades medianas, correspondentes aos já criados/educados, mas ainda não envelhecidos” (MOTTA, 2014, p. 475) têm preferência em detrimento das pessoas mais velhas, principalmente das mulheres velhas.

Estas, além de frequentemente esquecidas em campanhas preventivas tanto do Ministério da Saúde como em algumas diretamente feministas, [...] são insuficiente ou descuidadamente atendidas, por preconceito ou desinformação, em situações de atendimento institucional, como em serviços e postos de saúde e hospitais públicos (MOTTA, 2014, p. 476).

Motta (2014) destaca que a prioridade é o cuidado com a saúde da criança e da mulher com capacidade de reproduzir. Assim, as mulheres velhas são encaminhadas para tratarem as doenças crônicas, ao passo que outros problemas podem permanecer mascarados pelo sistema de saúde. Em uma das pesquisas citadas por Motta (2014), com base em Andrade e Franch (2012), constatou-se que as mulheres idosas são excluídas do exame citológico, importante na prevenção ao câncer do colo de útero, o que levou ao entendimento dos pesquisadores de que a mulher idosa não tem vida sexual para o Estado. Logo, podemos perceber que as mulheres velhas sofrem desvantagem em qualquer lugar do mundo.

E ressaltamos que esse sofrimento é intensificado em razão das diferenças notórias e injustas de gênero concernentes ao envelhecimento, visto que

⁴² NOBELS, Anne; VANDEVIVER, Christophe; BEAULIEU, Marie; LEMMENS, Gilbert M. D.; KEYGNAERT, Ines. Are older women forgotten in the violence against sexual violence?. **The Lancet Global Health** (online), v. 6, n. 4, mar. 2018. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(18\)30074-3](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(18)30074-3).

[...] nunca no país houve uma compensação, reconhecimento ou direito à aposentadoria a mulheres cujo trabalho tenha sido primordialmente doméstico; a grande maioria dessa geração de mulheres idosas dedicou toda a sua vida a ser dona de casa e a cuidar dos maridos e dos filhos; existe discriminação sexual no mercado de trabalho formal onde as mulheres (ainda hoje imagine no passado!) ganham menos e, por esse motivo, suas aposentadorias são mais baixas; caso decidam voltar a trabalhar, poucas são admitidas em empregos formais por falta de experiência recente ou pela idade; muitas não têm direito à pensão de seus maridos. Portanto, a maioria vive em desvantagem econômica (BRASIL, 2014, p. 60).

Em decorrência do que expusemos ao longo deste tópico, consideramos a mulher velha o grupo mais vulnerável entre as mulheres por serem mulheres e idosas. Elas estão mais expostas aos abusos, à pobreza, à submissão, à experiência da viuvez e da solidão – a qual pode ser duplamente sufocante em função da ausência de suporte de um companheiro (BRASIL, 2014; RUALEZ-GONZÁLEZ *et al.*, 2016) e da falta de respaldo cultural, já que são invisibilizadas pela veneração às mulheres [mais] jovens. A violência multifacetada que atinge a pessoa idosa possui uma força assimétrica sobre os gêneros, daí a relevância desse tema para a sociedade, cerne desta dissertação.

CAPÍTULO III

ETAPA METODOLÓGICA

Descrevemos, neste capítulo, a justificativa da temática escolhida, assim como a natureza e caracterização desta pesquisa, o *locus* da coleta de dados, os critérios de inclusão e exclusão na seleção dos relatos de agressão contra os idosos. Estabelecemos, também, nossas categorias de análise da ASCD: o Sistema de Transitividade e o significado de palavras que dizem respeito à categoria gramatical, assim como as maneiras como as ideologias são manipuladas, para nossa reflexão do linguístico ao social sobre a violência contra idosos.

3.1 Caracterização de nossa pesquisa social

Primeiramente, reconhecemos que o envelhecimento e todas as temáticas em torno desse processo universal biológico, social, cultural e econômico são de extrema relevância para nossa geração e, principalmente, as gerações futuras. Daí o nosso interesse em refletir sobre os relatos de agressão contra idosos(as) nas relações familiares, pela urgência e seriedade que o assunto demanda, em razão do crescente envelhecimento populacional no Brasil e no mundo. Ressalta Minayo (2005, p. 5) que:

Em muitas sociedades, diversas expressões dessa violência, frequentemente, são tratadas como uma forma de agir “normal” e “naturalizada” ficando ocultas nos usos, nos costumes e nas relações entre as pessoas. Tanto no Brasil como no mundo, a violência contra os mais velhos se expressa nas formas como se organizam as relações entre ricos e pobres, entre os gêneros, as raças e grupos de idade nas várias esferas de poder político, institucional e familiar.

Como nos propomos a analisar problemas humanos que, por inerência, são problemas de origem complexa e multifatorial, nossa pesquisa social é prioritariamente qualitativa, em constante diálogo com as outras ciências do saber, quais a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, o Direito. Ressaltamos que, embora tenha o amparo teórico das ciências humanas e sociais, insere-se especificamente nos estudos [críticos] da linguagem. O diálogo com as Ciências Sociais tem, por sua vez, quatro aspectos distintivos.

O histórico, visto que a análise de fenômenos humanos se dá em contextos histórico e cultural específicos. A familiaridade entre pesquisador e objeto estudado, pois que o investigador possui algo em comum com o objeto de estudo, qual seja, idade, gênero, etnia, classe, questão cultural, dentre inúmeros outros elementos. Bem como “o fato de que ela [a

sociologia] é *intrínseca* e *extrinsecamente ideológica*. Ninguém hoje ousa negar que toda ciência é comprometida”, nas palavras de Minayo (2002, p. 14, grifos da autora).

As pesquisas qualitativas auxiliam o pesquisador, com instrumentos e teorias, a ler a realidade observada, construir conceitos e expor “o significado das ações sociais” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 31). De acordo com o linguista Santos (2017, p. 24-25), “A ciência é um conjunto de teorias, modelos e métodos construídos ao longo do tempo e que são legitimados por instituições públicas e privadas” e, como tal, é utilizada por muitos investigadores, com o intuito de oferecerem soluções práticas, atendendo a alguma necessidade pragmática da vida em sociedade.

[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Desta forma, teorizar a respeito dos significados de algum problema social é tornar uma prática empírica ou discursiva e seus efeitos na sociedade visíveis. A própria origem da palavra teoria provém do verbo grego *theorein* que significa ver (MINAYO, 2002). De uma perspectiva sociológica dos estudos da linguagem, estamos “solidariamente imbricados e comprometidos” (MINAYO, 2002, p. 14), e sendo o texto nosso elemento basilar para realizarmos nossas análises, iniciaremos a nossa jornada investigativa a partir dos textos, “materialidades discursivas dos eventos, decorrentes das práticas sociais, o que inclui a fala, a escrita, a imagem”, conforme Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 23).

Nosso *corpus* é composto de 22 relatos de agressão contra a pessoa idosa dos inquiridos policiais da Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa Com Deficiência (DEAIPD) de Aracaju. É uma pesquisa documental de fonte primária, escrita, por se tratar das oitivas da pessoa idosa-vítima de agressão. Utilizamos, também, fontes secundárias, como a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, revistas, dissertações e teses sobre envelhecimento, violência de gênero contra a mulher, violência contra a pessoa idosa, poder, ideologia, análise crítica do discurso e LSF.

Disponibilizamos também a transcrição da entrevista⁴³ com o Ilmo. Delegado de Polícia Civil, Dr. Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior, responsável pela DEAIPD desde 05 de outubro de 2017 até o período de nossa coleta. Essa entrevista é do tipo despadronizada ou não estruturada, em que as “perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”

⁴³ A transcrição encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

(MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 215), concedendo liberdade ao entrevistado, para discorrer sobre o que considerar relevante em cada pergunta, sem nenhuma obrigatoriedade em fazê-lo, entretanto. A partir das informações coletadas por meio da entrevista, podemos conhecer o funcionamento da delegacia especializada e os trâmites necessários para a instauração de um inquérito policial. Isso porque a entrevista constitui “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”, conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 213).

3.2 Da geração de dados para nosso trabalho

A perspectiva de discurso, enquanto prática social, convoca o pesquisador a observar e discutir sobre dados linguísticos atrelados ao social, motivo por que nosso trabalho foca os relatos de agressão contra idosos, com vistas a uma melhor compreensão acerca dessa violência e seu funcionamento em nossa sociedade. Em virtude de a pessoa idosa ser considerada uma minoria ou grupo vulnerável, fomos levados ao Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) que funciona como delegacia especializada desde setembro de 2004, em Aracaju, Sergipe.

O DAGV está dividido em: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima e a Delegacia Especial de Atendimento aos demais Grupos Vulneráveis. Essa delegacia especializada atua em três eixos complementares, prevenção, acolhimento e repressão, com uma equipe que inclui delegados, agentes e escrivães de polícia, psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogos e mediadores de conflitos.

No primeiro eixo, há a sensibilização e conscientização da sociedade, por meio de ações afirmativas como palestras, distribuição de cartilhas, dentre outros. No eixo do acolhimento, há o atendimento profissional qualificado tanto no acolhimento das vítimas quanto no encaminhamento delas à rede de proteção. O último eixo caracteriza-se pelas investigações e instaurações dos procedimentos legais pela Polícia Civil.

Nosso *locus* de pesquisa é a Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa Com Deficiência (DEAIPD). A coleta do *corpus* desta pesquisa teve início no primeiro contato, por telefone, com o Ilmo. Delegado de Polícia Civil, Gabriel Ribeiro Nogueira Jr., a quem perguntamos sobre a possibilidade de obtermos os relatos de agressão contra idosos nos inquéritos policiais (IPs) concluídos, isto é, os casos encaminhados ao Ministério Público.

Escolhemos o IP por constituir um instrumento de caráter investigatório, informativo, para se apurar fato que configure algum tipo de infração penal e sua respectiva autoria, na esfera

da polícia civil ou federal. O IP visa a reunir provas e a materialidade do crime, sem nenhum juízo de valor, a ser encaminhado ao Ministério Público – em caso de ação penal pública –, ou ao titular do direito de queixa – em caso de ação penal privada.

Dentre suas principais características, destacamos que é sigiloso, ao menos, para a comunidade em geral, porque juízes, advogados e a defensoria têm acesso aos autos do inquérito, e é sempre realizado na forma escrita e por uma autoridade pública, no caso, a autoridade policial – o delegado de polícia de carreira. Investigamos as oitivas das pessoas idosas-vítimas, especificamente, nos inquéritos policiais concluídos, uma vez que a investigação policial é encerrada formalmente mediante relatório que é encaminhado para a devida apuração.

Reforçamos que uma importante “justificativa para nosso foco na análise textual é certamente a mediação textual da vida social contemporânea, a ubiquidade dos textos nas nossas atividades diárias” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 31), como a transcrição das falas dos idosos-vítimas de agressão em forma de texto, neste caso, as oitivas do IP. Segundo apuração do delegado de Polícia Civil, Nogueira Júnior, houve 34 inquéritos concluídos entre janeiro e junho de 2018.

Dado o caráter pessoal, portanto, sigiloso das informações, submetemos este projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, juntamente com o Termo de Anuência⁴⁴, as perguntas norteadoras⁴⁵ e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴⁶ por meio da Plataforma Brasil⁴⁷. Mediante aprovação do CEP, pelo parecer de número 3.306.332, emitido em 07 de maio de 2019, é que de fato realizamos a pesquisa *in loco*.

Para este trabalho, nossos critérios de seleção dos relatos foram os seis primeiros meses de 2018⁴⁸ e a exclusão, tanto do crime de Estupro de Vulneráveis – do art.217 do Código Penal Brasileiro (CPB), como da Pessoa Com Deficiência, por não constituírem foco de nossas análises. Na delegacia especializada, selecionamos 32 oitivas dos IPs concluídos e fizemos uma tabela constando número de ordem, número do boletim de ocorrência (BO), número do IP, natureza do fato, relato do BO e a oitiva da pessoa idosa-vítima, sob sugestão do próprio delegado, a fim de que ele pudesse localizar as peças virtuais e disponibilizá-las.

⁴⁴ No Apêndice B.

⁴⁵ No Apêndice C.

⁴⁶ No Apêndice D.

⁴⁷ Projeto de pesquisa registrado com número CAAE 09701119.7.0000.5546.

⁴⁸ De 02 de janeiro a 18 de junho de 2018.

Tanto a coleta das informações, quanto a entrevista – cordialmente cedida pelo Ilmo. Delegado de Polícia Civil, Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior –, foram realizadas na semana de 20 a 23 de maio de 2019. A entrevista de 16’38’’ foi registrada no gravador de voz do aparelho celular da pesquisadora, na quinta-feira, dia 23 de maio de 2019. As seis perguntas norteadoras foram enviadas ao delegado no dia anterior à entrevista, por e-mail. Desta maneira, obtivemos informações sobre seu trabalho na DEAIPO, bem como os procedimentos realizados desde a chegada da pessoa idosa à delegacia, até a instauração do inquérito policial, se necessário.

Através da pesquisa qualitativa, podemos, enquanto investigador social,

[...] examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 30).

Para isso, selecionamos 32 denúncias de agressão contra idosos(as), com base nos boletins de ocorrência que constavam nos inquéritos policiais físicos pesquisados. Apresentaremos, no quadro que se segue, os crimes neles encontrados:

Quadro 6. Crimes das oitivas de agressão contra a pessoa idosa selecionadas.

<i>Título I - Dos Crimes Contra a Honra da Pessoa</i>		
<i>Cap. II ‘Das Lesões Corporais’</i>		
Lesão corporal – art. 129	Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem	crime de gradação, de natureza leve a grave, podendo ocorrer seguida de morte
<i>Cap. III ‘Da Periclitção da Vida e da Saúde’</i>		
Maus-tratos – art. 136	Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina	
<i>Cap. V ‘Dos Crimes Contra a Honra’</i>		
Calúnia – art.138	Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime	
Difamação – art.139	Imputação de ato ofensivo à reputação de alguém	

Injúria – art. 140	Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro	
Cap. VI ‘ <i>Dos Crimes Contra a Liberdade Individual</i> ’		
Ameaça – art. 147	Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto , ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave	é considerado crime, quando causa medo, temor na vítima
Título II - <i>Dos Crimes Contra o Patrimônio</i>		
Cap. V ‘ <i>Do Dano</i> ’		
Dano – art. 163	Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia	

Elaboração: A autora com base no Código Penal Brasileiro (grifos nossos).

Esclarecemos que, quando da procura do delegado pelas correspondentes oitivas no sistema virtual da delegacia, ele averiguou que houve *quatro* autos de prisão em flagrante, sendo a denúncia realizada na delegacia plantonista, portanto, sem oitivas disponíveis – dois desses casos configurando crime de lesão corporal. Quanto aos *dois* crimes de maus-tratos, não há oitivas, em razão de a vítima ser bem idosa, acima de 90 anos. *Um* caso em que a peça virtual não está disponível. *Dois* casos sem BOs e sem oitivas na pasta virtual. E, por último, *um* caso de idoso com transtorno mental, em que a denúncia foi realizada pelo Disque Denúncia (grifos nossos).

Isso posto, nosso *corpus* totaliza 22 relatos de agressão contra a pessoa idosa, em que a mulher idosa é a noticiante da maior parte das denúncias, excetuando-se quatro oitivas: um caso em que o idoso vítima é o próprio declarante; em outro, a declarante foi a nora da mulher idosa agredida, e nas duas outras oitivas, as filhas da mulheres idosas violadas são as declarantes. Em uma nova triagem, escolhemos 10, dentre as 22 oitivas, por incluírem familiares consanguíneos e não consanguíneos da vítima, bem como possibilitarem as nossas análises textuais e sociais com riqueza de detalhes.

Fizemos, por essa razão, um quadro apresentando informações que nos guiarão no decorrer das análises, conforme segue:

Quadro 7. Oitivas das vítimas-noticiantes selecionadas para as análises.

Relatos	Idade da Vítima-Noticiante	Parentesco dos agressores com a vítima	Natureza do crime
1	64 anos	Cônjuge	Injúria e Ameaça
4	79 anos	Cônjuge	Calúnia, Ameaça e Injúria
5	61 anos	Irmão	Injúria e Ameaça
10	64 anos	Irmão	Injúria e Ameaça
13	78 anos	Filho	Ameaça
17	64 anos	Cônjuge	Ameaça
23	73 anos	Cônjuge	Injúria e Ameaça
24	60 anos	Filho	Injúria e Ameaça
28	64 anos	Filho	Injúria e Ameaça
29	74 anos	Filho	Injúria e Ameaça

Fonte: Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (DEAIPD) de Aracaju-SE.

Como vemos, a ameaça é a violação que perfaz maior ocorrência, dentre os 22 relatos, e a maior incidência, entre os crimes contra a honra da pessoa, é a injúria. Para nossas análises, a idosa vitimada será identificada pela abreviação do termo vítima-noticiante, V-N, visto ser a declarante em todas as 10 oitivas. Essa sigla será seguida pelo número do relato, por exemplo, V-N1. Ao destacarmos os trechos dos relatos a serem analisados, acrescentaremos a idade da V-N e o parentesco do agressor, entre parênteses. Ressaltamos que quaisquer informações que possam identificar tanto a vítima idosa, quanto o agressor, serão ocultadas.

3.3 Problematizações da pesquisa e etapas de análise

Entendemos por *pesquisa* a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema na vida prática* (MINAYO, 2002, p. 17, grifos da autora).

Compreendemos por vida prática as ações empíricas ou discursivas que afetam direta ou indiretamente os indivíduos, beneficiando-os ou os prejudicando. Nessa ação de pesquisarmos sobre a violência contra a pessoa idosa nas relações familiares, em que “a dificuldade do estudo se depara no silêncio dos seus protagonistas, no medo da repercussão do problema no meio social e na insegurança do retorno aos lares para a convivência em possíveis situações de violência doméstica” (RIBEIRO, 2016, p. 25), seguiremos as trajetórias de análise

da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, ancorada no trabalho com o discurso, delineadas por Pedrosa (2013, p. 11):

- 1ª Definir seu objeto de estudo;
- 2ª Traçar objetivos de análise;
- 3ª Identificar as áreas de interfaces que atendem aos objetivos;
- 4ª Selecionar categorias de cada área interfática que alcancem os objetivos propostos;
- 5ª Articular a discursividade à sua materialidade textual;
- 6ª Estabelecer o diálogo entre as categorias de cada área definida e sua materialidade como pressuposto para os resultados analíticos a serem demonstrados;
- 7ª Identificar os sentidos sociais representados e construídos no discurso;
- 8ª Relacionar os sentidos identificados às questões sociais situadas/contextualizadas.

Nosso objeto de estudo está centrado nas oitivas da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar, visto que o número de denúncias desse tipo de violência tem aumentado, contrariando “O sistema de proteção integral implementado pelo Estatuto do Idoso [que] torna claro que a vida, integridade e dignidade do idoso são bens jurídicos de importância superior, tutelados pelo Estado” (RIBEIRO, 2016, p. 25).

Partindo desse grave problema social, apresentamos as perguntas que guiam nossa pesquisa:

(i) Sabemos que a pessoa idosa é uma categoria social com direitos estabelecidos em lei e com demandas e políticas públicas específicas, de um lado; de outro, essa categoria vivencia o que se chama de gerontofobia (KARPF, 2015) e idadeísmo (CASTRO, 2015). Somando-se ao preconceito contra a velhice (DEBERT, 1999), houve o aumento dos índices de violência contra a pessoa idosa, em 2017, exposto nas considerações iniciais. Assim, nosso primeiro questionamento é se a agressão verbal contra as idosas recai sobre a própria velhice;

(ii) Sabemos que a pessoa idosa é acometida por vários tipos de violência, inclusive a física. De um viés linguístico, quais são os processos materiais mais desdobrados nas investidas ou ameaças contra a integridade física da pessoa idosa, segundo a Gramática Sistêmico-Funcional, e os seus significados sociais?

(iii) Os crimes de ameaça e injúria, na forma da violência psicológica, são os que significativamente perfazem as oitivas da pessoa idosa coletadas. Pelo foco na linguagem, interessa-nos saber quais os termos escolhidos pelo agressor que marcam o abuso psicológico nas relações familiares e a(s) ideologia(s) que atravessa(m) tais escolhas;

(iv) Sabemos que a violência constitui uma das manifestações de poder. Por essa razão, é de nosso interesse compreender a manifestação do poder na violência intrafamiliar;

(v) No gráfico 1 desta dissertação, expusemos que os abusos psicológicos ocupam o segundo lugar no *ranking* das denúncias de violência contra a pessoa idosa. Nos relatos coletados, a violência psicológica a mais cometida contra a pessoa idosa. Quais seus efeitos?

3.4 Objetivos

Expostas as questões que nos orientam, falaremos dos objetivos, geral e específicos, com vistas a expor nossa intenção. O **objetivo geral** deste trabalho é refletir textual e sociodiscursivamente sobre as oitavas da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar. Para tanto, os **objetivos específicos** são:

- (i) Identificar por meio dos processos verbais se o crime de injúria, na forma da violência psicológica, incide sobre o fator idade;
- (ii) Investigar os processos materiais implicados na ameaça ou no uso de violência física contra as idosas;
- (iii) Examinar as escolhas lexicais do agressor em relação à mulher idosa agredida e as ideologias que permeiam essa violência;
- (iv) Refletir sobre a família e o poder;
- (v) Apresentar os efeitos da violência psicológica contra a mulher idosa por meio dos processos mentais.

Pelo exposto acima, trabalharemos com as interfaces linguística e sociodiscursiva. A interface linguística está amparada na teoria da Linguística Sistêmico-Funcional e nas categorias gramaticais do Sistema de Transitividade da Gramática Sistêmico-Funcional, um método para investigarmos os aspectos gramaticais. A interface sociodiscursiva será examinada por meio das palavras usadas pelo agressor contra a vítima idosa e de um olhar sobre a que outros discursos essas escolhas linguísticas nos remetem. Dessa forma, articularemos o diálogo entre as categorias de cada interface, identificando os sentidos sociais representados textualmente nos relatos de agressão da pessoa idosa vítima nas relações familiares e nos discursos que atravessam o contexto situacional de violência, visto que outras formas de violência permeiam a violência intrafamiliar contra idosos(as), as ideologias embutidas nas relações familiares e em nossa sociedade, por meio de um olhar crítico e sociológico sobre o nosso *corpus*.

3.5 Caminhos para a análise

Segundo Fairclough (2001), linguagem e prática social estão profundamente relacionadas. Por isso, estudaremos as oitivas de agressão contra idosos(as) dos inquéritos policiais por meio de análises linguísticas e reflexões sociodiscursivas com base no aporte teórico-metodológico da LSF/GSF de Halliday, uma vez que “A gramática é compreendida e interpretada no discurso, nos diferentes contextos de interação” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 23). A linguagem a que nos referimos é a língua natural e o seu sistema.

Cunha e Souza (2011) explicitam que as formas linguísticas refletem a estrutura social, mais especificamente o contexto de cultura e a situação em que vivemos. Logo, as relações gramaticais, as relações semânticas e o significado das palavras constituem categorias para analisar gramatical, semântica e sociodiscursivamente nosso *corpus*, conforme Fairclough (2001), pois levamos em consideração, a um só tempo, as funções de ordem semântica (significado) e social da linguagem e suas possibilidades de uso. Como a Análise Crítica do Discurso é transdisciplinar, nossas análises críticas têm base linguística ampliada para o social, o que justifica nosso diálogo com outras disciplinas do saber ao longo desta dissertação.

Abaixo, ilustraremos o roteiro para a investigação do nosso objetivo geral e os específicos:

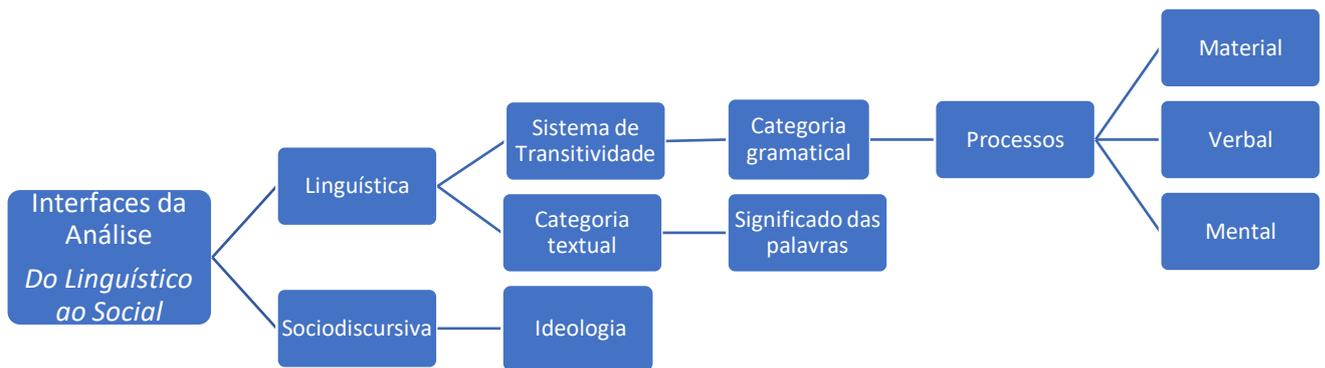


Figura 2. Esquema do caminho para análise.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Explicando o esquema anterior, utilizaremos a categoria da gramática da experiência do Sistema de Transitividade, bem como a categoria textual do léxico e seus significados, para a

investigação da tessitura textual porque entendemos texto conforme a definição de Halliday e Matthiessen (2014, p. 3, tradução nossa⁴⁹): “ O termo ‘texto’ refere-se a qualquer instância da língua, em qualquer meio, que faça sentido para alguém que conheça a língua; nós podemos caracterizar o texto como língua funcionando no contexto”.

Em outras palavras, a língua ou gramática de uma língua é usada para propor significados, construir sentidos e pode ser vista como sistema e texto. A língua enquanto sistema é “um potencial de significação sobre o qual os falantes operam escolhas em função daquilo que querem comunicar nas situações particulares em que se encontram”, conforme Gouveia (2009, p. 20) com base em Halliday (2004).

Nessa perspectiva de língua enquanto sistema e texto, nossa reflexão sociodiscursiva buscará identificar os aspectos ideológicos que entrecruzam os discursos da sociedade materializados nas falas dos agressores no contexto situacional de violência intrafamiliar contra a pessoa idosa. Essa relação familiar violenta é necessariamente marcada pela assimetria de poder, em que a ideologia necessariamente age como mecanismo de manutenção dessa opressão (THOMPSON, 2011), por isso nosso interesse nos efeitos ideológicos.

Entendendo que “A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas” (BRASIL, 2002, p. 13), analisaremos quais os processos materiais, verbais e relacionais nos textos das oitavas. Para isso, investigaremos as orações que contêm verbos de cada um desses processos, a fim de que, assim, possamos identificar os aspectos socioculturais que contribuem para essa situação de violência, na medida em que toda escolha linguística tanto influencia quanto retrata os processos sociais.

Segundo a teoria da linguagem hallidayana, temos a oração como a “unidade principal de processamento da gramática, já que tudo se processa à volta da oração: acima de, abaixo de, para além de” (GOUVEIA, 2009, p. 20). Observemos o diagrama a seguir.

⁴⁹ “The term ‘text’ refers to any instance of language, in any medium, that makes sense to someone who knows the language; we can characterize text as language functioning in context” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 3).

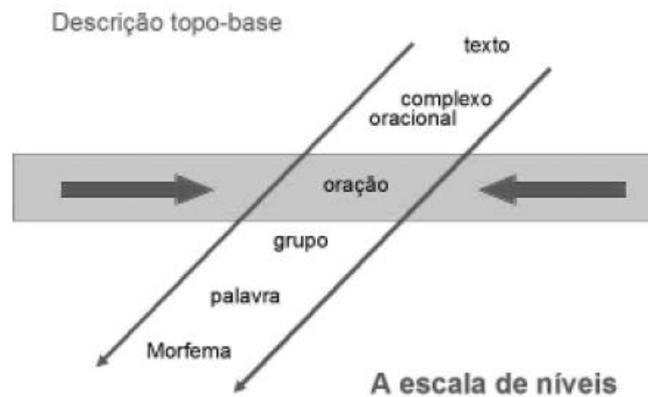


Figura 3. Relação da escala de níveis e do movimento descritivo da gramática.
 Fonte: Gouveia (2009, p. 21).

A escala acima ilustra como a análise gramatical pode ser realizada do texto até a base da escala – o morfema. Em sendo a LSF uma teoria de base semântica, é na oração que residem os significados das funções desempenhadas pela linguagem, quais sejam: a experiencial/lógica, a interpessoal e textual (GOUVEIA, 2009), com base em Halliday (2004).

Dessa forma, o exame das orações dos relatos da pessoa idosa vitimada pode nos ajudar a conhecer as experiências, ter acesso aos fatos, a como as pessoas organizam seus pensamentos nas mais diferentes situações, uma vez que “a gramática de uma língua natural é dinâmica, adaptando-se a pressões internas e externas ao sistema linguístico, que continuamente interagem e se confrontam” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 22).

A categoria textual de análise por intermédio da qual investigaremos os sentidos nela embutidos é o significado das palavras. A língua é fluida, moldada conforme seu uso pelos falantes ao longo da história. Assim como novas palavras surgem em razão de novos campos de atuação humana, outras caem em desuso por completo. E ainda há aqueles verbetes que têm seu sentido original alterado, construindo novas significações, com implicações positivas ou negativas, a depender do contexto em que são utilizados. Por essa razão, “analisar itens lexicais utilizados em quaisquer *corpora* para discutir os significados das palavras será feito sempre na correlação textual – o emprego de determinadas palavras em determinados contextos” (BESSA; SATO, 2018, p. 146).

Nas palavras de Fairclough (2001, p. 230), “os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetadas de processos sociais e culturais mais amplos”. É com essa finalidade que examinaremos alguns léxicos e seus significados que encontramos nas denúncias de agressão feitas pela pessoa idosa. Analisados os aspectos textuais, avançaremos, então, para a categoria

sociodiscursiva, qual seja, a ideologia presente nas mais diversas relações sociais, de que a entidade Família não poderia ser deslocada.

No capítulo I, expusemos a teoria social com viés crítico de John Thompson para as nossas análises, em que versa sobre ideologia, mídia, cultura de massa, formas simbólicas na cultura moderna. Apresenta, em contraposição a alguns conceitos de neutralização da ideologia, que a “Ideologia [...] é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela, necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (THOMPSON, 2011, p. 91).

Para descobrirmos os sentidos negativos ideológicos nos discursos do contexto cultural de violência, investigaremos quais as estratégias ideológicas e as formas simbólicas correlatas que são operadas no contexto situacional das relações de poder.

CAPÍTULO IV

A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NAS RELAÇÕES FAMILIARES

A violência é um fenômeno complexo, multifatorial, presente nas mais diversas interações sociais: entre países, famílias e indivíduos economicamente privilegiados e formalmente instruídos ou não. Culturalmente, vivemos num mundo extremamente violento em suas práticas sociais quando inferioriza raças; sobrepuja as ações e os desejos masculinos em detrimento dos femininos; cria uma massa de pessoas subempregadas ou desempregadas; oferta a crianças e adolescentes desfavorecidos um sistema educacional desigual, deficitário; cultua a juventude com graves prejuízos materiais e emocionais para as pessoas idosas; legitima a violência contra pessoas LGBTQIA+, em nome de um modelo de família mantido pelo sistema patriarcal, entre inúmeras outras experiências no mundo social.

Há vários tipos de manifestação violenta, mas é importante termos em mente que o ser humano é influenciado pelos padrões culturais de determinada época e lugar, mormente pelo seu núcleo familiar – o primeiro núcleo de socialização do indivíduo. As vivências aprendidas e (re)produzidas, na cultura familiar, marcam profundamente as nossas subjetividades. Por essa razão, compartilhamos da perspectiva da socióloga Minayo (2010, p. 16) quando assinala que a “violência está inscrita e arraigada nas relações sociais, mas, principalmente, que é construída no interior das consciências e subjetividades. Portanto, esse fenômeno não pode ser tratado apenas como uma força exterior a indivíduos e grupos”.

Reconhecemos que a subjetividade pode ser desconstruída e reconstruída ao longo da vida. Se, por um lado, as mulheres têm suas vidas ceifadas, vítimas do ódio de um sistema patriarcal materializado nos significativos e assustadores índices de feminicídio, se constituem, de outro, como sujeitos que também praticam algum tipo de violência em face dos seus filhos, parentes, colegas, cônjuges. Nas palavras de Pimentel (2011, p. 16), “Mulheres, crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, homossexuais, homens e casais, todos praticam e sofrem a violência psicológica”, para citar uma natureza de violência bastante comum, quase sempre banalizada, mas com efeitos devastadores.

O *bullying*, por exemplo, é uma realidade cruel entre crianças e adolescentes nas escolas, um problema no mundo inteiro. O infanticídio, bem como os abusos contra crianças e adolescentes, é mais cometido por pais e mães. Assim, somos do entendimento de que não podemos enquadrar mulheres e homens em categorias estanques, o homem sempre violento, a mulher sempre passiva, particularmente no que se refere aos abusos invisibilizados, dentre os quais a violência psicológica e moral.

“Na relação, convivemos, fluímos e transitamos entre papéis e perspectivas. Assim, mulheres e homens podem se alternar no transpasse entre tais papéis, sendo dialeticamente ora vítima, ora algoz, ou sujeitos livres e amorosos” (PIMENTEL, 2011, p. 18). Porém, é fato que pesquisas e estatísticas demonstram que, dentre as categorias de gênero, classe e idade, as mulheres, os menos favorecidos, as crianças e as pessoas velhas são as mais violentadas. Daí a relevância de a violência ser estudada sob uma ótica multidisciplinar.

Isso porque “quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens” (MINAYO, 2010, p. 13). Dito de outro modo, consideramos que uma relação violenta é pautada em disputas pelo poder. Isso posto, o presente trabalho aborda o problema social da violência contra a pessoa idosa nas relações familiares, essa que é uma questão social subnotificada, como expusemos nas considerações iniciais, em razão de ser realizada em âmbito privado. E, nesse contexto, o que é privado só se torna público mediante denúncia e exposição dos fatos.

A partir da análise do nosso *corpus*, alguns detalhes da violência intrafamiliar contra a pessoa idosa nos chamaram atenção. Estudiosos da área declaram que as mulheres idosas são as mais violentadas em seus lares, o que não foi diferente em nossa investigação, visto que as mulheres velhas perfazem quase que o total das vítimas das oitivas coletadas. Outro dado é que todos os agressores são homens, sob a condição de irmãos, cônjuges ou, majoritariamente, filhos, e que há o uso de drogas lícitas – o álcool – e/ou ilícitas, em sua maioria. Eis um fato já comprovado por especialistas da área (BRASIL, 2014; FALEIROS; BRITO, 2009) que aqui evidenciamos: os filhos são os que mais perpetram agressão contra ambos ou um de seus pais na terceira idade.

Por qualquer ângulo de observação, a temática da agressão contra a pessoa idosa na família é de extrema relevância social, sobretudo no que diz respeito às mulheres idosas, porque “A família socialmente legitimada pressupõe o reconhecimento comprometido e compromissado do outro, laços de parentesco ou afetivos, numa relação de troca de proteção e convívio” (FALEIROS; BRITO, 2007, p. 110). Todavia, o que veremos, por meio da análise do nosso *corpus*, é a necessidade de revisitar a ideia de ambiente familiar como uma relação segura para velhos, em especial para as mulheres velhas.

4.1 Os processos verbais e o inquérito policial pelo Sistema de Transitividade

Importa retomarmos o conceito da ACD de que toda prática social envolve linguagem. E a prática social é um âmbito mais amplo em que as práticas discursivas são produzidas e circulam em forma de textos, em contextos sociais particulares, como o de uma delegacia especializada de proteção à Pessoa Idosa, onde o gênero textual inquérito policial (IP) é produzido. Seguindo os caminhos da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) (PEDROSA, 2013) para nossas análises, definimos como nosso objeto de estudo as oitivas da pessoa idosa. Recorremos ao IP porque nossas análises são textualmente orientadas e compreendemos por gênero textual “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 161).

Segundo a autoridade policial da Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (DEAIPD) de Aracaju-SE, o IP

[...] debruça um pouco mais de trabalho, então a gente produz uma prova pericial, a gente ouve todos os envolvidos, faz o levantamento de campo, é uma peça um pouco mais elaborada do que o termo circunstanciado. Então, dando sequência a essa situação, instaura-se o inquérito policial, e os fatos são devidamente apurados (NOGUEIRA JÚNIOR, 2019, entrevista⁵⁰).

Por ser fruto de um trabalho de investigação mais minucioso, traçamos como objetivo geral refletir textual e sociodiscursivamente sobre as oitivas da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar. Nosso interesse nos discursos que circulam nas instituições se dá em razão de que “As instituições possuem rotinas específicas para o ‘processamento’ de textos: uma consulta médica é transformada em um registro médico que pode ser usado para compilar estatísticas médicas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108), por exemplo. De forma análoga, o relato verbal das mulheres idosas acerca das agressões sofridas é transformado em um boletim de ocorrência que pode levar à instauração de um inquérito policial mediante averiguação e confirmação da denúncia. O quantitativo de denúncias dos BOs da pessoa idosa vítima de agressão é, por sua vez, utilizado para compilar as estatísticas de violência contra esse segmento social no país⁵¹.

Ao analisarmos a narrativa da pessoa idosa nos IPs, notamos que a maioria dos relatos coletados apresenta a seguinte organização textual sintática: a conjunção subordinativa integrante QUE introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva direta (grifo nosso). Segue modelo abaixo para ilustrar essa observação.

⁵⁰ O Delegado de Polícia Civil Gabriel Nogueira Júnior trabalhou por dois anos na Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

⁵¹ Vide gráfico 1 desta dissertação.

Quadro 8. Oitiva da V-N1 na íntegra.

QUE sobre os fatos narrados no BO nº [...], relata que é casada com J. há 05 anos, podendo ser encontrado no endereço da declarante, como também no local de trabalho, (...), empresa automotiva, situada na (...), Aracaju/SE; QUE não tem bens e nem filhos com J., embora tenha quatro filhos de outro relacionamento, assim como J. também tem quatro filhas. QUE J. não permite o contato da declarante com os filhos dela; QUE J. fica agressivo e violento quando faz uso de bebidas alcoólicas; QUE J. sempre agrediu verbal e psicologicamente a declarante, mesmo antes do casamento; QUE J. ameaça a declarante, dizendo que, se ela procurar a Polícia, ele corta a cabeça dela; QUE J. costuma xingar e ameaçar a declarante, dizendo “vá se foder”, “vá tomar no cu”, “se eu te pegar com outro homem, eu te mato”; QUE, no dia 25/12/2017, por volta das 20h30, J., bêbado, torceu o dedo da declarante para tomar a chave do apartamento; QUE, no dia 01/01/2018, por volta das 17h30, estava na praia com J. e familiares, quando ele começou a falar alto, então com vergonha pegou um táxi e foi para casa; QUE em casa deixou a porta do apartamento encostada, entrou no quarto, fechou de chave, tomou um calmante e dormiu; QUE, no mesmo dia, por volta das 19h, J. chegou no apartamento e começou a dar murros e chutes na porta do quarto, onde a declarante estava dormindo; QUE acordou assustada e com medo não saiu mais do quarto naquela noite, inclusive teve que urinar dentro do próprio quarto, pois estava com muito medo de apanhar de J.; QUE está assustada e com medo de J.; QUE teme pela sua segurança; QUE deseja medida protetiva para que J. saia do apartamento e se mantenha afastado da declarante.

Fonte: Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (DEAIPD) de Aracaju.

Observamos que a estrutura textual se repete em quase todas as transcrições. Aventamos que isso se deve ao fato de que padronizar o texto das oitivas pode facilitar a coleta das informações e suas minúcias, uma vez que esse momento é de significativa tensão para a pessoa idosa que precisa organizar e narrar suas experiências. Além disso, vemos o uso da conjunção subordinativa integrante “que” no começo de cada oração, como uma ênfase no conteúdo que se segue, assim conferindo maior fidedignidade à narrativa de sofrimento da mulher idosa. Para atender a nossos objetivos específicos, trabalharemos com as áreas de interface da Gramática Sistemico-Funcional (GSF) do léxico escolhido pelo agressor e com os modos de operação da ideologia.

Com base no aporte metodológico da teoria da linguagem hallidayana, a GSF, iremos explorar o aspecto textual dessas oitivas por meio do Sistema de Transitividade e dos componentes de uma oração – os processos, os participantes e as circunstâncias –, com maior enfoque sobre os processos. Afirmamos que o IP tem natureza predominantemente verbal na forma escrita – em que os fatos são relatados. As oitivas das declarantes¹, coletadas oralmente, compõem essa peça informativa, conforme expusemos na etapa metodológica.

Apresentaremos os processos, os participantes e as circunstâncias no trecho a seguir: “QUE, no dia 25/12/2017, por volta das 20h30, J.⁵², bêbado, torceu o dedo da declarante para tomar a chave do apartamento”. Relembramos que os processos se referem às experiências que

⁵² Inicial do nome da parte envolvida, no caso, o marido-agressor da vítima.

se encontram representadas nos verbos das orações, conforme exposto no capítulo teórico I. Os processos *torcer* e *tomar* são materiais, e os participantes estão representados em *J.* e *a chave do apartamento*, seres animado e inanimado, respectivamente. As circunstâncias referem-se ao dia e horário (grifos nossos).

Segundo a gramática da experiência, encontramos os processos do dizer nas orações verbais, logo as oitivas são basicamente compostas por tais orações. Os processos verbais são realizados pelos verbos *relatar*, *dizer*, *ameaçar* (alguém de algo), *acusar*, *chamar* (alguém de algo) – sentido de acusar – e *xingar*. A primeira oração da oitiva do quadro 8 ilustra bem o que afirmamos: “*QUE sobre os fatos narrados no BO nº [...], relata que é casada com J. [...]*”. Muitas das transcrições das oitivas iniciam-se exatamente assim (grifo nosso).

O participante obrigatório *Dizente* é aquele que narra os fatos externos ou que age verbalmente sobre outro participante. O participante-*Dizente* alterna-se entre a mulher idosa, quem relata os episódios de violência na delegacia, e o agressor, ao investir através das palavras contra a mulher idosa. Nas análises dessas narrativas, constatamos linguisticamente quão distintas são as experiências retratadas pelos processos verbais das vítimas idosas e dos agressores. A GSF divide os processos do contar em dois tipos: *atividade* e *semiose* (grifo nosso).

O processo verbal do tipo *atividade* é retratado na ação verbal de xingar e ameaçar o participante-*Alvo*, a esposa idosa. O trecho “*QUE J. costuma xingar e ameaçar a declarante, dizendo ‘vá se foder’, ‘vá tomar no cu’, ‘se eu te pegar com outro homem, eu te mato’*” denota as intenções de *J.* de humilhá-la e intimidá-la. Nas *Citações*, temos as orações projetadas em que estão as falas literais do marido-agressor, os xingamentos e as ameaças. Por isso, tais orações vêm entre aspas simples nas transcrições das oitivas. Já o verbo *dizer*, segundo a gramática da experiência, é uma *semiose* do tipo *neutro*. Contudo, o participante-*Verbiagem* – o conteúdo que se segue ao processo verbal *dizendo* – apresenta termos que pejoram o participante-*Receptor*, a esposa idosa, em razão de seu gênero, ao utilizar termos com sentido sexual notoriamente ofensivo (grifo nosso).

O desejo do marido-agressor de exercer poder e controle sobre a esposa da terceira idade fica manifesto nas orações: “*QUE J. ameaça a declarante, dizendo que, se ela procurar a Polícia, ele corta a cabeça dela*”. Em outras palavras, ou o silêncio ou a vida. Mais uma vez, o processo verbal *dizendo* é usado para representar a experiência de ameaça endereçada à esposa idosa vítima na relação conjugal. Observemos algumas circunstâncias desse relato a seguir.

Quadro 9. Circunstâncias do relato da V-N1, 64 anos.

Circunstâncias		Exemplos do <i>corpus</i>
Extensão	Frequência	QUE J. <i>sempre</i> agrediu verbal e psicologicamente a declarante, <i>mesmo antes do casamento</i> [...]
Localização	Tempo	QUE no dia 25/12/2017, <i>por volta das 20:30 horas</i> [...] QUE no dia 01/01/2018, <i>por volta das 17:30 horas</i> ; QUE <i>no mesmo dia, por volta das 19:00 horas</i> [...] QUE acordou assustada e com medo não saiu mais do quarto <i>naquela noite</i>
	Lugar	QUE no dia 01/01/2018, <i>por volta das 17:30 horas</i> , estava <i>na praia</i> com J. e familiares, quando ele começou a falar alto, então com vergonha pegou um táxi e foi <i>para casa</i> ; QUE <i>em casa</i> deixou a porta do apartamento encostada, entrou <i>no quarto</i> , fechou de chave, tomou um calmante e dormiu [...] QUE acordou assustada e com medo não saiu mais <i>do quarto</i> naquela noite, inclusive teve que urinar <i>dentro do próprio quarto</i> [...]
Modo	Qualidade	QUE no dia 25/12/2017, <i>por volta das 20:30 horas</i> , J., <i>bêbado</i> , torceu o dedo da declarante [...] começou a falar <i>alto</i> , então <i>com vergonha</i> [...]
	Grau	[...] começou a falar <i>alto</i> , então <i>com vergonha</i> [...] QUE acordou <i>assustada e com medo</i> não saiu [...] pois estava <i>com muito medo</i> de apanhar de J.
Acompanhamento	Comitativo	QUE no dia 01/01/2018, <i>por volta das 17:30 horas</i> , estava na <i>praia com J. e familiares</i> [...]

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (grifos nossos)

Os detalhes colhidos acerca da violência intrafamiliar contra a mulher velha são de extrema relevância porque nos ajudam a perceber que as experiências de agressão verbal e psicológica se estenderam por tempo significativo, até que a mulher idosa tivesse coragem de realizar a denúncia, visto que a vítima e o agressor foram casados por 5 anos (*vide* quadro 8), e essas ações verbais já aconteciam antes do consórcio. Outros tipos de circunstâncias nos chamaram atenção por nos indicarem uma certa regularidade nas práticas violentas. Nem no dia Natal, por exemplo, uma festividade tipicamente celebrada em família, nem no primeiro dia do ano de 2018, a mulher idosa foi poupada de estados emocionais de vergonha, medo e susto. Inclusive a família, como constatado na circunstância de *acompanhamento*, é levada a presenciar o destempero emocional de J., que impele a esposa a retornar para casa, encerrando de forma desagradável um momento que poderia ter sido de comemoração.

4.2 Dos processos materiais na violência contra a mulher velha

Como falamos no início desta seção, os atos de violência podem ser praticados por homens e mulheres e se constituem sempre em uma relação assimétrica de poder, em que a pessoa vitimizada ocupa uma posição [considerada] inferior pelo agressor. Os relatos sobre os quais nos debruçamos compõem a narração de situação conflitante, violadora dos sentimentos e direitos da mulher idosa, em que a primeira barreira a ser vencida é a vergonha, visto que,

No seio da família, a maioria das violências fica invisível e é de difícil diagnóstico. Principalmente porque os sentimentos de culpa e de vergonha da pessoa idosa que é maltratada costumam se ajuntar ao medo da retaliação ou de represálias por parte dos agressores ou dos que os negligenciam. [...] A violência familiar é enfatizada pelos estudos nacionais e internacionais como a mais frequente forma de abuso que as pessoas idosas sofrem (BRASIL, 2014, p. 63-64).

Nos relatos selecionados, além dos processos verbais, encontramos os processos materiais desdobrados por meio das orações materiais. Essas orações representam ações que modificam a realidade no mundo físico, em que o participante obrigatório chamado *Ator*, em geral o marido-vitimizador, aplica energia física para atingir o participante, de modo a viabilizar o meio pelo qual o processo material se desenrola ou elaborar o processo em si, respectivamente o participante *Meta*, *Escopo-entidade* e *Escopo-processo*. Vejamos os processos materiais e seus participantes que destacamos no quadro a seguir.

Quadro 10. Exemplos de processos materiais e seus participantes nas oitivas.

Participantes-ATOR	Processos Materiais	Participantes-META
QUE [...] J., bêbado,	torceu tomar	o dedo da declarante para a chave do apartamento (V-N1, 64 anos, agressor: cônjuge)
Que R.	está destruindo	os móveis da casa em que a declarante vive (V-N4, 79 anos, agressor: cônjuge).
QUE no dia de ontem E. [...]	foi pra cima bater, agredindo	Delas para lhes as duas (a mãe idosa e a irmã) com empurrões (V-N13, 78 anos; agressor: filho de 50 anos).
QUE L. A.	furta	os produtos de beleza (da mãe idosa) e
	vende para comprar	drogas (V-N28, 64 anos; agressor: filho).
QUE ontem à noite J.	ia derrubar quebrar	as portas da casa da declarante e todos os móveis (V-N24, 60 anos; agressor: filho).

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fuzer e Cabral (2014) (grifos nossos).

Observemos que os participantes constituem tanto seres inanimados, como a chave do apartamento, o dedo da declarante, os móveis, as portas da casa, as drogas, como também animados, quais sejam *delas, lhes e as duas*, termos que se referem à mãe idosa e à irmã vítimas do agressor. Conforme a GSF, os participantes do tipo Meta são participantes de orações transitivas, como ilustrado nos casos acima. Um exemplo em que encontramos o participante *Escopo-processo* está no trecho da narrativa da V-N1, “QUE J. [...] *começou a dar murros e chutes na porta do quarto*”. O processo material realizado pela oração verbal *começou a dar* não teria sentido se não houvesse a presença dos participantes *murros e chutes*. Por isso, esses participantes também compõem o processo material, justificando seu nome de acordo com a gramática da experiência (grifos nossos).

Embora os processos materiais e seus participantes sejam diferentes dos processos verbais, a tensão instilada por esses dois tipos de processos, na forma de violência física e violência verbal contra a mulher velha, podem culminar em situações degradantes. Vemos isso na oração “QUE [...] inclusive teve que *urinar* dentro do próprio quarto, pois estava com muito medo de apanhar de J.”. Nesse caso, o participante-*Ator* é a esposa idosa, que é levada a urinar onde dorme como uma presa acuada diante do predador. Importante frisarmos que as agressões podem se estender para outras esferas, como a econômica. Ao *torcer* o dedo da vítima idosa a fim de obter a chave do apartamento em que o casal reside, o participante-*Ator* demonstrou não apenas seu poder físico, mas também seu poder financeiro. Não à toa que a esposa idosa declarou, no início de seu relato, “QUE *não tem bens e nem filhos com J.*” (grifos nossos).

Nos processos materiais e verbais, observamos que o papel da mulher velha alterna entre os papéis de participante-*Meta*, participante-*Alvo* e participante-*Receptor* – participantes que comumente sofrem os processos. Em oposição, notamos que as ações materiais e verbais do agressor expressam sua força física e seu capital social, o qual é conferido a ele pela condição de homem em uma sociedade (a)fundada no patriarcalismo. Outro aspecto que nos chama atenção é quão perniciosa é a violência familiar contra a mulher velha. A materialidade textual da V-N1 no trecho “QUE [...] sempre agrediu verbal e psicologicamente a declarante, mesmo antes do casamento” faz-nos cogitar um provável caso de violência doméstica e familiar contra a mulher que se estendeu até a velhice. Assim sendo, foi tomada à conta de uma violência contra a pessoa idosa em consequência de a denúncia ter sido feita por uma mulher na terceira idade (grifos nossos).

Isso nos leva a ponderar sobre o contrato social denominado casamento nos tempos atuais. Pressupomos que a comunhão a dois seja lastreada pela igualdade de direitos e deveres

de cada consorte⁵³. Todavia, há uma dissimetria de papéis e poder nas relações conjugais entre homens e mulheres na prática. Ainda hoje, vemos a desigualdade na distribuição de tarefas domésticas, profissionais e parentais, particularmente quando há crianças, em que a casa e o cuidado com os filhos ficam a encargo, usualmente, do gênero feminino. A mulher historicamente foi levada a permanecer à sombra das figuras masculinas, sendo a ela imposta uma condição de passividade, submissão e repressão, desde o vestuário até a falta de instrução, de participação na vida político-social e de controle sobre o próprio corpo.

Segundo Bourdieu,

[...] toda ação histórica *põe em presença* dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus* (1989, p. 82, grifos do autor).

Os estereótipos do que é ser homem e mulher, segundo uma estrutura sociocultural machista, são incutidos nas subjetividades dos sujeitos, com prejuízo para todas as relações. No uso da ameaça da força física, atestada pelos verbos ou locuções verbais *cortar, está destruindo, foi pra cima, bater, derrubar, quebrar, fazendo* (muito barulho), o agressor perturba o curso das atividades cotidianas e transforma a realidade material de, pelo menos, um dos participantes em torno, mudança essa que se reflete no pensar, no sentir e no agir da mulher idosa e de quem estiver próximo. Por essa razão, os processos materiais encontrados nos relatos são do tipo *transformativos*, consoante o sistema de Transitividade da GSF (grifos nossos).

Miller (1999) propõe que toda forma de abuso tem como objetivo o controle. Relembramos que todos os agressores desses relatos de sofrimentos (HIRIGOYEN, 2019) coletados são homens, fato que não nos surpreende em razão da valoração social e cultural associada ao masculino: a virilidade,

[...] o princípio indiscutido de todos os deveres para consigo mesmo, o motor ou móvel de tudo que ele *se deve*, isto é, que deve cumprir para estar agindo corretamente consigo mesmo, para permanecer digno, a seus próprios olhos, de uma certa ideia de homem (BOURDIEU, 2019, p. 84-85, grifo do autor).

De acordo com Bourdieu (2019), a honra constitui um capital simbólico indispensável no mercado das trocas simbólicas, lastreada em atitudes viris, perfil ativo e conquistador para

⁵³ Diante da diversidade de famílias bem como de casais, esclarecemos que trataremos basicamente de relações familiares de casais heterossexuais, isto é, entre homem e mulher, para fins de análise, com base nas informações no *corpus* coletado.

os homens. À mulher cabe a preservação de seu capital simbólico: a juventude, o nome de família, a riqueza, o nível de instrução, a beleza, os dotes domésticos, até a virgindade – para algumas – ou todos esses valores reunidos. Desde crianças, homens e mulheres são estimulados a participarem do que Bourdieu (2019, p. 78) cunhou de “economia de bens simbólicos”. Daí as mulheres e os corpos femininos serem percebidos como objetos de apreciação e consumo para e pelos homens.

Em praticamente todos os relatos, pudemos verificar que os processos materiais sofridos pela esposa, mãe ou irmã velha são intercalados pelos processos verbais que atacam a honra da mulher. De acordo com a transitividade da GSF, os processos ocorrem continuamente. Vejamos um exemplo disso no trecho que se segue no quadro.

Quadro 11. Trecho da oitiva de idosa vítima de agressão.

QUE ele *xinga* a declarante de ‘PUTA’, ‘RAPARIGA’, ‘LADRONA’, ‘VÁ TOMAR NO CU’, etc.; QUE R. constantemente *agride* fisicamente a declarante, *com chutes e socos*; QUE R. *propôs* a declarante conviver na mesma casa com a ‘outra mulher’, sendo a declarante no térreo e a ‘outra’ no primeiro andar; QUE R. *está destruindo* os móveis da casa em que a declarante vive (V-N4, 79 anos; agressor: cônjuge).

Fonte: Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (DEAIPD) de Aracaju (grifos nossos)

No excerto anterior, dois processos são praticados pelo mesmo participante-*Dizente*, **R.**, que realiza a ação verbal de xingar o participante-*Alvo*, a esposa de 79 anos, usando termos de baixo calão e, como participante-*Ator*, **R.** realiza o processo material de agredir o participante-*Meta*, a declarante, a esposa idosa. Entendemos ainda que o processo verbal *propôs* é realizado pelo participante-*Dizente* **R.** com o sentido de persuadir o participante-*Receptor* a “conviver na mesma casa que a ‘outra mulher’”. Trata-se muito mais de um comando do que propriamente de uma negociação, uma vez que a suposta proposta é alternada com agressões, um processo reforça o outro físicas (grifos nossos).

Outra observação que fizemos do *corpus* é a de que filhos e irmãos adotaram posturas de “senhores” de suas mães e irmãs idosas, ainda que algumas fossem as provedoras de seus lares, emocional e financeiramente, em alguns dos casos proprietárias da residência que dividiam com os familiares agressores. No trecho “Que o irmão da declarante, além de ameaçá-la, quer agora obrigá-la a sair de sua própria casa e passou a proibir o acesso de outros parentes, inclusive de sua filha e de seu genro” (V-N10, 64 anos; agressor: irmão), os processos verbais e materiais novamente intercalam-se. Nos processos verbais manifestados nas orações verbais de **ameaçá-la**, **obrigá-la** e **proibir**, notamos o tom de comando por parte do participante-

Dizente, o irmão da vítima, a fim de que se cumpra o processo material de *movimento* expresso no verbo **sair**. Isto é, a declarante é coibida a deixar a sua própria casa, o que configura uma relação de poder que se sobrepõe à relação fraternal (grifos nossos).

Essa narrativa da V-N10 nos chamou particularmente a atenção na medida em que a mulher velha abrigou o irmão desempregado que estava em condição de penúria, e ele, ao conseguir um emprego, iniciou uma *via crucis* de abusos físicos e psicológicos contra a irmã na terceira idade. A “violência privada” (HIRIGOYEN, 2019, p. 21; PIMENTEL, 2011, p. 23) costuma ser silenciosa, mesmo em meio a desesperos ensurdecedores. As agressões psicológicas (MILLER, 1999) minam a autoestima da mulher velha vitimada nas relações familiares.

No relato da V-N17, que tem como agressor o cônjuge, “QUE [...] E. *chegou* ao imóvel embriagado, *fazendo* muito barulho e *urinou* na sala do apartamento”, o consorte é o participante-*Ator*, que efetivou o processo material de *urinar* na sala de estar do casal, num ato tipicamente animal de demarcação territorial, diferentemente do caso da V-N1, em que a esposa idosa foi forçada a urinar no quarto em virtude do medo. Diante da articulação de jogos mentais (MILLER, 1999), a exemplo das ameaças e manipulações, bem como a aplicação de força física contra a mulher velha e/ou contra seu patrimônio, um detalhe não nos passa despercebido: a despeito de toda violência psicológica sofrida na convivência desarmônica, em face da ameaça à integridade física é que a mulher formaliza a denúncia e pede ajuda.

4.3 As escolhas lexicais ideológicas do agressor

Assim como o envelhecimento, o que compete socialmente à mulher e ao homem é uma construção cultural baseada em divisões arbitrárias naturalizadas pelas práticas sociais e discursivas. Isso se dá a partir de mecanismos de coesão social por meio das ideologias dominantes que carregam consigo uma significativa carga simbólica, visto que, “incluídos, como homem e mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 2019, p. 17).

Se, por um lado, a luta das mulheres tem alcançado mudanças significativas e notoriedade acerca de problemas enfrentados pelo gênero feminino, como o feminicídio, o estupro, a baixa remuneração salarial, o assédio sexual e moral no trabalho, para citar alguns; por outro, sabemos que as forças de resistência e de repressão atuam simultaneamente na alternância entre os discursos libertadores e opressores no espaço social. O engajamento

coletivo feminino possibilitou que “aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar *publicamente*”: a violência contra a mulher (BOURDIEU, 1989, p. 37, grifos do autor).

Esse assunto é tema de pesquisas, estudos, debates, porém reconhecemos que “Há uma inexplicável dificuldade da proposta teórica-política feminista para perceber que também as idades/gerações constituem um dos eixos estruturantes da vida social” (AZEVEDO, 2016, p. 287). Inúmeros avanços têm ocorrido para o segmento social pessoa idosa, entretanto a heterogeneidade que marca as experiências e subjetividades das pessoas velhas, em especial em razão do gênero e de classe, é significativa. Segundo pesquisas, homens e mulheres velhos são violentados em seus lares. E, como as mulheres são a maioria do contingente populacional, provavelmente são as que mais padecem da violência intrafamiliar contra pessoas velhas (AZEVEDO, 2016; BRASIL, 2014; DEBERT; OLIVEIRA, 2012; FALEIROS; LOUREIRO; PENSO, 2009; MOTTA, 1999, 2012).

Falamos em violência contra a mulher porque identificamos, a partir de um dos nossos objetivos específicos, que as agressões verbais contra as mulheres velhas incidem sobre o gênero e não sobre o fator idade, como havíamos pensado antes da análise dos dados, o que destrincharemos em detalhes por meio da análise sociodiscursiva das escolhas lexicais do agressor, um outro objetivo específico de nossa pesquisa. Já afirmamos que a mulher se vê como foco de ataque apenas por ser velha, o chamado preconceito etário, ageísmo ou idadeísmo, seja no silenciamento de seus discursos, na deturpação de sua imagem, como seres decrepitos ou assexuados, na incessante apologia à juventude nos discursos midiáticos, na violência dentro do próprio lar.

Nesse caldo cultural em que as ideologias contribuem para a manutenção das relações de poder, recorreremos a Thompson e seu conceito de ideologia por um viés crítico, em contraposição ao que o autor chamou de “concepções neutras de ideologia” (2011, p. 73). O estudioso desenvolveu três importantes noções para sua compreensão, quais sejam: o sentido, a dominação e as formas pelas quais o sentido mantém as relações de dominação. O sentido refere-se às

[...] formas simbólicas que estão inseridas nos contextos sociais e circulando no mundo social. Por “formas simbólicas”, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito (THOMPSON, 2011, p. 79).

Nesse contexto, temos que, para Thompson (2011, p. 73), a ideologia possui “um sentido negativo, crítico ou pejorativo”. É dessa concepção de ideologia que trataremos aqui. De acordo com a LSF, existe uma relação entre as escolhas do sistema de uma língua e o contexto em que os textos são produzidos e veiculados; por essa razão, não há como dissociar “a relação probabilista entre o texto e seu contexto, configuradora tanto de uma previsão textual, a partir do contexto, como de uma dedução contextual, a partir do texto” (GOUVEIA, 2009, p. 27).

Se todo e qualquer texto circula em um espaço social, cabe-nos conceituá-lo. O espaço social é um “espaço multidimensional no qual há lutas para classificações que podem manter ou subverter uma estrutura estabelecida; esfera do social que abarca os campos sociais; meio onde se realizam as relações entre os agentes” (SILVEIRAS, 2012, p. 38). Nesta dissertação, um outro objetivo específico a que nos propusemos foi o de averiguar o significado das escolhas lexicais investidas contra a mulher velha e seus efeitos ideológicos. Observemos o quadro a seguir:

Quadro 12. Trechos dos relatos de agressão contra mulheres idosas.

Vítima-noticiante, idade da vítima, agressor	Trecho da oitiva
V-N1, 64 anos, cônjuge	QUE J. costuma xingar e ameaçar a declarante, dizendo “vá se foder”, “vá tomar no cu”, “se eu te pegar com outro homem, eu te mato”
V-N4, 79 anos, cônjuge	QUE ele xinga a declarante de “PUTA”, “RAPARIGA”, “LADRONA”, “VÁ TOMAR NO CU”, etc.”
V-N5, 61 anos, irmão	QUE [...] quando seu irmão M. F. de A. chegou brigando chamando a declarante de “vagabunda”, “safada”, “puta”, “corneteira” (sic);
V-N10, 64 anos, irmão	QUE além de todas as ameaças, o irmão da declarante ainda profere diversos xingamentos, tais como: “puta”, “safada”, “égua”
V-N23, 73 anos, cônjuge	QUE O. xinga a declarante de “puta”, “vagabunda”, “vá tomar no cu”
V-N24, 60 anos, filho	QUE J. chama a declarante de “vagabunda”, “filha do cabrunco”, “vá tomar no cu”;
V-N28, 64 anos, filho	QUE [...] ele fica muito agressivo e a xinga de “fuleira”, “vagabunda”, “filha do cabrunco”, “filha da peste”, “pilantra”, “você é pior do que uma cachorra”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da DEAIPO de Aracaju.

Nos excertos dos relatos de agressão acima, os termos “puta”, “ladrona”, “rapariga”, “safada”, “vagabunda”, “corneteira”, “égua”, “filha do cabrunco”, “filha da peste”, “fuleira” e “pilantra” são empregados contra a mulher idosa com sentido depreciativo, em que praticamente todo repertório linguístico traz uma conotação sexual, quando não faz referência a doenças e deprecia a inteligência da vítima ao compará-la a um animal. De uma perspectiva linguística, acreditamos que entender a origem e a evolução da significação desses termos é pertinente, uma vez que, para todo significativo, há um significado, e todas essas escolhas não são arbitrárias.

As palavras *cabrunco* e *peste* têm suas origens atribuídas a duas enfermidades: Carbúnculo Sintomático⁵⁴ e Peste⁵⁵, respectivamente. A gíria *cabrunco*, uma corruptela da palavra carbúnculo, bem como a palavra *peste* são comumente utilizadas em sentido figurativo no Nordeste do Brasil, desde uma interjeição até um xingamento. Mas é interessante pontuarmos que, em sua valoração positiva, os termos “fio do cabrunco” e “cabra da peste” são sempre utilizados no gênero masculino. Já a palavra feminina *rapariga* possui significações variadas em algumas regiões do país, desde mulher virgem até prostituta. Foi incorporada ao português brasileiro do português de Portugal e, em terra lusitanas, esse léxico é utilizado como feminino de *rapaz*, sem nenhum valor pejorativo, ainda hoje (grifos nossos).

O vocábulo *vagabundo* é originário do latim *vagabundus.a.um*. Significa aquele que vagueia, perambula pelo mundo. Já o termo *fuleiro* é uma corruptela de duas possíveis palavras: a portuguesa *foleiro* e a espanhola *fullero*. A primeira acepção refere-se a alguém encarregado de fazer, vender ou tocar fole na época das navegações portuguesas⁵⁶. O verbete espanhol *fullero* é sinônimo de pessoa que ludibria⁵⁷ (grifos nossos). Quanto ao verbete *corneteira*, corresponde ao substantivo feminino de *corneteiro*⁵⁸, aquele que toca corneta. Já o vocábulo *égua* nos remete à fêmea do substantivo masculino cavalo. Os termos *safada* e *pilantra* são

⁵⁴ Carbúnculo sintomático é uma doença infecciosa aguda que acomete animais, como bovinos, equinos, entre outros.

QUAL É A GÍRIA? As gírias mais faladas do Brasil! **Significado de: cabrunco.** O que é e o que significa ‘cabrunco’. Disponível em: <https://qualeagiria.com.br/giria/cabrunco/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

TORTORELLI, Gabriela. Carbúnculo sintomático em bovinos. **Ouro fino saúde animal**, 18 fev. 2013 Disponível em: <https://www.ourofinoasaudeanimal.com/ourofinoemcampo/categoria/artigos/carbunculo-sintomatico-em-bovinos/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

⁵⁵ Peste é uma doença infecciosa que é transmitida ao homem pela picada da pulga do rato infectado.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Peste:** o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/peste>. Acesso em: 01 jun. 2020.

⁵⁶ Objeto usado para produzir vento.

⁵⁷ PAIVA, Flávio. Sobre fuleiro e fuleiragem. **Jornal O POVO** [online], Ceará, 25. jun. 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/flaviopaiva/2014/06/25/noticiasflaviopaiva,3272066/sobre-fuleiro-e-fuleiragem.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2020.

⁵⁸ No Exército Brasileiro, uma atribuição militar dos integrantes de bandas de música que foi extinta.

usados para adjetivar uma mulher desavergonhada, mau caráter, e a palavra *ladrona* é o substantivo e adjetivo feminino de *ladrão* (grifos nossos).

“Ao ouvirmos as palavras *puta* e *prostituta*, o que é posto em funcionamento através das condições históricas e sociais é a imagem da mulher devassa, sensual, sem moral, transgressora” (FERNANDES; SOUZA, 2013, p. 58, grifo das autoras). Na pesquisa sobre os significados do termo *puta* utilizando quatro dicionários de épocas diferentes, Fernandes e Souza (2013) descobriram que o termo *puta* não possuía nenhum juízo de valor em sua provável origem – na expressão italiana *donzella* ou no latim vulgar *putta*, esta última o substantivo feminino da palavra latina masculina *puttus*, que significa menino (grifo nosso).

Nas palavras das autoras, “uma das acepções da palavra *puta* é *menina*, ou seja, a predominância do atual sentido da palavra produz um silenciamento em torno dessa significação, pois *menina* produz sentidos de pureza e *puta* de devassidão, de dissolução” (FERNANDES; SOUZA, 2013, p. 65, grifos das autoras). Da mesma forma que o vocábulo *puta* foi alterado, todas as palavras que destacamos sofreram um deslocamento do campo semântico original, em que o sentido figurado de valorização negativa ataca a honra da mulher velha por ser mulher. Assim, o agressor comete o crime de injúria, na forma de violência psicológica, utilizando-se da estratégia de *deslocamento* da acepção e do uso originais das palavras para uma conotação de imoralidade (THOMPSON, 2011, grifo nosso).

Em nosso contexto cultural, são atribuídas as significações de *promíscua*, *despudorada* e *libertina* no uso das palavras *puta*, *vagabunda* e *rapariga*, respectivamente. *Égua*, *cachorra* e *corneteira* são metáforas para *estúpida*, *mulher sem-vergonha* e “*mulher que bota gaia*”, nessa ordem. As orações imperativas do tipo “vá tomar no cu” e “vá se foder” marcam uma relação de dominação, pois “A escolha dos modos de representação depende dos interesses particulares e das práticas/posições enfatizadas na representação” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 142). Embora a escolha entre o significado e o significante seja arbitrariamente convencionalizada, a escolha do léxico por parte do agressor contra a mulher idosa é intencional, uma vez que toda comunicação tem um propósito (grifos nossos).

Segundo Thompson (2011, p. 76, grifo do autor), “*estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*”. Essas formas simbólicas, como o vocabulário escolhido, são mobilizadas por uma ideologia machista e misógina que desqualifica o capital simbólico da mulher – sua honra – diante si mesma e da sociedade. O poder-influência (PEDROSA, 2012) desses fenômenos ideológicos reflete estruturas de poder de tal modo legitimadas socialmente que, como falamos na subseção anterior, a mulher idosa vítima de violência intrafamiliar só denuncia as agressões quando sua

integridade física é posta em xeque. E esses relatos nos mostram que tais fenômenos não são menos lesivos em seus efeitos por serem subjetivos.

Outro mecanismo ideológico que contribui significativamente para manter a ordem social patriarcal é a *reificação* por meio da *naturalização* de discursos do tipo “meninas vestem rosa e meninos, azul”; “a mulher nasceu para ser mãe, porque nasceu com útero”; “me preocupo com a ausência da mulher de casa”; “a gravidez é um problema que só dura nove meses”, que tentam atribuir à biologia padrões de comportamento humano advindos de construções socioculturais e históricas (grifo nosso). Trata-se de uma maneira de justificar os abusos contra minorias, tolhendo a liberdade individual e o direito à diferença representada na pluralidade de formações familiares, de orientação sexual, de identidade de gênero, por exemplo (THOMPSON, 2011). Nesse âmbito,

O elemento fundador da ordem biológica é, com frequência, destacado para justificar, ideologicamente, o poder e a dominação – o sexo “frágil” e “burro”, a raça “preguiçosa” e “feia”, a idade imatura ou da “esclerose” -, não fosse a essência da ideologia a naturalização do social (MOTTA, 1999, p. 193-194).

Vemos aí um terceiro modo de operação da ideologia de Thompson (2011) em funcionamento: a *legitimação*, que é utilizada para justificar essa ordem biológica por meio da *racionalização*, para dar crédito a tais discursos. Se o universo cultural é simbólico, todo ataque à honra da mulher idosa constitui também uma violência simbólica. E as feridas invisíveis são as mais difíceis de serem tratadas, visto que “a violência que não envolve dano físico ou ferimentos corporais continua num canto escuro do armário, para onde poucos querem olhar” (MILLER, 1999, p. 20). Nas análises lexicais do agressor contra a mulher idosa vítima de violência intrafamiliar, averiguamos que a mulher da terceira idade sofre duplamente: por ser mulher e por ser velha (grifos nossos).

Isso porque os produtores das formas simbólicas perpetuam a cultura sexista por meio de “estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e privilégios herdados” (BOURDIEU, 2019, p. 85). Essas são estratégias que basicamente favorecem a juventude e o gênero masculino. Nesse sentido, Motta (2012, p. 23) aponta que “a violência contra os idosos, ainda é uma temática relativamente pouco analisada, se comparada à atenção nesse sentido dada a outros segmentos geracionais”.

4.4 A família: um *locus* de poder

De acordo com estudiosos sobre violência de casais e entre pais e filhos (FALEIROS; LOUREIRO; PENSO, 2009; HIRIGOYEN, 2019; PIMENTEL, 2011), a violência é um ciclo que se perpetua entre gerações, iniciado na infância ou na adolescência. Em contextos de violência, os(as) envolvidos(as) apresentaram histórico de violência doméstica ou intrafamiliar, seja da parte de ambos os pais, de um dos pais ou de algum familiar. Na violência contra a pessoa idosa, a reprodução e a manutenção dos mitos familiares contribuem, consideravelmente, para que esse tipo de agressão permaneça invisibilizado. Talvez até seja o principal motivo pelo qual muitas mães não conseguem denunciar a prole ou desistem de seguir com o processo já instaurado.

E, contrariando nossas expectativas de a idade ser o fator sobre o qual recairiam as ofensas contra a mulher velha, a condição de ser mulher prevalece diante da categoria idade/geração. E, em praticamente todos os processos verbais, o agressor alterna-se entre a figura de filho, marido e irmão. Mas, sem dúvidas, a de filho perfaz a maior parte dos 22 casos coletados, embora tenhamos selecionado as três formas de parentesco do agressor para nossas análises. O fato de as agressões verbais serem perpetradas por familiares imprime gravidade a esse tipo de violência contra a mulher velha. A nosso ver, ela pode se separar do marido-agressor, entretanto o distanciamento de um filho é tarefa muito mais difícil, principalmente quando é esperado que os filhos cuidem dos pais na velhice.

Azevedo afirma que

[...] o comportamento ambíguo das mães idosas vítimas de violência, cuja relação com seus filhos/as, tanto quanto a de outras mulheres com seus maridos, está marcada pela afetividade e, por via de consequência, por múltiplas e recíprocas dependências [...]. Não bastasse a ideologia de defesa da sagrada família a pressionar sua ‘guardiã’ a segregar seus conflitos e não publicizar ‘sua culpa’ pelo insucesso do grupo familiar sob sua responsabilidade (2016, p. 286).

Sabemos que as informações transmitidas ao longo das gerações são validadas por uma sociedade que insiste em atribuir à mulher um papel de subordinação que a faz aguentar em silêncio os maus-tratos por parte de filhos, marido, irmãos, como uma maneira de confirmar discursos do tipo “ser mãe é padecer no paraíso”, ainda que o paraíso se torne um verdadeiro inferno de agressões repetidas, sequenciadas, em uma fase da vida que poderia ser ressignificada para experiências construtivas de novos aprendizados, socialização, estudos e relacionamentos. Essa forma de violência simbólica “que confere seu ‘poder hipnótico’ a todas

as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem” (BOURDIEU, 2019, p. 75) incide, cruelmente, sobre a mulher velha que é mãe.

Retomando o Art. 3º do Estatuto do Idoso, ele estabelece que

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003, s/p).

É justamente no contexto da violência familiar que a mulher velha é mais vitimizada e em que o Poder Público poderia agir mais e efetivamente, de modo a sanar essa problemática social. Pessoas idosas, em especial aquelas com pouca ou nenhuma autonomia funcional, bem como cuidadores, deveriam receber investimento por parte do Estado, por exemplo, na formação de cuidadores que estejam de fato habilitados, técnica e psicologicamente, para cuidar de pessoas velhas. Como abordamos no capítulo II, não podemos anuir com o que a estudiosa Debert falou sobre o interesse do Estado em reprivatizar a velhice, isto é, deixar a cargo unicamente da pessoa idosa e/ou de sua família o atendimento às necessidades da terceira idade.

Concordamos que “A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas” (BRASIL, 2002, p. 13), e, por esse mesmo motivo, a família, que é culturalmente associada ao discurso do “ambiente seguro para crianças e idosos(as)”, constitui, em verdade, o primeiro *locus* de atrito das subjetividades envolvidas, de poder e, conseqüentemente, de violência. Os conflitos próprios da condição humana, em situação de penúria material, vícios, baixa escolaridade, pouca possibilidade de mobilidade social, quase sempre problematizam as interações em família, em particular a geracional.

Sem a intenção de justificar a violência, há outras naturezas de violência contra velhos(as), como a social e a institucional, que podem complicar situações já delicadas. A família é um retrato microssocial das injustiças nas esferas macrossocial e socioeconômica, então não poderíamos deixar de mencionar a categoria social classe pelo fato de que a violência estrutural penaliza expressiva parte da população mais vulnerável, incluindo a idosa, visto que “reúne os aspectos resultantes da desigualdade social, da penúria provocada pela pobreza e pela miséria e das discriminações que os desprovidos de bens materiais sentem” (BRASIL, 2014, p. 59).

O poder-domínio (PEDROSA, 2012) de alguns gestores e responsáveis pelos modos de produção sobre as riquezas acarreta o aumento do percentual⁵⁹ de indivíduos abaixo da linha de extrema pobreza no Brasil (IBGE, 2018), e as desigualdades sociais acentuam-se em razão da ideologia dominante do *ter* em detrimento do *ser*, que induz a população ao consumismo desenfreado, à busca pelo prazer imediato – o hedonismo –, gerando mais individualismo nas interações sociais. Não à toa há os altos índices de feminicídio, de morte de jovens negros (IPEA, FBSP, 2019), de denúncia de violação contra a pessoa idosa, para citar alguns grupos minoritários prejudicados.

Precisamos ter em mente que

[...] enquanto a trajetória do sistema produtivo do capitalismo vai-se desenrolar em crises e reestruturações produtivas, precariedade do emprego e desemprego ‘estrutural’, a posição geracional de dependentes na família vai ser passada aos mais jovens e chega-se ao quadro atual, agora alimentado também por outra grande mudança, uma certa reestruturação também das relações de família, com descasamentos, recasamentos ou novas solteirices, e retorno dos filhos à casa dos pais (MOTTA, 2012, p. 15).

Na velhice, a violência estrutural que gera “a indignância ou a falta de recursos materiais castiga mais” (BRASIL, 2014, p. 59) e propicia toda sorte de doença, dependência, maus-tratos, sobretudo nas famílias intergeracionais de baixa renda. Tais condições de vida, comumente, intensificam os conflitos ou mal-estares para todos os envolvidos, com maior prejuízo, obviamente, para a pessoa velha. Explicitamos, no início deste capítulo, que o fenômeno da violência é intrincado, e nenhum indivíduo está isento de cometê-lo. Por exemplo, a partir do estudo de pesquisas sobre abusos incestuosos, Saffioti (2011) expõe que os abusos sexuais infantis, cometidos em famílias economicamente favorecidas e instruídas, costumam ser um ato premeditado e geralmente perpetrado pelo pai, com o silêncio da mãe, em nome de preservar a instituição da família.

Embora não tenha sido nosso foco adentrar o perfil econômico das famílias, são, em sua maioria, famílias de classe social baixa, em que muitos desses homens jovens, adultos ou próximos à terceira idade estavam desempregados. Alguns deles dependentes não só financeira, mas também emocionalmente das mulheres idosas. Percebemos, desse modo, os efeitos de uma cultura pautada no machismo e no incentivo ao acúmulo de capital simbólico, econômico e social em práticas sociais notadamente injustas e, muito frequentemente, violentas, em vários

⁵⁹ Elevou de 6,6% para 7,4%, nos anos de 2016 e 2017, respectivamente. Esse percentual representa mais de 15 milhões de pessoas no Brasil. Informações disponíveis em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

níveis. Essa realidade pode intensificar a violência intrafamiliar em relações intergeracionais em que, dentre as relações de gênero e geração, as de gênero ainda geram muito atrito.

E, segundo Motta, as

Trajetórias sociais de gênero são determinantes na situação real e nos sentimentos dessas pessoas como idosas – ultrapassando, não raro, a diversidade de situação de classe – quando homens e mulheres se colocam diferencialmente quanto a possibilidades e sentimentos de bem-estar, liberdade e autorrealização na velhice (1999, p. 202).

Através dos processos verbais apresentados, constatamos linguisticamente que a questão de gênero é mote das escolhas lexicais do agressor contra a mulher velha. No trecho da V-N 29, de 74 anos, “QUE seu filho afronta-a e diz que a palavra da declarante não vale de nada, pois ele quer sempre ter a voz”, a nosso ver, o filho sente-se respaldado socialmente para calar a voz materna por esta ser a voz de uma mulher mais velha. Recordemos, por exemplo, o relato da V-N17, em que o agressor urinou na sala do apartamento do casal, e o relato da V-N10, no qual o agressor quis obrigar a irmã idosa a sair da própria casa. Nas relações familiares, o homem sempre quer ter a voz, leia-se: autoridade, porque a “masculinidade patriarcal incentiva homens a serem [...] psicologicamente dependentes dos privilégios (ainda que relativos) que recebem simplesmente porque nasceram homens” (hooks, 2019, p. 107)⁶⁰.

Em outras palavras, ser homem é um símbolo de poder, e os símbolos “[...] tornam possível o *consensus* do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 10). Tanto o é que o poder-autoridade (PEDROSA, 2012), o qual rege as regras sociais, é construído majoritariamente por homens em instâncias de poder político, jurídico, midiático e científico. Assim sendo, em um espaço social regido pelo patriarcalismo, as mulheres sofrem, mas também reproduzem as ideologias sexistas, visto que “poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. [...] Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações” (SAFFIOTI, 2011, p. 35).

A família constitui, portanto, um retrato desse panorama social. Um *locus* de relações de disputas, violência e muitos silenciamentos. Isso pode favorecer o mascaramento das estatísticas acerca da violência intrafamiliar contra a pessoa idosa porque a vergonha, o medo e a solidão são fortes motivos para silenciar. Com um agravante para a mulher velha vítima das

⁶⁰ A intelectual feminista, professora e ativista social norte-americana Gloria Jean Watkins assina suas obras com o pseudônimo *bell hooks*, grafado em letras minúsculas, que foi inspirado no nome de sua bisavó materna, Bell Hair Hooks. Neste trabalho, manteremos esse formato, em respeito à intenção da escritora em destacar suas ideias.

relações familiares: a responsabilização pelo possível fracasso familiar ao se romper a idealização da família interiorizada (FALEIROS; LOUREIRO; PENSO, 2009).

4.5 Os efeitos da violência psicológica contra a mulher idosa

Hirigoyen (2019) afirma que padrões de comportamento destrutivo são assimilados e repetidos pelas crianças que crescem em uma atmosfera familiar hostil e violenta, seja da parte dos pais ou cuidadores. Não podemos afirmar em que condições os agressores assim como as mulheres idosas foram criadas, mas, da mesma forma que “A transmissão dos mitos é garantida pela memória familiar e pelos rituais, dois movimentos familiares interconectados e interdependentes” (PENSO; MORAIS, 2009, p. 49), a violência é transmitida e reproduzida ao longo da vida, quando não se dispõe de meios para processá-la. E “Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente” (SAFFIOTI, 2011, p. 75).

Na violência intrafamiliar, apresentamos que o léxico investido contra o gênero da mulher velha gera “uma tensão dentro de uma sentença, através da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem-sucedida, gera um novo sentido e duradouro” (THOMPSON, 2011, p. 85). Esse sentido é o negativo, o de desvalia dessa mulher por ser mulher, que, “Na sua dimensão paradoxal, a memória transmite um conteúdo de informações, mas também administra aquilo que convém esquecer para assegurar a continuidade da familiar” (PENSO; MORAIS, 2009, p. 49).

Reiteramos que a violência não é menos violenta por ser verbal, pois a realidade simbólica molda a construção e percepção da realidade dos indivíduos, segundo a cultura vigente, do nível macrossocial até as microrrelações, qual a família. “Quase nunca se pensa na dimensão material das ideias, a ideologia é interpretada como pairando acima de matéria” (SAFFIOTI, 2011, p. 123). E sabemos que a violência recai diferentemente sobre as minorias, em razão do sistema neoliberal de dominação-exploração e do patriarcalismo. Assim, entendemos que a violência privada, seja entre casais ou parentes, não é apenas um problema privado, mas eminentemente social.

Porque

[...], embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder (CASTELLS, 1999, p. 170-171).

Não à toa que discursos do tipo “mulher gosta de apanhar”, “um tapa não dói”, “praticar bonita, mulher tem que sofrer” e congêneres, tornaram-se lugar comum, em uma clara afronta ao gênero feminino, ao atrelar a condição de mulher ao sofrimento, pois “O patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso” (SAFFIOTI, 2011, p.121). Como já enunciamos, as práticas sociais e discursivas estão entrelaçadas. Fernandes (2015) escreveu sobre algumas práticas sociais que aviltam o gênero feminino sob o nome de cultura, quais a mutilação genital, a escravização das mulheres yazidis e os ditados machistas. Segundo Wagner (2012, p. 56), a cultura é inventada pelo ser humano, “tanto no sentido geral, como um conceito, quanto no sentido específico, mediante a invenção de culturas particulares”. E, se assim entendemos a cultura, precisamos atentar que as criações simbólicas de um sistema patriarcal são necessariamente opressivas e excludentes de uma massa de minorias.

Seguindo as etapas metodológicas da ASCD, destacaremos a materialidade textual dos efeitos da violência psicológica contra a mulher idosa. Vejamos alguns trechos de oitivas abaixo:

Quadro 13. Fragmentos das oitivas das idosas vitimizadas.

QUE ele não permite o contato ou a convivência da declarante com os filhos e netos; QUE os filhos e netos só vão na casa da declarante quando R. não está (V-N4, 79 anos, agressor: cônjuge).
Que ontem à noite ele entrou no apartamento e a declarante <u>ficou</u> bastante assustada e a partir de então <u>está tendo</u> crise nervosa e brancos, <u>esquecendo-se</u> das coisas; Que a declarante ainda <u>teme</u> que T. possa atentar contra a vida da declarante, a qual já <u>dorme</u> sempre com a porta do quarto fechada, <u>estando</u> bastante abalada psicologicamente e, por isso, pede providências (V-N7, 70 anos, agressor: filho).
Que a declarante <u>teme</u> pelo que pode acontecer com sua vida e com seus pertences e <u>vive</u> em constante momento de tensão, <u>não conseguindo dormir</u> direito à noite; Que foi a pessoa que o ajudou quando ele mais precisou e agora ele quer matar a declarante (V-N10, 64 anos, agressor: irmão).
QUE a declarante <u>vive</u> com medo, inclusive <u>tendo</u> diversas crises de diarreia em função do nervosismo (V-N27, 77 anos, agressor: filho).

Fonte: Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência de Aracaju (grifos nossos).

Do Sistema de Transitividade, interessam-nos aqui os processos mentais assinalados nas orações mentais cognitivas *ficou, está tendo, esquecendo-se, estando, teme*, lembrando que as orações mentais do tipo *temer* também são categorizadas como *emotivas*, segundo a GSF. Nessas orações, o participante-*Experienciador* é humano, pois todos os fenômenos são experienciados pela mulher velha e estão retratados nos grupos nominais *bastante assustada, crise nervosa e brancos, das coisas, diversas crises de diarreia, bastante abalada*. Do processo material do tipo *possessão*, a oração material *não permite* chamou-nos igualmente a atenção, visto que privar *o contato ou a convivência da declarante com os filhos e netos* é um

participante-*Meta* que descreve um quadro de abuso emocional perpetrado pelo participante-*Ator*, o cônjuge, que exerce poder sobre a mulher idosa (grifos nossos).

Sobre as circunstâncias, representadas nos advérbios ou grupos adverbiais, encontramos de *modo* dos tipos: grau (bastante); meio (com a porta do quarto fechada) e qualidade (psicologicamente, com medo). De *extensão* do tipo frequência (sempre) e de *causa* do tipo razão (em função do nervosismo). Ao reunirmos os vestígios textuais por meio dos processos mentais, materiais, os participantes e as circunstâncias, podemos perceber quadros de abusos emocionais os quais geram, por sua vez, reações psicossomáticas⁶¹ que alteram o mental e o emocional da mulher velha vítima de violência intrafamiliar. Uma psique afetada pelo contínuo estado de medo e tensão, de nervosismo provoca problemas que somatizam no corpo da idosa vítima em forma de crises de diarreia, de insônia, afetando também o cognitivo por meio de crises de esquecimento.

Miller (1999) escreveu o abuso não-físico sobre as mulheres agredidas por seus maridos e afirmou que

Os profissionais que trabalham com mulheres vítimas de abuso relatam que o dano do abuso psicológico é muito mais difícil de ser eliminado do que o do abuso físico. Ser espancada ou chutada escadas abaixo, certamente, provoca medo e raiva numa mulher, mas essas são emoções que ela pode reconhecer e chamar pelo nome e, com apoio profissional, consegue lidar com elas. Por outro lado, ter o seu mundo virado de cabeça para baixo e a sua mente retorcida destrói as diretrizes nas quais confiava e, anteriormente, seguiu em sua vida (1999, p. 53).

Nas oitavas que apresentamos no quadro 13, foram casos de mulheres mais velhas. Se observarmos, três delas estão na casa dos 70 anos, a velhice em sua plenitude. Por essa razão, Saffioti (2011, p. 123) afirmou que o patriarcado não é “apenas” uma ideologia sexista, uma vez que “[...] este fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai”. A violência intrafamiliar contra a mulher idosa deveria preocupar mais, pois as crenças, os mitos e os posicionamentos de cada integrante da família costumam ser idealizados, mantidos e reproduzidos por meio de uma “*transmissão multigeracional*” (PENSO; MORAIS, 2009, p. 49, grifo das autoras). Logo, a violência psicológica sofrida contra a honra da mulher idosa parece-nos um quadro quase que irreversível em suas consequências.

Em outras oitavas observadas, deparamo-nos com casos de mulheres bem mais velhas, acima dos 90 anos, em condição enfermiza que precisaram de um terceiro para realizar a

⁶¹ A Medicina Psicossomática é um campo multidisciplinar que investiga as relações entre os fatores biopsicossociais e a saúde e a doença do indivíduo, uma vez que “a mente e o corpo são aspectos integrais de todos os aspectos da função humana” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA PSICOSSOMÁTICA, 2020, s/p).

denúncia do crime de maus-tratos, previsto no art. 136 do CP. E sobre os maus-tratos de ordem psíquica, Hirigoyen declara, em sua obra *Assédio Moral*, que

A violência perversa nas famílias constitui uma engrenagem infernal, difícil de ser detectada, pois tende a transmitir-se de uma geração a outra. É o caso dos maus-tratos psicológicos que escapam muitas vezes à vigilância dos que estão à volta, mas que produzem devastações cada vez maiores (2019, p. 47).

É nesse sentido que chamamos a atenção para essa natureza de violência. Porque a violência psicológica perpetrada na velhice pode causar sequelas, inclusive pela falta de amparo legal que investigue os danos psíquicos advindos dessa infração. Na obra *Violência psicológica contra a mulher: o dano psíquico como crime de lesão corporal* (2019), Ramos propõe que o dano psíquico configure uma patologia consequente de lesão corporal, pois afeta profundamente a saúde mental das mulheres agredidas. Nesse estudo, a juíza Ramos⁶², com formação em Psicologia, mostra-nos em detalhes, como enquadrar o dano psíquico no crime de lesão corporal, conformando o dano psíquico em grave e gravíssima, com respaldo teórico no Direito e na Psicologia, na exposição de como poderia atuar a perícia psicológica “na comprovação da materialidade do crime de lesão corporal com dano psíquico no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher” (RAMOS, 2019, p. 105).

Mencionamos o referido trabalho, que se trata de uma inovação no Direito, com vistas a beneficiar as mulheres vítimas do terror psicológico, instaurado em relações de violência familiar e doméstica, porque acreditamos que poderia ser aplicado às mulheres idosas vítimas de violência psicológica na relação intrafamiliar, uma vez que são as mulheres idosas duplamente impactadas em nossa sociedade, por serem mulheres e velhas, como referido ao longo desta pesquisa.

⁶² Magistrada do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que atua no Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Florianópolis, SC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos a analisar as oitivas da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar, tivemos, por conta do engajamento social das análises críticas do discurso, a intenção de propor, acima de tudo, uma reflexão sobre essa temática atual e urgente. Atual porque, segundo a revisão da Projeção da População 2013 (IBGE, 2018), o contingente populacional da terceira idade continuará a crescer, ocasionando a completa reconfiguração da pirâmide etária, em que o contingente populacional de 65 a 79 anos superará o de jovens e adultos jovens em 2060.

Urgente em razão da redução da taxa de nascimento em todas as cinco regiões do país até 2060, aliada a um aumento da expectativa de vida, próximo dos 81,2 anos, para ambos os sexos, sendo que as mulheres possuem maior esperança de vida, de quase 85 anos, conforme a Projeção da População 2013 (IBGE, 2013). Esse quadro configura um aumento de pessoas idosas do gênero feminino, em outras palavras, a feminização da velhice (SALGADO, 2002). Esse fenômeno demográfico representa uma preocupação, principalmente em relação às mulheres, porque elas tendem a viver por mais tempo, mas não necessariamente com mais segurança ou bem-estar se comparadas aos seus pares masculinos.

Há uma visível disparidade no que concerne ao salário e à qualificação profissional, um problema que se agrava na velhice, pois muitas mulheres ficam viúvas ou se divorciam, fatores que contribuem para a diminuição do orçamento familiar. Essa é uma realidade em que “A mulher idosa é universalmente maltratada e vista como uma carga. É parte de uma maioria invisível cujas necessidades emocionais, econômicas e físicas permanecem, em sua maioria, ignoradas” (SALGADO, 2002, p. 9).

Em nosso trabalho, pontuamos que acentuadas diferenças marcam o envelhecimento populacional brasileiro e que uma significativa parcela de pessoas idosas de baixa renda, não escolarizada, com doenças crônicas e/ou limitações funcionais não consegue usufruir dos planejamentos das políticas públicas para essa etapa da vida. E, quanto aos programas educacionais, a alfabetização de jovens e adultos focaliza adolescentes e adultos em detrimento dos idosos, que continuam a apresentar insignificantes índices de alfabetização no país (SILVA, 2016).

Percorrendo caminhos transdisciplinares entre o textual e o social

Em face do cenário brasileiro de desigualdades sociais, com desvantagem para as camadas populares que dificilmente ascendem, social e economicamente, destinadas à condição

de subemprego ou desemprego, o envelhecer mostra-se heterogêneo, variando quanto às categorias de gênero, classe e raça/etnia. Se, por um lado, a categoria terceira idade conquistou visibilidade a ponto de se tornar um novo mercado consumidor, além de provedor de lares intergeracionais, por outro, um percentual significativo dessa categoria sofre em silêncio os abusos familiares e sociais.

Sabemos que as minorias, em especial o segmento Pessoa Idosa, precisam lutar para garantir seus direitos em lei. É nesse contexto social de lutas em prol das minorias que buscamos o suporte teórico da teoria da Análise Crítica do Discurso por seu caráter transdisciplinar, o que nos permite o diálogo com saberes de outras áreas. Desenvolvemos, assim, ao longo do capítulo I, nossas bases teóricas para as análises textualmente orientadas, como a da Gramática Sistêmico-Funcional e do Sistema de Transitividade como aportes metodológicos. Falamos igualmente sobre o olhar sociológico de nosso trabalho pelo viés da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, uma corrente para as análises críticas do discurso.

Entendemos que o problema latente da violência intrafamiliar contra a pessoa idosa viceja entre o social e o textual, uma vez que as agressões verbais contra velhos acontecem desde os discursos públicos, tais como os da mídia e da política, alcançando a esfera microsocial das relações familiares. A nosso ver, há um contexto que conecta o social e o textual, o contexto de situação, que, segundo a Linguística Sistêmico-Funcional, representa a instância em que circulam os tipos textuais, daí nosso foco nos textos produzidos em uma delegacia de proteção à Pessoa Idosa de Aracaju.

Essas produções foram a materialidade textual para nossas análises de viés sociológico e psicológico acerca da violência contra a pessoa idosa nas relações familiares. Pudemos desdobrar questões como o poder, a ideologia, os abusos verbais e suas consequências, o preconceito etário, bem como a violência social que também vitimiza as pessoas velhas. A contextualização de nossa pesquisa envolveu ainda questões de gênero, raça e classe, categorias estruturantes da vida em sociedade. Percorrer esses caminhos teóricos nos possibilitou vislumbrar os questionamentos da nossa pesquisa dentro de suas pretensões e limitações.

Delineamento das nossas etapas metodológicas

Nosso objeto de estudo foi gerado a partir das oitivas das pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar coletadas em maio de 2019 na Delegacia de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência de Aracaju (DEAIPD). Para trabalharmos com as nossas análises, usamos o método qualitativo, seguindo os caminhos de análise da ASCD, que nos possibilitou o atendimento do nosso objetivo geral, como o de refletir textual e sociodiscursivamente sobre

10 oitivas da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar. Utilizamos também algumas informações de uma entrevista concedida pelo delegado de Polícia Civil responsável por essa delegacia à época, Gabriel Nogueira Júnior, em que coletamos dados acerca do funcionamento da delegacia e da violência contra a pessoa idosa.

Por meio da metodologia de análise do discurso, neste caso o aporte gramatical da Linguística Sistêmico-Funcional, a GSF, traçamos os objetivos específicos, além de configurarmos o esquema das áreas de interface: da perspectiva textual, o Sistema de Transitividade e o significado de palavras; da perspectiva social, focamos nos fenômenos ideológicos, a fim de respondermos os nossos questionamentos através de nossos objetivos. Passemos, então, aos objetivos específicos.

Respondendo aos questionamentos: nossas descobertas

Apresentaremos as nossas perguntas e os respectivos objetivos. Em seguida, teceremos as considerações que obtivemos por meio de nossa investigação.

- (i) Nosso primeiro questionamento é se a agressão verbal contra velhos(as) recai sobre a própria velhice;
- (ii) De um viés linguístico, quais são os processos materiais mais desdobrados nas investidas ou ameaças contra a integridade física da pessoa idosa, segundo a Gramática Sistêmico-Funcional? E o que essas agressões físicas detectadas por meio do texto nos dizem?
- (iii) Pelo foco na linguagem, interessa-nos saber quais os termos escolhidos pelo agressor que marcam o abuso psicológico nas relações familiares e a(s) ideologia(s) que atravessa(m) tais escolhas no universo sociocultural.
- (iv) De que maneira o poder se manifesta nas relações familiares?
- (v) Nos relatos coletados, a violência psicológica é uma das mais investidas contra a pessoa idosa. Quais os efeitos dessa violência sobre a mulher idosa?

Para respondermos ao primeiro questionamento, nosso objetivo específico foi o de identificar por meio dos processos verbais se o crime de injúria, na forma da violência psicológica, incide sobre o fator idade. Atentamo-nos para a materialidade textual por ela ser um forte indício desse tipo de violência porque as agressões verbais deixam marcas difíceis de serem apagadas da memória. A investigação realizada nos descortinou que o crime de injúria, praticado na forma da violência psicológica, tem como alvo o gênero e não a idade, como

havíamos pensado. Averiguamos que esse crime ocorre por meio de um repertório linguístico ofensivo e de conotação sexual.

Um outro objetivo que nos propusemos a analisar foi o de investigar os processos materiais, com base no Sistema de Transitividade e seus significados sociais, na ameaça ou no uso da força física contra a mulher idosa. Encontramos verbos como torcer, tomar, destruir, bater, agredir, quebrar, vender, furtar como os mais utilizados nesse tipo de agressão. Em sua maioria, são do tipo transformativos, segundo a GSF, visto que modificam a realidade externa da mulher idosa vítima de violência intrafamiliar. Descobrimos, através desses processos, que não somente o agressor demonstra força física, mas também seu poder econômico, em alguns casos, o que confirma que a violência acontece em feixe. Pudemos perceber isso, por exemplo, no uso do verbo torcer (o dedo da declarante), em que a intenção era tomar a chave do apartamento que era do casal. Nessa mesma oitiva, a mulher idosa vítima declara que não dispõe de bens com o marido.

O nosso terceiro objetivo foi o de examinar as escolhas lexicais do agressor em relação à mulher idosa agredida e os seus significados sociais. Conforme pudemos constatar linguisticamente, a violência psicológica atingiu a honra da mulher idosa, o seu capital simbólico. Por meio de termos como “cadela”, “puta”, “égua”, “filha do cabrunco”, dentre outras adjetivações com conotações sexuais, o agressor teve a intenção de minar a autoestima dessa mulher, legitimado por um contexto cultural patriarcal. É aí que adentramos as ideologias e seus modos de operação no espaço social, conforme Thompson. Identificamos que as estratégias usadas por esses agressores são as de deslocamento do sentido original desse léxico para um sentido pejorativo, que teve seu uso legitimado por meio de racionalizações, isto é, discursos criados socialmente para justificar as agressões perpetradas contra a honra da mulher.

Entendemos esse vocabulário como machista e misógino, o que igualmente nos fez questionar se a violência contra a mulher idosa já não foi um prolongamento da violência de gênero contra a mulher que culminou na terceira idade e que, por ser idosa, a vítima encaminhou-se para uma delegacia de proteção à Pessoa Idosa. Se tomarmos como verdadeira a resposta a essa indagação, podemos pressupor que as estatísticas de violência de gênero contra a mulher ainda se encontram subnotificadas.

Em outros casos, o uso dos verbos obrigar e proibir, nas orações verbais, remeteu-nos imediatamente ao poder de mando sobre suas esposas, mães ou irmãs idosas, ainda quando essas mulheres velhas são as mantenedoras financeira e emocionalmente do lar. Isso nos pareceu uma tentativa de inviabilizar a autonomia dessas mulheres não por serem idosas, mas mulheres, como se precisassem de uma figura masculina para guiá-las ou dizer o que deveriam

ou não fazer. Por esse motivo, a violência psicológica contra a mulher idosa mereceu especial atenção por ser uma prática comum com marcas facilmente invisibilizadas (MILLER, 1999), uma vez que os danos decorrentes desse tipo de agressão são psíquicos (RAMOS, 2019). E a sociedade tem a tendência de diminuir a gravidade desses danos por serem de ordem emocional ou psicológica.

Dentro do contexto dos arranjos familiares intergeracionais, em que a violência contra a mulher idosa acontece, pusemo-nos a refletir sobre a relação entre poder e família, nosso próximo objetivo específico. Sabemos que a coabitação da pessoa idosa e seus parentes pode representar uma situação instável física, financeira e emocionalmente para os(as) velhos(as) em muitos casos. Na atual conjuntura socioeconômica brasileira, em que o pandemônio político somado às injustiças sociais tem complicado, consideravelmente, a emancipação de pessoas jovens e adultas no mercado de trabalho, os problemas de ordem econômica incidem, fortemente, nessas relações familiares. E, como afirmamos, a família é a reprodução, em escala menor, de relações macrosociais.

Acrescido a essa realidade, existe uma idealização elaborada e cultivada acerca da família por meio de crenças pessoais, mitos familiares particulares que são transmitidos ao longo de gerações, e romper com alguns paradigmas pode ser extremamente doloroso, embora necessário. A partir de nossas reflexões, podemos afirmar que a família é um *locus* de poder em que as categorias de gênero, idade e raça entram em conflito acirrado e em que “O processo de instalação da violência privada integra a desqualificação associada a punições (físicas ou não), com exigências absorvidas pelos sujeitos que a constituem” (PIMENTEL, 2011, p. 24).

Essa autora criou o termo *desnutrição psicológica*, um processo que se inicia dentro de casa e é desencadeado pela falta de cuidado afetivo, educacional e social por parte de pais ou cuidadores, o qual gera “A fome emocional” (PIMENTEL, 2011, p. 24, grifo nosso). Essa fome emocional é compensada de outras formas pelos sujeitos, como a violência. Daí a violência ser um ciclo vicioso difícil de ser rompido, mas não impossível porque “Nenhuma mulher tem vontade, desejo, intimidade, pensamento ou qualquer outro núcleo de sua subjetividade totalmente outorgada por violentadores de qualquer espécie”, segundo Pimentel (2011, p. 25), nem mesmo os filhos.

Na averiguação da violência intrafamiliar contra esse segmento, reconhecemos que os mitos familiares exercem forte influência na manutenção da violência contra a mulher idosa, na medida em que esta costuma sacrificar seu próprio bem-estar em nome da preservação dos laços familiares, quando, por exemplo, justifica o comportamento violento dos agressores como efeito da bebida alcoólica e/ou do uso de drogas ilícitas, na maior parte dos casos. Entendemos

ser essa uma maneira de amenizar a dor de ser agredida por um parente de quem, teoricamente, ela não poderia ser alvo de agressão, inclusive por ela ser a fonte de cuidados para alguns deles.

Reiteramos que essa crença de que a mulher tudo deve suportar, ainda que com visível prejuízo à sua saúde física, emocional e mental, conforme discutimos nas análises, deve-se às ideologias do patriarcado, autoritário e sexista, que responsabiliza a mulher pelos problemas na vida familiar (AZEVEDO, 2016). Isso nos faz, também, questionar esse convívio intergeracional atravessado por conflitos irresolvíveis que, comumente, prejudicam a pessoa idosa. Em outros países, a citar os norte-americanos e europeus, há uma forte tendência de a pessoa idosa residir em conjuntos residenciais/condomínios destinados a velhos(as), segundo algumas pesquisas apresentadas por Debert (2012).

Esse contexto nos mostra o quão importante para a pessoa idosa é um *locus* que lhe propicie condições mentais e emocionais saudáveis, mesmo que longe do convívio direto com a família, em que novas redes de relações solidárias podem ser tecidas por meio de uma convivência harmoniosa entre os integrantes. Concordamos com Debert (2012, p. 85) ao afirmar que “As identidades criadas no interior dessas comunidades, como em outras faixas etárias distintas, são uma forma ativa de rejeição a um conjunto de valores que acabam por colocar certos setores nos degraus mais baixos da hierarquia social”. Não queremos dizer com isso que as interações plurigeracionais não sejam importantes. Todos temos a oportunidade de aprender com a diversidade. Contudo, há outros meios de as gerações trocarem experiências.

Em nosso último objetivo, apresentamos os efeitos da violência psicológica por meio dos processos mentais, conforme a GSF, na vida da mulher idosa. O constante estado de medo e tensão provocado pelas humilhações e discriminações, dentro de casa, provoca, por sua vez, crises de esquecimento, de diarreia, distúrbios do sono, o que nos leva a inferir quão devastador é esse tipo de violência, muitas vezes subestimado em suas consequências.

Nossas pretensões e conclusões...

Os caminhos de uma pesquisa transdisciplinar e engajada socialmente perpassam óticas diversas acerca de um mesmo tema. Por isso, nunca tem um fim em si mesma, ao contrário, nossa pretensão é a de que nosso trabalho tenha contribuído com essa temática de uma perspectiva linguística e social, bem como instigado mais estudos críticos sobre a violência contra a pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar. Isso posto, podemos afirmar que o estudo crítico dos relatos de agressão das mulheres idosas vítimas de violência nas relações familiares é de extrema importância, porque pudemos perceber que a violência contra a mulher idosa é uma violência, antes de tudo, contra a mulher.

Tem, por esse motivo, um forte viés machista e misógino que atinge duas categorias que estruturam a vida em sociedade: a geração e o gênero. Essa realidade deve ser preocupante, visto que ocorre uma feminização da velhice, portanto são duas minorias atingidas de uma só vez. Conforme abordamos no capítulo teórico I, as minorias lutam pelo empoderamento não de modo individual, mas coletivamente, e pelo coletivo, visto que representam segmentos sociais. Outro motivo é que a coletividade tem força para resistir às opressões de quaisquer ordens: sexistas, psicológicas, culturais, familiares, apenas para citar algumas.

Não à toa Saffioti (2011, p. 114) expõe que:

O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil.

Esse raciocínio nos remete à reprivatização da velhice (DEBERT, 2012), isto é, responsabilizar a pessoa idosa que não envelheceu segundo o mercado capitalista consumista em que vivemos, com completa desconsideração com a heterogeneidade que marca o envelhecimento, ao excluir a velhice em sua plenitude, quando nem de autonomia funcional a pessoa mais velha dispõe. A nosso ver, a união e o comprometimento dos dois segmentos sociais envolvidos – gênero e idade – são necessários para se alcançar o empoderamento das mulheres idosas.

Com este trabalho, acreditamos que a velhice pode ser uma experiência gratificante, tanto para as pessoas idosas quanto para outros grupos etários, à medida que uma efetiva transformação ocorrer na prática discursiva, visando à socialização e ao engajamento de crianças, jovens e adultos cisgêneros ou transgêneros em atitudes inclusivas por meio das quais o ser humano em suas diferentes nuances quanto à idade, ao gênero, à raça/etnia, à classe, à orientação sexual e identidade de gênero seja acolhido e respeitado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Celia de. **Velhice**: uma nova paisagem. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Ágora, 2017.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS DEL DISCURSO. Disponível em: <http://aledbrasil.org/aled-internacional/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA PSICOSSOMÁTICA. **Medicina psicossomática**: definição e importância. 01 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://psicossomatica.org.br/2020/02/01/medicina-psicossomatica-definicao-e-importancia/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

AZEVEDO, Eulália Lima. Violência de gênero na trama geracional. In: SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia S. (Orgs.). **Violência de gênero contra as mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 267-292.

BAJOIT, Guy. **Tudo muda**: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2006.

BARRETO, Daniela Lima. **O Direito Penal dos Vulneráveis**: uma análise crítica da busca do reconhecimento por meio do Direito Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2016.

BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. Introdução. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 8-17.

BATISTA, Vera. 43% dos idosos são os principais responsáveis pelo sustento da casa, revela pesquisa da CNLD/SPC Brasil. **Correio Braziliense** (online), Brasília, 16. nov. 2018. BLOG do Servidor. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/43-dos-idosos-sao-os-principais-responsaveis-pelo-sustento-da-casa-revela-pesquisa-da-cndl-spc-brasil/>. Acesso em: 20 maio 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BESSA, Décio. Análise de discurso crítica: história e perspectivas. In: KALLARRARI, Celso; BESSA, Décio; PEREIRA, Aline Santos (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016. p. 115-141.

BESSA, Décio; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 125-157.

BOLÍVAR, Adriana. Los Estudios del Discursos en América Latina Hoy. In: HARVEY, Anamaría (compiladora). **En torno al discurso**: contribuciones de América Latina. Primera edición. [S.l.]: Universidad Católica de Chile, 2005. p. 347-354.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil Editora, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. 2019. Diário Oficial da União, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Lei nº 3.689, de 33 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. 2019. Diário Oficial da União, de 3 de outubro de 1941.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União, de 06 de janeiro de 1989.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 05 de janeiro de 1994.

BRASIL. **Violência intrafamiliar: orientações para a Prática em Serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário da República Federativa do Brasil, de 03 de outubro de 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, de 08 de janeiro de 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.461, de 26 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 10.741/2003, de 03 de outubro de 2003, para estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde. Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2011.

BRASIL. **Brasil: manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar**. Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017**. Altera os artigos 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 03 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 13 de julho de 2017.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-idosa-cndi>. Acesso em: 08 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Peste: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/peste> Acesso em: 01 jun. 2020.

BRITO, Denise Orbage de; FALEIROS, V. P. A violência intrafamiliar contra a pessoa idosa e as relações familiares. In: FALEIROS, V. P.; LOUREIRO, A. M. L.; PENSO, M. A. (Orgs.). **O conluio do silêncio**: a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa. São Paulo: Rocca, 2009. p. 21-45.

CACHIONI, Meire. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 7, p. 01-08, dez. 2012.

CALDAS-COULTHARD, Carmen R. Análise de discurso anglo-saxônica e semiótica social crítica. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016. p. 199-222.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Introdução. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 1-22.

CAMARANO, Ana Amélia. **Estatuto do Idoso**: avanços com contradições. Texto para discussão nº 1840. Rio de Janeiro: IPEA, Presidência da República, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo Regime Demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento?. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 81-116.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-278.

CASTRO, Gisela G. S. Precisamos discutir o idadismo na comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 101-114, jul./dez. 2015.
DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v20i2p101-114>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CAVALCANTI, F. G.; MINAYO, M. C. S. Autópsias psicológicas e psicossociais de idosos que morreram por suicídio no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 1943-1954, ago. 2012. ISSN 1678-4561. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n8/02.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2018.

CUNHA, M. Angélica Furtado; SOUZA, M. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. **Sujeitos e Atores Sociais nas Representações Discursivas de Docentes da Rede Estadual de Ensino em Sergipe**: uma análise crítica em tempos de Ideb. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2013.

DEBERT, Guita Grin. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 39-56, jun. 1997.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n. 42, p. 70-83, jun./ago. 1999.

DEBERT, Guita Grin. O velho na propaganda. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 21, p. 133-155, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000200007>.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2012.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A feminização da violência contra o idoso e as delegacias de polícia. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 196-213, jul./dez. 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2012v17n2p196.

DINIZ, Maiana. Disque 100 registra 142 mil denúncias de violações em 2017. **Agência Brasil**, Brasília, 28. abr. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/disque-100-registra-142-mil-denuncias-de-violacoes-em-2017>. Acesso em: 04 abr. 2019.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília: UNB, 2001. p. 19-131.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>. Acesso em: 27 dez. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula; BRITO, Denise Orbage de. Representações da violência intrafamiliar. **Ser Social**, Brasília, n. 21, p. 105-142, jul./dez. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula; BRITO, Denise Orbage de. Representações da violência intrafamiliar por idosas e idosos. In: FALEIROS, V. P.; LOUREIRO, A. M. L.; PENSO, M. A (Orgs.). **O conluio do silêncio**: a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa. São Paulo: Rocca, 2009. p. 1-19.

FERNANDES, Fernanda Surubi; SOUZA, Olimpia Maluf. De puta às profissionais do sexo: uma memória da língua. **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v. 4, n. 2, p. 58-71, ago./dez. 2013. ISSN online 2179-3948.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Mulheres escravas, um drama cultural. **ESTADÃO**, São Paulo, 25. fev. 2015, Blog Fausto Macedo Repórter. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/mulheres-escravas-um-drama-cultural/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

FORRESTER, Vivane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2. ed. 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publica/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FOWLER, Roger. Sobre a Linguística Crítica. **Linguagem (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 207-222, 2004. ISSN online 1982-4017.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2008. p. 20-29; 602-610.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 9-10; 50-51; 57.

GOLDENBERG, Mirian. O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.115-123, jul./dez. 2006.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. **Revista Estudos Linguísticos**. São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1-16, 2014. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/523>. Acesso em: 27 out. 2018.

GOUVEIA, Carlos A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4th edition. [S.l]: Routledge, 2014. p. 3-20; 42-45.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população por sexo e idade: Brasil 2000-2060. Unidades da Federação 2000-2030**. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, COPIS, 29 ago. 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=downloads>. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população por sexo e idade Brasil e Unidades da Federação 2010-2060**. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=downloads>. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais dos domicílios e dos moradores**: 2018. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101654>. Acesso em: 27 maio 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP) (Orgs.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 01 nov.2020.

JESUS, Júlio César Lopes de. **A violência contra idosos em Aracaju**: um reflexo das modificações sociais da imagem de “velhos” em sociedades modernas. 2010. 234f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

KARPF, Anne. **Como envelhecer**. Tradução de Michele Gerhardt. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva, 2015.

LIMA, Kenio Costa; MENDES, Tamires Carneiro de Oliveira. Qual o limite etário para uma pessoa ser considerada idosa na atualidade?. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1-3, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562019022.190298>. Acesso em: 23 mar. 2020.

LIRA, Luciane Cristina Eneas; ALVES, R. B. C. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F de. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 104-122.

MAGALHÃES, Célia Maria (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 5-7.

MAGALHÃES, Izabel (Editorial). A análise de discurso crítica (ADC). **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 7, p. 5-6, 2004/2005. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v7i0.9696>. Acesso em: 04 maio 2019.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **Revista D.E.L.T.A.** [online], São Paulo, v. 21, n. especial, p. 1-9, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa.1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. p. 189-217.

MARQUES, Filipa Daniela; SOUSA, Liliana Marques; VIZZOTTO, Marília Martins; BONFIM, Tania Elena. A vivência dos mais velhos em uma comunidade indígena Guarani Mbyá. **Psicologia & Sociedade** [online], Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 415-427, 2015.

MELO, I. F de. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F de. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra Idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. p. 5-15.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. p. 07-36.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Balanco Disque 100 – 2017 - Pessoa Idosa**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/balanco-geral-2011-a-2017-pessoa-idosa.xls/view>. Acesso em: 10 maio 2019.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 13, p. 191-121, 1999.

MOTTA, Alda Britto da. Dossiê – o final da vida no século XXI. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 9-25. jul./dez. 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2012v17n2p196.

MOTTA, Alda Britto da. A despreocupação social com a violência contra as pessoas idosas. In: **18º REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO – REDOR**, UFRPE, Recife-PE, 24 a 27 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

NERI, M.; CARVALHAES, L.; COSTILLA, H.; MONTE, S. O capital dos idosos. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 521-557.

NOBELS, Anne; VANDEVIVER, Christophe; BEAULIEU, Marie; LEMMENS, Gilbert M. D.; KEYGNAERT, Ines. Are older women forgotten in the violence against sexual violence?. **The Lancet Global Health** (online), v. 6, n. 4, mar. 2018. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(18\)30074-3](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(18)30074-3).

NOGUEIRA JUNIOR, Gabriel R. **Entrevista**. [Entrevista concedida à Iris Souza]. Aracaju, Sergipe, 23 maio 2019 [A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plano de ação internacional contra o envelhecimento, 2002**. Organização das Nações Unidas. Tradução de Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONUBR). **População Mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoa em 2050, diz relatório da ONU**, 17. jun. 2019 [atualizado em 24. jun. 2019]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-chegar-a-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu/#:~:text=O%20Perspectivas%20Mundiais%20de%20Popula%C3%A7%C3%A3o,de%20padr%C3%B5es%20e%20perspectivas%20demogr%C3%A1ficos>. Acesso em: 01 jul. 2019.

PAIVA, Flávio. Sobre fuleiro e fuleiragem. **Jornal O POVO** [online], Ceará, 25. jun. 2014. Disponível em: <https://www2.opovo.com.br/app/colunas/flaviopaiva/2014/06/25/noticiasflaviopaiva,3272066/sobre-fuleiro-e-fuleiragem.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2020.

PARADELLA, Rodrigo. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 26. abr. 2018, Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html>. Acesso em: 03 jul. 2018.

PARDO, M. L. O método sincrônico-diacrônico para análise de textos e a teoria dos deslocamentos. In: RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva Reis (Orgs.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 173-197.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias linguísticas**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 201-210.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise da linguagem. In: **IX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA – CNLF**, 22-26 de agosto de 2005, UERJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.filologia.org.br>. Acesso em: 24 maio 2018.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. Herança Teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social**. Natal: UFRN, 2012. [Texto fundador]. Disponível em: www.ascd.com.br.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. A Socioanálise e a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: caminhos de análise em Análise Crítica do Discurso. Trabalho apresentado na mesa-redonda da ABRALIN: Análise Crítica do Discurso e os caminhos de análise. In: **VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística**. Natal: UFRN, 30/01 – 02/02/2013.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, Celso; BESSA, Décio; PEREIRA, Aline Santos (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016. p. 69- 100.

PENSO, Maria Aparecida; MORAIS, Ivalda Alves de. O ciclo da violência em famílias. In: FALEIROS, V. P.; LOUREIRO, A. M. L.; PENSO, M. A. (Orgs.). **O conluio do silêncio: a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa**. São Paulo: Rocca, 2009. p. 47-62.

PRETI, Dino (Org.). **O discurso oral culto**. 2. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999. p. 19-20. [Projetos Paralelos. V.2]

QUAL É A GÍRIA? As gírias mais faladas do Brasil! **Significado de: cabrunco**. O que é e o que significa ‘cabrunco’. Disponível em: <https://qualeagiria.com.br/giria/cabrunco/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RAMOS, Ana Luisa Schmidt. **Violência psicológica contra a mulher: o dano psíquico como crime de lesão corporal**. 2. ed. Florianópolis, SC: EMais, 2019.

RIBEIRO, Maria Helena Lordelo de Salles. **A implementação do Estatuto do Idoso: estudo exploratório em Salvador-Bahia**. 73f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2016.

RUELAS-GONZÁLEZ, María Guadalupe; DUARTE-GÓMEZ, María Beatriz; FLORES-HERNANDES, Sergio; ORTEGA-ALTAMIRANO, Doris Veronica; CORTÉS-GIL, Jesus David; TABOADA, Arianna; RUANO, Ana Lorena. Prevalence and factors associated with violence and abuse of older adults in Mexico’s 2012 National Health and Nutrition Survey. **International Journal of Equity in Health** (online), v. 15, n. 35, p. 1-9, 27. fev. 2016. DOI: 10.1186/s12939-016-0315-y.

SCARANCA, Valéria. Violência contra a mulher: um desafio para o Brasil. In: FBSP. **Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil**. 2. ed. 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publica/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. reimpr. São Paulo: Editora Fundação PERSEU ABRAMO, 2011.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. MULHER IDOSA: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SANTOS, Paulo Sérgio da Silva. **A apropriação do poder hegemônico da ciência em revistas de divulgação científica: estratégias sociodiscursivas**. 2017. 173f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2017.

SATO, D. T. B.; BATISTA JR., J. R. L. (Orgs.). **Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem à Izabel Magalhães**. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 337-359.

SERGIPE. Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis. **Entenda o que é a violência contra o idoso**. Aracaju, Sergipe, s/d.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Atendimento a Grupos Vulneráveis**. Disponível em: <http://www.ssp.se.gov.br/Servicos/Detalhes?idServico=8>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SILVA, Noêmia Lima. **Educação na Terceira Idade**: inclusão social e inovação pedagógica na Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: Editora Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2016.

SILVEIRAS, Raphael S. **Indivíduo, coerção e sociedade**: estudo da coerção social a partir de Durkheim, Bourdieu e Foucault. 113f. 2012. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SONTAG, Susan. The double standard of aging. **Saturday Review of The Society**, San Francisco/CA, p. 29-38, 23. set. 1972. Disponível em: https://www.unz.com/print/SaturdayRev-1972sep23-00029?__cf_chl_jschl_tk__=78faad0566a06217cf61565606438322e78289a9-1591362534-0-AVIAkKNorqR0uttW6wpOQwMHG8FzIivAKad0SdEJMwy0BMpNjOf_8LvjYfc6g5ty5GeV_mY57ERSa35BRIGGtFqyhA8AdiaBP77KpREQ7sPTCpsN3VRw1doh-DtLwBRKbTxIh1geQD5QeyMpPuyEbzrkhFG52tLeWnHSzhaYWPpwrTrhLwytNt-QQHZ_ql6-PLO95iCMUttbyJ0PpuAjLq_wMu_MdgXe1B7tTSQbFjeUF42fhHKReghLCyDKU2H3AZV iHFerd6WOtQqK8HliGSIigQkJSdU2yie9WF6S60rwc1xCTq8FTaJc1Vc6HY7K3w. Acesso em: 14 jun. 2019.

STURARO, Marília de Castro; PEREIRA, Jeniffer Gonçalves. Inquérito Policial. **JusBrasil**, 29. mar. 2016. Disponível em: <https://mariliacastrosturaro.jusbrasil.com.br/artigos/317635561/inquerito-policial>. Acesso em: 30 jan. 2020.

TALAMONE, Rose. Brasil lidera ranking de cirurgia plástica entre jovens. **Jornal da USP**, São Paulo, 27. fev. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/radioagencia-usp/brasil-lidera-ranking-de-cirurgia-plastica-entre-jovens/>. Acesso em: 07 maio 2019.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultural moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 71-96.

TORTORELLI, Gabriela. Carbúnculo sintomático em bovinos. **Ouro fino saúde animal**, 18. fev. 2013 Disponível em: <https://www.ourofino.saudeanimal.com/ourofinoemcampo/categoria/artigos/carbunculo-sintomatico-em-bovinos/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

VAN DIJK, Teun A. Editorial: Discourse Studies in Latin America. **Discourse & Society**, v. 8, n. 2, p. 163-164, abr. 1997. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0957926597008002001>. Acesso em: 05. abr. 2018.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology**: a multidisciplinary approach. London: SAGE publications, 1998. p. 257-258.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e dominação: uma introdução. In: VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-37.

VAN DIJK, Teun A. Análise Crítica do Discurso. In: VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-132.

VAN DIJK, Teun A. Controle do discurso e modos de reprodução discursiva. In: VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2010. p. 43-47.

VAN DIJK, Teun A. CDA is not a method of critical discourse analysis. In: **Asociación de Estudios Sobre Discurso y Sociedad**, 2013. Disponível em: <https://www.edisoportal.org/debate/115%E2%80%93cda-not-method-critical-discourse-analysis>. Acesso em: 05 abr. 2019.

VERAS, Renato P. “É uma violência muito grande o Estado brasileiro não permitir que os seus idosos envelheçam em paz”. [Entrevista concedida a] André Antunes. **EPSJV/Fiocruz** [online], 27. fev. 2019 [atualizada em 15. mar. 2019]. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/e-uma-violencia-muito-grande-o-estado-brasileiro-nao-permitir-que-os-seus-idosos>. Acesso em: 06 abr. 2020.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 37-68.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. **Methods of critical discourse studies**. 3. ed. Londres: Sage, 2015. p. 1-12. [Edição Kindle.]

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Discussing screening for elder abuse at primary health care level**, by Silvia Perel-Levin, 2008. Disponível em: https://www.who.int/ageing/publications/Discussing_Elder_Abuseweb.pdf. Acesso em: 18 maio. 2019.

APÊNDICE A. Transcrição da entrevista.**Transcrição da gravação da entrevista com o Ilmo. Delegado de Polícia Civil, Gabriel Ribeiro Nogueira Jr., realizada no dia 23 de maio de 2019, em seu gabinete, na delegacia especializada.**

Bem... Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior... delegado de Polícia Civil... atualmente lotado na Delegacia Especial de Atendimento aos Idosos e Pessoas com Deficiências... DEAIPO... inicialmente... eu queria dizer que a delegacia tem uma atribuição... ela teve atribuição modificada em janeiro de 2018... desse ano... passando a ter essa atribuição específica de combate aos crimes praticados em face dos idosos e pessoa com deficiência... em relação aos idosos... a atribuição que nossa delegacia tem é de investigação dos crimes envolvendo violência doméstica... então... sempre que o idoso... ele for vítima de violência doméstica... por qualquer integrante da família... pessoa com a qual ele conviva... com quem ele tenha íntimo laço de afeto ou de proximidade... né... por conta da relação de coabitação... configura-se o vínculo doméstico... qualquer tipo de crime praticado nesse âmbito... é muito comum a gente ver aqui as violências físicas... lesões corporais... vias de fato... que é uma violência física que tem contato... mas não gera um dano físico à pessoa... crimes de ameaças... crimes de perturbação do sossego... na verdade... contravenção penal de perturbação do sossego... abuso financeiro... a gente apropriação indébita... crimes de furto... né... estelionato... crimes praticados com os empréstimos consignados... né... que são feitos a partir dos benefícios previdenciários que os idosos têm... pensão... aposentadoria... e essa é a primeira atribuição... a segunda atribuição são os crimes de violência sexual... então... quando o idoso ou uma idosa é vítima de violência sexual... independentemente do vínculo que tenha o autor com ele... fica aqui na delegacia... e... por último... os crimes previstos no Estatuto do Idoso... que é a Lei 10.741/2003... que tem um *hall* de crimes lá previstos... todos os crimes lá são praticados têm como atribuição uma investigação por essa delegacia de polícia... a primeira situação é essa... a segunda situação... a delegacia até dezembro de 2017... ela tinha uma atribuição ainda maior... reunia dois delegados... e... além dos crimes praticados contra os idosos e pessoa com deficiência... sim... eu destaco que, no caso da pessoa com deficiência... é qualquer crime... qualquer autor... né... vem pra cá... não fica na delegacia da área... aí, você pode me perguntar... “E quando o idoso é vítima de outro crime... por exemplo... um roubo na rua... alguém passa com uma arma e rouba o idoso?”. Isso vai para a delegacia da área... não fica nessa delegacia especializada... então... as delegacias metropolitanas ficam com a competência... atribuição

residual para apuração dos outros crimes... mas... vamos lá... então... até dezembro de 2017... existia uma outra atribuição aqui na delegacia... ela contemplava... além dessas atribuições do idoso e pessoa com deficiência... ela também era responsável pela apuração dos crimes praticados contra o público LGBT... profissionais do sexo... os crimes de intolerância religiosa... racial... e:::... mas é isso mesmo... então... intolerância religiosa... racial... público LGBT e profissionais do sexo... além do idoso e pessoa com deficiência... tinha também essa atribuição... houve uma divisão das tarefas... e a delegada que ficou com essa outra pasta... foi aberta... constituída uma nova delegacia para ela... só para essa demanda... e eu fiquei responsável pelo idoso e pessoa com deficiência física... que já é uma demanda absurda... era 80% da demanda da delegacia... eu fiquei com essa parte... e a colega ficou com a outra demanda... pronto... primeiro aspecto... então... vamos lá... respondendo aos questionamentos formulados... então... primeira pergunta... “Como o senhor vê a questão da agressão contra idosos em nossa sociedade?”. A gente vê que é muito comum os crimes de violência contra o idoso... seja violência física... seja violência patrimonial... né... sejam crimes de ameaça... esses fatos são muito comuns... infelizmente... é por isso que a delegacia anda assoberbada de demanda... porque a gente vê e... principalmente... é o que chama mais a atenção a um vínculo necessariamente muito comum a gente perceber isso... a existência recorrente de um vínculo entre o autor e a vítima... então... às vezes... são pessoas que convivem na mesma casa... são filhos... são sobrinhos... netos... né... são pessoas... companheiros... companheiras... que ficam vinculados à vítima... e praticam em face dela toda sorte de violência... então... é muito comum... é uma situação alarmante... é uma situação complicada... porque... como eu digo costumeiramente... “o perigo mora ao lado”... porque... muitas das vezes... não se chega à delegacia a tempo a denúncia... às vezes... -- -- o idoso -- -- também é muito comum isso... no Estatuto do Idoso... o abandono pela família... às vezes... o idoso fica ali relegado a uma casa de longa permanência como o asilo... como o hospital... a unidade de saúde... os filhos abandonam simplesmente os pais lá... os avós... e não vão buscar... então... isso é muito comum... eu vejo como um problema grave a ser resolvido... que necessita de intervenção policial muitas das vezes... mas que também... por vezes... mesmo sendo partindo da polícia... a gente perceber que é uma questão social... então... quando é possível a gente fazer uma intervenção... fazer uma compatibilização e um ajuste em relação a essa questão para cessar a violência... a gente toma todas as providências para fazer... eu entendo como um problema grave... um problema recorrente... mas que a gente tem buscado trabalhar de forma árdua... para tentar minimizar os efeitos dessa violência... mas a gente não pode estar -- a equipe é pequena -- a gente não pode estar em todos os lugares... a equipe é pequena... e a gente tem os casos

aqui... para que a gente possa tentar dar o atendimento o mais rápido possível... A segunda pergunta é de que... você prefere que eu desligue a cada pergunta? Pode seguir reto... Então... “De que maneira o DAGV atua na proteção da pessoa idosa e quais os trâmites legais desde que o BO é realizado?”. Então... vamos lá... praticado um crime... um ato de violência... ou qualquer crime contra pessoa idosa... desde que dentro dessa atribuição que eu coloquei... crimes do Estatuto do Idoso... violência sexual... ou os crimes praticados no âmbito de violência doméstica... nós tomamos conhecimento desse fato por três canais de comunicação... ou a parte vem diretamente à delegacia e registra o boletim de ocorrência... seja o próprio idoso... seja um parente dele... um cuidador dele... vem à delegacia... uma representante numa pessoa que por ele fala e registra o boletim de ocorrência... ou nós recebemos um protocolo Salve-Idoso... que é um formulário preenchido pelo município na Secretaria... nos postos de saúde... nas unidades de assistência social... CREAS... CRAS... ou... também... no próprio setor da Secretaria de Educação... Então... tomando-se conhecimento da existência de algum tipo de crime... a gente recebe essa situação e faz o que... providência tomar... digamos assim... parte efetivamente do que está acontecendo... Então... a gente ou além do Salve-Idoso... além do próprio BO... nós temos também os canais de denúncia, que são o Disque Denúncia e o Disque 100... do Ministério da Justiça... dos Direitos Humanos... A gente recebe da Secretaria de Direitos Humanos... recebemos todas essas informações... e iremos tomar providência no sentido de apurar... inicialmente... a veracidade dos fatos... Quando se trata de Disque Denúncia... Salve-Idoso e Disque 100... o Disque-Denúncia da Polícia Civil... a gente expede uma ordem de serviço... encaminha uma equipe especializada para o local... que vai checar se o dado é verdadeiro ou não... Algumas das vezes... esse fato não procede... Às vezes... a denúncia não procede... Às vezes... é um vizinho que tem raiva do idoso e denuncia... ou tem raiva de alguém da casa do idoso e denuncia.... E... quando o fato se trata de boletim de ocorrência, também tomamos essa providência... mas se o fato já grave... e a gente percebe que não há nenhuma possibilidade de composição dentro do seio familiar... nós instauramos um procedimento policial... que pode ser um inquérito policial... a depender da natureza do crime, ou um termo circunstanciado... um crime de menor potencial ofensivo... que são as contravenções penais... e os crimes cuja pena máxima não suplante dois anos... Então... eu tenho um crime... por exemplo... de ameaça... e ameaça é um crime que não tem pena máxima de dois anos... então... ele vai ser apurado por meio de um termo circunstanciado... que é um procedimento mais simplificado... A gente ouve as partes... junta os elementos mínimos e manda para a justiça... O inquérito já debruça um pouco mais de trabalho... então... a gente produz uma prova pericial... a gente ouve todos os envolvidos... faz o levantamento de campo... então... é uma peça um

pouco mais elaborada do que o termo circunstanciado... Então... dando sequência a essa situação... instaura-se o inquérito policial... e os fatos são devidamente apurados... Se constarmos que o crime efetivamente existe... acontece... o autor será devidamente indiciado... e... por vezes... quando se trata de casos de violência física... pedimos uma medida protetiva... se a vítima for idosa mulher... ou pedimos uma medida cautelar... diversa da prisão... que é uma medida de afastamento... né... Ambas têm a mesma finalidade... o mesmo sentido... eu quero cessar aquele ato de violência e afastar o autor do crime daquela vítima idosa... Então... a gente pede isso... e isso é deferido de forma muito rápida na justiça... às vezes... eu peço em um dia... e... no outro dia... o juiz já deferiu... e a gente vai cumprir afastando o agressor do lar... e impedindo que ele se aproxime... mantenha qualquer tipo de contato com a vítima... Basicamente... essas são as providências que são tomadas nos casos de crimes contra o idoso... Então... basicamente é isso aí... Terceira pergunta... “Quem... em geral... relata a ocorrência de agressão contra a pessoa idosa no DAGV? Há alguma estimativa sobre quem é mais agredido?”. Vamo lá... eh:... não é incomum o próprio idoso vir à delegacia... registrar o boletim de ocorrência e denunciar os fatos que estão acontecendo... Mas eu acredito que é uma quantidade de uma ocorrência muito maior de pessoas vinculadas a ele e que discordam de posturas dos agressores... como... por exemplo... o filho... sobrinhos... netos... vêm à delegacia... podem... em nome do idoso... falar por ele... registrar o boletim de ocorrência e dizer que não concordam com aquela situação e denunciam o fato... para que a polícia apure... É muito comum... também... a gente vê que... às vezes... divergência na gestão do benefício previdenciário do idoso... um filho briga com o outro... um tem um cuidado com o pai ou a mãe... e o outro é quem tá cuidando do dinheiro... fazendo o abuso financeiro... gastando... fazendo uso irregular... empregando de forma irregular aqueles valores... Então... aí... aquela pessoa que cuida do pai... e que não tem acesso ao financeiro do benefício... vem à delegacia e registra o BO... Isso é muito comum... Agora... eu não tenho aqui pra lhe passar uma estatística... uma estimativa de quem é mais agredido... se é o homem idoso ou a mulher idosa... Mas... assim... de antemão... eu diria que... eh:... numericamente as idosas são em maior número... mas há também casos em que o idoso é vítima de violência doméstica... desse tipo de agressão... e a gente instaura o processo desse tipo de agressão... O DAGV... quarta pergunta... o DAGV realiza algum trabalho de conscientização das comunidades... da comunidade acerca dos direitos do idoso... dos idosos... do próprio Estatuto do Idoso... por exemplo? Veja... eh:... já (...) acontecem também algumas campanhas... né... informativas... né... algumas capacitações promovidas pela Secretaria de Segurança Pública... tendo como veículo de comunicação a Delegacia do Idoso... até/ o próprio DAGV... em todos os âmbitos de proteção aos vulneráveis... não só o idoso... mas

a mulher... a criança... e o adolescente vítima... né... o público vulnerável LGBT... profissionais do sexo... e por aí vai... Nós participamos de campanhas... participamos de eventos que reafirmam esses direitos dessas pessoas vulneráveis... Eu mesmo já ministrei algumas palestras... como temática a “Vítima vulnerável idosa”... e... eh:... vamos a escolas... fazemos um trabalho de parceria com a Secretaria Municipal da Saúde... da Educação... da Assistência Social... levando aos munícipes de Aracaju as informações acerca de quais tipos de informação... tipos de crime que podem ser praticados em face do idoso... E como é que eles podem ser evitados e quais os canais de comunicação pra que esse público possa procurar a delegacia... e denunciar um fato que... talvez... a gente não tem conhecimento... mas ele sabe de um vizinho que tá sendo vítima de espancamento por parte do parente... ou tem conhecimento também de alguém de uma outra situação (...) relacionada a abuso financeiro... É comum a gente receber essas denúncias anônimas... e tomar as providências para apurar esses fatos... Quinta pergunta... poderia falar... eh... um pouco mais sobre quem é o senhor... ah... ((riso)) sobre quem sou eu... e quais as funções que eu exerço aqui... eh... eu já me apresentei... no início da...da...da...da... gravação... né... Eu sou delegado de polícia... né... já trabalho... né... como delegado há 17 anos... e:::... estou aqui... atualmente... há praticamente há um ano na delegacia do idoso... vai fazer agora... daqui a quinze dias... vou um ano... vou aniversariar aqui na delegacia... e:::... tô gostando bastante de fazer esse tipo de trabalho... Acho que é um trabalho social muito importante... A gente vê... né... no ((sinal de mensagem de celular do delegado)) sorriso do idoso que estava na situação de violência... e... em seguida... eh... foi resgatado... cerceado... afastado aquele processo de violência... e ele tem restaurado sua tranquilidade... a sua paz... Então... a gente trabalha basicamente tanto na parte de conscientização... no atendimento ao público... na mediação de conflitos... isso é muito comum... a gente tentar intermediar a busca do consenso entre as famílias... Às vezes... as famílias se desentendem por questões... e a polícia faz esse papel... sim... de mediação de conflito... pra tentar evitar um procedimento policial lá na frente... que não traz solução pra ninguém... nem pra vítima... nem pra o autor... e a gente sabe que... às vezes... a pessoa chega querendo muito mais uma solução... do que a instauração de um procedimento policial e a judicialização... ou seja... o envio desse inquérito... desse termo circunstanciado para a polícia... pra justiça... mas as pessoas querem... às vezes... só o quê? Resgatar essa paz dentro do seu ambiente de casa... E a última pergunta... sobre o ano de 2017... quantos inquéritos policiais de agressão contra idosos foram relatados? Eu diria que nós temos um total de 1.744 boletins de ocorrência lavrados no ano passado... que versam sobre vários tipos de crimes... e aí... no ano de 2017... como eu comentei no início... a delegacia tinha uma atribuição maior... eh... múltipla... não só relacionado ao idoso e pessoa

com deficiência... Então... contemplava também no ano de 2017... nesse recorte... por isso... até interessante o interesse do recorte... focado no ano de 2018... porque a delegacia já tinha uma delegacia especializada só referente ao idoso... mas no de 2017... a gente tem o quê? Teve/tivemos 146 inquéritos instaurados... desses... 116 já concluídos e encaminhados à justiça... mas várias vítimas diversas do idoso também estavam contempladas nessas investigações... e objeto de denúncia desses 1.744 BOs que foram lavrados... Então... o homossexual... o profissional do sexo... né... a pessoa... eh... idosa... a pessoa com deficiência... crimes de intolerância religiosa... racial... todos esses estavam contemplados... né... no espectro de atuação da polícia que/dessa delegacia teve 146 inquéritos, dos quais 116 foram concluídos... Basicamente... essa é a questão... Você tem mais algum questionamento que você queira fazer?

APÊNDICE B. Termo de anuência.**TERMO DE ANUÊNCIA**

Autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Violência contra o idoso nas relações familiares: uma análise sociodiscursiva dos relatos de agressão**”, na Delegacia de Atendimento ao Idoso e Com Deficiência (DEAIPD), bem como autorizo o acesso aos relatos de agressão contra o idoso nos inquéritos policiais, referentes ao ano de 2018, necessários ao bom andamento da pesquisa desenvolvida por **Iris Santos de Souza**, sob orientação da **Profa. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa** do Departamento de Pós-Graduação em Letras – Mestrado – da Universidade Federal de Sergipe.

Aracaju (SE), _____ de _____ de 2019.

Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior – Delegado de Polícia Civil

APÊNDICE C. Perguntas norteadoras.

Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós-Graduação em Letras

Perguntas norteadoras da entrevista com o Exmº Delegado de Polícia Civil Gabriel Nogueira	
1	Como o senhor vê a questão do idoso em nossa sociedade?
2	De que maneira o DAGV atua na proteção da pessoa idosa e quais os trâmites legais desde que o BO é realizado?
3	Quem, em geral, relata a ocorrência de agressão contra a pessoa idosa no DAGV? Há alguma estimativa sobre quem é mais agredido?
4	O DAGV realiza algum trabalho de conscientização da comunidade acerca dos direitos dos idosos, do próprio Estatuto do Idoso, por exemplo?
5	Poderia falar um pouco mais sobre quem é o senhor e qual/quais sua(s) função(ões) no DAGV?
6	Sobre o ano de 2017, quantos inquéritos policiais de agressão contra idosos foram relatados?

APÊNDICE D. TCLE.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Este é um convite para o Ilmo. Delegado de Polícia Civil Gabriel Ribeiro Nogueira Júnior participar desta pesquisa que tem como objetivo geral ANALISAR TEXTUAL E SOCIODISCURSIVAMENTE AS OITIVAS DOS INQUÉRITOS POLICIAIS DE AGRESSÃO CONTRA O IDOSO NAS RELAÇÕES DE ABUSO DE PODER DOS FAMILIARES, através de uma entrevista gravada.

A pesquisadora responsável: Iris Santos de Souza

Contato da pesquisadora: 9888-9955/iris.s.souza@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa

O motivo que nos leva a fazer esse estudo é que a população de 60 anos em diante aumentou para 4,8 milhões desde 2012, totalizando o número de 30,2 milhões de idosos em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNDA) – Características dos Moradores e Domicílios de 2012 a 2016. Isso mostra que a tendência é a do envelhecimento contínuo da população brasileira, em razão da melhoria nas condições de saúde que garante maior longevidade, por isso, este estudo enfoca a pessoa idosa e os discursos das práticas sociais com relação ao idoso, no caso, os relatos de agressão contra a pessoa idosa nos 06 (seis) primeiros meses de 2018.

Essa entrevista será gravada por meio do gravador de voz do celular, norteadas por seis (06) perguntas e realizada em horário, turno e ambiente de sua preferência, ressaltando-se que, em qualquer momento, o senhor poderá ser esclarecido sobre possíveis dúvidas mediante os contatos supracitados, sendo livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação, a qual é voluntária, e a recusa não irá acarretar qualquer penalidade. Se o senhor concordar em participar será entrevistado sobre sua atuação na Delegacia de Atendimento ao Idoso e com Deficiência [DEAIPD], bem como os procedimentos realizados quando um Boletim de Ocorrência é feito até a necessidade de instauração do Inquérito Policial.

Durante a realização da entrevista, a previsão de riscos é mínima, contudo, listamos alguns riscos a que o senhor pode estar submetido como o de ter que responder a perguntas que possivelmente violem sua privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, temas cujo teor o senhor lida em seu dia a dia, porém, não está isento de se sensibilizar com um ou outro questionamento a respeito; há ainda a possibilidade de perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, ou mesmo, a possibilidade de divulgação de dados confidenciais (registrados neste TCLE).

Em face dos possíveis desconfortos gerados pelos riscos aventados acima, como forma de minimizá-los ou mesmo contorná-los, ficará estabelecido, de antemão, que a entrevista, a qual constará de seis (06) perguntas, serão enviadas previamente, por e-mail ou outro meio de comunicação de sua preferência, para seu prévio conhecimento, e, caso haja oposição ou

sugestão de alteração com relação a algum questionamento, a pesquisadora coloca-se à disposição para alterá-lo ou retirá-lo da lista de perguntas, com o fito de não causar nenhum tipo de constrangimento.

No que diz respeito à possibilidade de perda de autocontrole ou de vazamento de alguma informação de ordem pessoal, que não caiba a esta pesquisa, a pesquisadora compromete-se em manter sigilo sobre o conteúdo ou, se for de sua preferência, a pesquisadora pode deletar o material gravado, em sua presença, e iniciar uma nova gravação.

Como benefício direto para sua pessoa, enquanto Delegado de Polícia Civil responsável pela DEAIPO, desde outubro de 2017, constará sua participação na contribuição para um projeto de pesquisa que visa expor as agressões que a pessoa idosa sofre por parte dos próprios parentes, objetivando uma mudança social no trato com os idosos, a começar pela família, bem como mais rigidez nos aspectos legais, porque, embora haja leis que garantam os direitos da pessoa idosa, ela constitui uma parcela da população mal tratada e pouco representada em nossa sociedade, por exemplo, na mídia.

Os dados que o senhor irá fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa identificar as partes envolvidas, contudo, em face de algum problema que o senhor possa ter, relacionado com a pesquisa em questão, poderá dirigir sua reclamação diretamente ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, por meio do telefone: (79) 3194-7208.

Reforçamos que o senhor é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação, a qual é voluntária, a qualquer momento, e a recusa não irá acarretar nenhuma penalidade.

Este consentimento será assinado em duas vias, uma via ficará em posse da pesquisadora, e a outra, com o senhor. Enfatizamos que os nomes das partes envolvidas nos Inquéritos Policiais serão mantidos sob sigilo, não havendo, portanto, divulgação de nenhum dado que possa identificá-las. O senhor poderá solicitar informações, em qualquer etapa da referida pesquisa, através dos contatos da pesquisadora que constam neste documento.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____,

declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Assinatura